



unesp

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

Guilherme Magon Whitacker

**Desenvolvimento sustentável e políticas públicas: espaços de
reprodução do modo capitalista de produção.
O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas na microbacia
hidrográfica do Córrego do Pereira**

Presidente Prudente

Fevereiro de 2013





unesp

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

Guilherme Magon Whitacker

**Desenvolvimento sustentável e políticas públicas: espaços de
reprodução do modo capitalista de produção.
O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas na microbacia
hidrográfica do Córrego do Pereira**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Geografia da Universidade Estadual
Paulista – UNESP – campus de Presidente
Prudente-SP, com vistas à obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

Presidente Prudente
Fevereiro de 2013



TERMO DE APROVAÇÃO

Guilherme Magon Whitacker

Desenvolvimento sustentável e políticas públicas: espaços de reprodução do modo capitalista de produção.

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Geografia, da Universidade Estadual Paulista, avaliada pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Professor Doutor Antônio Nivaldo Hespanhol

Departamento de Geografia – FCT / UNESP

Examinador: Professor Doutor Everaldo Santos Melazzo

Departamento de Geografia – FCT / UNESP

Examinador: Professor Doutor Wagner Costa Ribeiro

Departamento de Geografia – USP

Presidente Prudente

Fevereiro de 2013

DEDICATÓRIA

Para meu irmão, *Arthur*.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, em primeiro lugar, a família. Minha mãe, Helena, por tudo; meu pai Arthur (*in memorian*) pelo exemplo de vida; meus irmãos Ricardo (Fátima, Gustavo e Henrique) e Arthur (Tânia e Arthur) pelos exemplos de dedicação expostos ao longo de suas vidas. Consideramos que todo momento de agradecimentos é também um momento de desculpas, por isso, minha esposa Regina e minhas filhas, Gabriela e Kauany, me desculpo com vocês pelos momentos distantes, pela irritação praticamente constante, mas agradeço principalmente a você, minha amada esposa Regina, por ter se mantido ao meu lado e, apesar de tudo, continuar me incentivando.

Ao nosso orientador, Prof. Dr. Antônio Nivaldo Hespanhol, pelas leituras, correções e orientações durante a organização desta pesquisa, nosso muito obrigado. Agradecemos as pontuais considerações do Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito e do Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo que, em muito, contribuíram participando de nossa qualificação. Não poderíamos nos esquecer dos demais professores do departamento de Geografia da Unesp de Presidente Prudente que, de uma forma ou de outra, seja durante as disciplinas ou mesmo em conversas informais, contribuíram em nossa formação, entre eles: Rosângela, João Osvaldo, Carlos Alberto (caca), Cezar, Bernardo, Thomaz, João Lima, Carminha, Margarete e todos os demais que sempre nos apoiaram.

Aos novos amigos, pessoal do GEDRA (todos e todas), NERA, CEGeT, GADIS, GAIA e GAsPPER. Em particular, agradeço a três pessoas que, cada um a sua maneira, foram fundamentais para a execução deste trabalho, um forte abraço: Anderson Marioto Rola, Philipe Ferreira e José Sobreiro Filho. Sem dúvida, nossa amizade e colóquios do GEMA foram fundamentais.

Estendemos nossos agradecimentos aos funcionários da secretaria do departamento de pós-graduação em Geografia (Cinthia e demais) por todo o atendimento prestado, ao pessoal da biblioteca deste campus e aos demais funcionários desta universidade.

Não esquecemos ainda os que nos levaram aos primeiros questionamentos no momento de realização do curso de especialização em Direito Ambiental na Universidade Federal de Pelotas/RS; aos sócios fundadores da ONG EcoAção; a todos e todas da ONG Centro de Estudos Ambientais (CEA), também deste município. Nós sabemos quando, e onde, tudo começou. A todos e todas, familiares e amigos, nosso muito obrigado.

EPÍGRAFE

A exigência de que abandonem as ilusões acerca de uma ilusão é a exigência de que abandonem uma condição que necessita de ilusões.

(Karl Marx)

RESUMO

A pesquisa teve por escopo analisar os resultados do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira com enfoque na proposta de desenvolvimento sustentável. O recorte temporal estende-se de 2004 a 2008, período de implementação das ações desta política pública na área de estudo e, posteriormente, até os dias atuais (2012), quando verificamos os resultados do programa. O referido programa se propôs a estimular um novo modelo de desenvolvimento voltado aos pequenos produtores rurais cujas propriedades deveriam ter área de até 50 ha com no mínimo 70% de sua renda proveniente de atividades agropecuárias priorizando, através de suas ações, o manejo adequado de recursos naturais e a conscientização do produtor rural sobre a necessidade de preservação dos mesmos. Um programa voltado à preservação de recursos naturais financiado, parcialmente, pelo Banco Mundial mereceu um olhar mais acurado que buscou identificar possíveis distorções sobre a realidade da questão ambiental na atualidade, visto que este órgão possui ações negativas sob este aspecto. Deste modo, apontamos a necessidade de um olhar mais cuidadoso. Pois, apesar de incentivar um modelo de desenvolvimento, dito sustentável, entendemos que alterações de ordem técnica não são suficientes para que se alcance o patamar daquele modelo de desenvolvimento proposto pela ONU em 1987. Para averiguarmos estes pontos nos remetemos a procedimentos metodológicos que permitiram averiguar a concretude de suas ações e, principalmente, entender que a proposta de desenvolvimento sustentável, sem uma coerente articulação entre os diferentes grupos sociais envolvidos, neste caso Associação de Produtores Rurais de Eneida – ASPREN e a Coordenadoria Técnica de Assistência Integral – CATI, não se materializa. Implementar ações que se utilizam da ideia de desenvolvimento sustentável se tornou uma prática comum, porém, reconhecer os reais mecanismos implícitos no modo capitalista de produção que proporcionam o esgotamento e depreciação de recursos naturais não são questionados. Apesar de o programa trazer alguns resultados pontuais positivos em relação à proteção de mananciais, por exemplo, entendemos que este se encontra muito distante do que poderia ser chamado de um programa de desenvolvimento sustentável.

Palavras chave: Desenvolvimento sustentável. Políticas públicas. Modo capitalista de produção. Programa estadual de microbacias hidrográficas.

ABSTRACT

The research had the purpose to analyze the results of the State Program of watersheds in the Hydrographic Watershed Stream Pereira with a focus on sustainable development proposal. The time frame extends from 2004 to 2008, the period of implementation of these public policy actions in the study area and, subsequently to the present day (2012), when we see the results of the program. The program aimed to stimulate a new development model focused on small farmers whose properties should have up to 50 ha area with at least 70% of their income from agricultural activities prioritizing, through their actions, the proper management of resources natural and awareness of farmers about the need to preserve them. A program aimed at the preservation of natural resources financed, partly by the World Bank, deserved a more accurate that sought to identify possible distortions of the reality of the environmental issue nowadays, since this agency has negative actions in this regard. Thus, we point out the need for a closer look. For despite encouraging a model of development, said sustainable, we believe that technical changes are not sufficient in order to reach the level of that development model proposed by the UN in 1984. To ascertain these points we refer to methodological procedures which allowed investigating the reality of their actions and, especially, understanding that the proposed development, without a coherent articulation between the different social groups involved, in this case, the Association of Rural Producers of Eneida – ASPREN, and the Coordination and Technical Assistance Integral – CATI, does not materialize. Implement actions that use the idea of sustainable development has become a common practice, however, recognize the real mechanisms implicit in the capitalist mode of production that provide the depreciation and depletion of natural resources are not questioned. Although the program bring some positive results regarding specific watershed protection, for example, we understand that this is very far from what could be called a sustainable development program.

Keywords: Sustainable development. Public policies. Capitalist mode of production. Program state watersheds.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O Pontal do Paranapanema – critérios da UNIPONTAL.....	24
Figura 2: A expansão da estrada de ferro Sorocabana.....	27
Figura 3: A grande Reserva do Pontal, hoje extinta, e o Parque Estadual do Morro do Diabo.....	30
Figura 4: A região de Presidente Prudente de 1920 a 1940.....	34
Figura 5: Mapa das intervenções na microbacia do Córrego do Pereira.....	52
Figura 6: Níveis de suscetibilidade à erosão por área de abrangência dos Escritórios de Desenvolvimento Rural do Estado de São Paulo.....	99
Figura 7: Níveis de indigência por área de abrangência dos Escritórios de Desenvolvimento Rural do Estado de São Paulo.....	100
Figura 8: Áreas prioritárias para execução do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Estado de São Paulo.....	101

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Perfil do solo característico da microbacia.....	44
Foto 2: Gado nelore.....	45
Foto 3: Residência abandonada na microbacia do Córrego do Pereira.....	45
Foto 4: Cultivo de cana de açúcar, microbacia do Córrego do Pereira.....	46
Foto 5: Cultivo de milho, microbacia do Córrego do Pereira.....	47
Foto 6: Cultura de eucalipto, microbacia do Córrego do Pereira.....	47
Foto 7: Solo arado aguardando semeadura para pastagem.....	48
Foto 8: Rodovia Raimundo Maiolini.....	50
Foto 9: Estrada do Toshio, interior da microbacia do Córrego do Pereira.....	51
Foto 10: Pastagem. Vista típica da paisagem na microbacia do Córrego do Pereira.....	54
Foto 11: Córrego do Pereira no Sul da microbacia, próximo ao distrito de Eneida.	63
Foto 12: Local de queima de resíduos.....	65
Foto 13: Local de queima de resíduos.....	65
Foto 14: Gado em Área de Preservação Permanente.....	67
Foto 15: Pastagem extensiva.....	67
Foto 16: Cavalos criados para lazer e troca entre produtores rurais.....	70
Foto 17: Pastagem degradada por voçoroca.....	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Principais culturas por área produzida na microbacia do Córrego do Pereira.....	55
Gráfico 2: Uso do solo na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira em 2005.....	56
Gráfico 3: Comparativo entre o número de casas para moradia e o total de casas construídas na microbacia do Córrego do Pereira.....	59
Gráfico 4: Tecnologias em culturas temporárias na microbacia do Córrego do Pereira.....	61
Gráfico 5: Preocupação com os recursos naturais dos produtores rurais da microbacia.....	68
Gráfico 6: Uso do solo na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira, a partir das propriedades visitadas, em 2012.....	69
Gráfico 7: Renda média dos produtores pesquisados na microbacia do Córrego do Pereira.....	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tipos de solos e fatores limitantes da microbacia do Córrego do Pereira.....	43
Tabela 2: Estrutura fundiária da microbacia do Córrego do Pereira.....	54
Tabela 3: Explorações vegetais na microbacia do Córrego do Pereira.....	55
Tabela 4: Explorações animais na microbacia do Córrego do Pereira.....	56
Tabela 5: Máquinas e equipamentos na microbacia do Córrego do Pereira.....	60
Tabela 6: Utilização de tecnologia para culturas temporárias na microbacia do Córrego do Pereira.....	61
Tabela 7: Força de trabalho na microbacia do Córrego do Pereira.....	62
Tabela 8: Uso de agrotóxicos na microbacia do Córrego do Pereira.....	62
Tabela 9: Uso de água na microbacia do Córrego do Pereira.....	63
Tabela 10: Destinação final de resíduos sólidos na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira.....	64
Tabela 11: Organização comunitária na microbacia do Córrego do Pereira.....	114
Tabela 12: Relação dos principais problemas nas propriedades na microbacia do Córrego do Pereira, na opinião do produtor.....	115
Tabela 13: Relação dos principais problemas nas propriedades na microbacia do Córrego do Pereira, na opinião dos técnicos.....	115
Tabela 14: Intervenções realizadas na microbacia do Córrego do Pereira.....	149

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classificação dos produtores rurais.....	53
Quadro 2: Reconhecimento, pelo produtor, dos objetivos e resultados do programa.....	142
Quadro 3: Problemas, causas, atividades e ações.....	148
Quadro 4: Reflexo das ações realizadas na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira.....	150

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Município de Presidente Prudente e seus distritos.....	41
Mapa 2: Microbacias hidrográficas no município de Presidente Prudente.....	42
Mapa 3: Esboço pedológico do Município de Presidente Prudente.....	43
Mapa 4: Cobertura vegetal e uso do solo em Presidente Prudente.....	57

ANEXOS

Anexo 1.....	192
Anexo 2.....	194
Anexo 3.....	199
Anexo 4.....	201

SUMÁRIO

Introdução.....	17
Capítulo 1. A microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira nos contextos regional e local.....	22
1.1. A região do Pontal do Paranapanema.....	23
1.2. O município de Presidente Prudente.....	33
1.3. A Microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira.....	41
Síntese preliminar.....	72
Capítulo 2. Desenvolvimento sustentável: paradigma para o desenvolvimento rural.....	73
2.1. Desconstruindo conceitos, construindo significados: a proposta de desenvolvimento sustentável.....	75
2.2. A formulação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Estado de São Paulo.....	93
2.3. Os atores sociais atuantes na implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Córrego do Pereira.....	102
2.3.1. A Associação de Produtores Rurais de Eneida – ASPREN.....	104
2.3.2. A Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada – CATI) e sua atuação na microbacia do Córrego do Pereira.....	118
Síntese preliminar.....	125
Capítulo 3. Avaliação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas sob o aspecto do desenvolvimento sustentável no Córrego do Pereira.....	126
3.1. O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas como estratégia governamental para a resolução de conflitos no espaço rural.....	128
3.2. A articulação entre os atores sociais (ASPREN / CATI) na promoção do desenvolvimento sustentável na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira.....	137
3.3. A microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira após a implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.....	146
3.4. O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Córrego do Pereira. Desenvolvimento sustentável ou reprodução do modo capitalista de produção?.....	152
Síntese preliminar.....	176
Considerações finais.....	177
Referências.....	182
Anexos.....	191

Introdução

Frente aos danos naturais e à exclusão social decorrentes, em parte, do aprofundamento das relações capitalistas no espaço rural, surgem propostas de novas formas de produção e organização social a partir dos alardes provocados pelo discurso ambientalista. Uma destas novas formas pode ser entendida como a possibilidade de um novo modelo de desenvolvimento que traz em seu bojo a proposta de conservação dos recursos naturais e melhorias na qualidade de vida. Este modelo de desenvolvimento idealizado oficialmente pela Organização das Nações Unidas em 1987 é adjetivado pelo termo sustentável. A partir da utilização deste termo nos mais variados setores, este se torna um tema de debate que apresenta uma idéia sobre a qual se manifestam opiniões diversas. Nossa intenção aqui é conduzir o leitor para as argumentações de nossa pesquisa apresentando os pontos principais, contextualizando o tema e direcionando a abordagem para o nosso ponto de vista sobre o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, nesta dissertação concordamos parcialmente com o tema em debate, ou seja, argumentamos que a proposta é válida, mas que existem controvérsias principalmente em relação a sua materialização, fato este que torna o assunto polêmico.

Se, como escrevemos acima, consideramos a proposta como válida e duvidamos de sua materialização, esta dualidade foi enfrentada na forma de uma pesquisa que se debruçou sobre uma política pública criada objetivamente com o fim de implementar o desenvolvimento sustentável em espaços rurais. Mais especificamente, abordaremos o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Estado de São Paulo e as intervenções realizadas na microbacia do Córrego do Pereira, distrito de Eneida, município de Presidente Prudente-SP.

Esta análise se restringiu ao âmbito da articulação entre os atores sociais envolvidos na materialização do objetivo deste programa, ou seja, o órgão executor desta política, a Coordenadoria Técnica de Assistência Integral (CATI) e os beneficiários, a Associação de Produtores Rurais de Eneida (ASPREN).

Dentro deste arcabouço, teorizamos sobre a possibilidade do desenvolvimento sustentável estar se tornando, na realidade, um discurso ideológico no sentido de falseamento da realidade. Questionamos se as ações visaram reais melhorias nas condições sociais e naturais na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira, ou se estas foram somente utilizadas como possibilidade de reprodução do modo capitalista

de produção através de sua mutabilidade em busca de novos espaços para sua constante expansão.

Procurando nos manter fiéis a este balizamento, a pesquisa teve como objetivo principal analisar os resultados do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas na microbacia do Córrego do Pereira.

Para contemplarmos nossos objetivos, além do entendimento geral do programa por meio dos Manuais Operacionais lançados pela CATI, recorreremos a autores e pesquisadores que anteriormente se debruçaram sobre esta política pública, e delimitamos para o estudo de caso a microbacia do Córrego do Pereira. Isto por considerarmos, inicialmente, que o programa não apresentou resultados satisfatórios nesta microbacia e os produtores estarem abandonando as atividades relacionadas à agropecuária.

Considerada por alguns autores e também por parte dos produtores rurais a mais importante política pública do Governo do Estado de São Paulo no auxílio ao pequeno produtor rural após a descentralização ocorrida em 1988, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas iniciado em 2000 e encerrado em 2008, ofereceu benefícios individuais e coletivos para que o produtor rural manejasse, de maneira que foi considerada adequada, os recursos naturais em sua propriedade, especificamente, o solo e a água, sobretudo, para os que possuíam área de até 50 hectares, e, através destes benefícios, melhorassem a qualidade destes recursos propiciando, ainda, uma melhoria na produção e conseqüentemente na vida destes pequenos produtores.

O que nos chamou a atenção foi o fato do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas ser financiado pelo Banco Mundial, mesmo ator que implementa políticas neoliberais que visam dismantelar o Estado em muitos países, inclusive no Brasil, e fortalece práticas, muitas vezes, danosas ao meio natural além de aumentar a disparidade entre grandes e pequenos produtores. A partir daí questionamos a realidade e a intencionalidade deste organismo internacional financiar ações sobre a recuperação de recursos naturais e melhorias na qualidade de vida dos produtores rurais.

Deste modo, nosso questionamento se tornou mais específico quando abordamos a possibilidade de encarar nosso tema, desenvolvimento sustentável, como uma tentativa de mascarar as reais dimensões da questão ambiental, tentando impulsionar um “capitalismo verde” e assim amenizar as críticas que tais instituições recebem, pois a partir de programas como este, tornam-se organizações “amigas da natureza” e passam

a ser vistas, no conhecimento comum, como instituições que proporcionam uma nova relação entre a sociedade e a natureza.

Para amenizar os impactos negativos da modernização da agropecuária que gerou um modelo de desenvolvimento desigual, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas ofereceu às associações de produtores rurais, como benefícios coletivos, mudas para o plantio de mata ciliar, cercas para o isolamento das áreas de preservação permanente, maquinário para o plantio direto, contratação de horas-máquina para a implantação de terraceamento e de curvas de nível, além de instrumentos para fortalecer as associações de produtores rurais (computador, impressora, armário, cadeira e mesa). Em relação aos benefícios individuais, foram oferecidos, as associações, equipamentos como roçadeiras e distribuidores de calcário, entre outros.

A temática sugerida pela pesquisa tornou-se relevante por incluir a proposta da preservação de recursos naturais em uma política pública que se apresentou destinada à agropecuária através da conscientização de proprietários rurais que não tinham a preocupação com o manejo adequado dos recursos naturais (sobretudo solo e água), e ainda, nos técnicos e agrônomos da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e da prefeitura municipal, que possuíam, em sua maioria, formação “produtivista” voltada para o agronegócio, sem dar importância aos impactos naturais e sociais destas ações.

Neste sentido, nossa pesquisa desdobrou-se nos seguintes objetivos:

- a) Analisar o potencial do Programa de Microbacias Hidrográficas para promover o desenvolvimento sustentável a partir da averiguação dos resultados do Projeto de Microbacias Hidrográficas do Córrego do Pereira sobre o manejo dos recursos naturais e a organização dos produtores rurais;
- b) Analisar o envolvimento dos agentes sociais, de um lado a Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais de Eneida (ASPREN) e de outro lado a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), como órgão executor da política pública, na Microbacia do Córrego do Pereira;
- c) Analisar em torno da proposta de desenvolvimento sustentável.

Para a consecução dos objetivos relacionados nesta pesquisa, os procedimentos metodológicos empregados foram os seguintes:

- a) Revisão bibliográfica sobre o Pontal do Paranapanema e o município de Presidente Prudente, como maneira de introduzirmos nosso recorte espacial, a microbacia do Córrego do Pereira;

- b) Revisão bibliográfica sobre o tema do desenvolvimento sustentável dentro do pensamento ambientalista priorizando aqueles que se relacionam com a perspectiva da ecologia política;
- c) Análise dos Manuais Operacionais referentes ao Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em São Paulo;
- d) Análise sobre a formulação, implementação e avaliação desta política pública;
- e) Coleta e análise dos dados referentes aos resultados da implementação desta política pública na microbacia do Córrego do Pereira;
- f) Pesquisa de campo, com a realização de entrevistas junto aos produtores rurais e técnicos envolvidos na implementação do programa na microbacia do Córrego do Pereira. O critério para a definição da amostra de 13 (17,80 % do total) produtores, num total de 73 propriedades, foi o de abranger uma amostra diversificada, buscando conhecer as características dos produtores, sendo que a escolha da amostra foi feita de maneira aleatória buscando percorrer toda a área da microbacia;
- g) Pesquisa na internet no *site* da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI);
- h) Interpretação do mapa de intervenções da microbacia estudada;
- i) Sistematização dos dados obtidos na pesquisa de campo, na forma de tabelas, quadros, gráficos, figuras e fotos.

Em função destes objetivos e procedimentos, a dissertação foi estruturada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro, foi feita uma análise bibliográfica da região onde está inserida a microbacia interpretando características físicas e sociais partindo de um contexto geral para o específico, ou seja, do Pontal do Paranapanema ao município de Presidente Prudente e à microbacia do Córrego do Pereira. Destacamos nesse capítulo os impactos ao meio natural nesta região do Estado de São Paulo devido aos avanços da denominada frente pioneira.

No segundo capítulo foi elaborada uma análise teórica sobre a proposta de desenvolvimento sustentável, quando buscamos relacionar esta ao Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas e os limites para a contemplação de seu objetivo. Em específico, analisamos a formulação desta política pública tendo como parâmetro de investigação as influências de programas semelhantes em Santa Catarina e no Paraná. Nesta perspectiva abordamos ainda os atores sociais responsáveis pela implementação e

materialização dos resultados do programa, ou seja, os beneficiários (Associação dos Produtores Rurais de Eneida – ASPREN), e os técnicos executores da CATI.

No terceiro capítulo focamos o tema principal da dissertação, que é a avaliação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas sob o aspecto do desenvolvimento sustentável. Para tanto, realizamos a análise dos resultados do programa e posteriormente provocamos a leitura do mesmo sob o aspecto da ideologia, no sentido por nós inicialmente proposto, considerando a possibilidade do desenvolvimento sustentável estar se tornando mecanismo político para a reprodução do capitalismo sob o espaço rural desvirtuando sua intencionalidade original.

Dessa forma, ensejamos que esta pesquisa possa suscitar reflexões sobre a utilização da proposta de desenvolvimento sustentável por políticas públicas financiadas por organismos internacionais sem maiores preocupações sobre seus resultados. Esperamos que esse estudo possa contribuir, por meio de sugestões apontadas pelos produtores e técnicos entrevistados, além do autor, para a formulação de objetivos de políticas públicas com viés de preservação de recursos naturais e melhorias na qualidade de vida de produtores rurais, além de contribuir para o debate acadêmico sobre a proposta de desenvolvimento sustentável.

Capítulo 1

A microbacia hidrográfica do córrego do Pereira nos contextos regional e local

O nosso objetivo neste capítulo é analisarmos a área de estudo destacando aspectos sociais e físicos da região do Pontal do Paranapanema como forma de introduzir e direcionar nossas atenções para a microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira, nosso recorte espacial nesta pesquisa.

Portanto, dedicaremos nossos esforços na interpretação de trabalhos que se dedicaram a observação das transformações desta região do Estado de São Paulo com o objetivo de adentrarmos a área selecionada para o estudo, a microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira, com base na interpretação de informações e análise de dados coletados em campo.

Deste modo, dentro de nossos procedimentos metodológicos, passamos neste momento a explorar as técnicas de análise¹ (ALVES, 2008) utilizadas e que apresentarão os resultados de nosso trabalho empírico, realizado através de aplicação de formulários, tabulação de dados, análise cartográfica e apresentação de fotografias representativas da paisagem. Isto porque, segundo Silva (1980), o trabalho empírico:

[...] deve contar com um apoio do conhecimento oral ou escrito, que pode constar de depoimentos, documentação cartográfica, fotos, perfis, etc. O trabalho de campo realiza-se, então, com a observação da paisagem e a coleta de dados, conforme os objetivos do pesquisador. Por isso, a excursão, e o contato direto com a população é importante (SILVA, 1980, p. 51).

Entendemos que o trabalho de campo propõe para a pesquisa geográfica a observação *in situ*, e esta não deve estar limitada somente a elementos de ordem natural, mas também a análise dos aspectos econômicos e sociais não devem ser postos de lado. Este aspecto também foi contemplado em nossa pesquisa por intermédio do contato estabelecido com técnicos executores do projeto de microbacias no Córrego do Pereira e produtores rurais. Neste sentido: “É preciso compreender a dimensão do humano em Geografia, sem o que, não se faz Geografia Humana [...]” (SILVA, 1980, p. 53).

A importância do trabalho de campo nos permitiu expandir o modo de perceber as relações que contemplam o espaço pesquisado por meio da articulação criteriosa daquilo que percebemos na prática cotidiana.

¹ Segundo Alves (2008), técnicas de análise são procedimentos metodológicos tais como: entrevista (aberta, semi-estruturada) análise de discurso, conteúdo, tabulação de dados estatísticos, cartografia e periodização.

Sendo assim, a realização da pesquisa empírica viabilizou a efetivação de análises bem como proporcionou observações de diferentes aspectos e ainda permitiu entender o trabalho de campo enquanto um dos elementos construtores do pensamento geográfico. Optamos por reconhecer este exercício empírico recordando as palavras de Suertegaray (2002):

[...] o campo como realidade não é externo ao sujeito, o campo é uma extensão do sujeito, como é numa outra escala a ferramenta para trabalhar uma extensão do seu corpo, ou seja, a pesquisa é fruto da interação dialética entre sujeito e objeto. Resulta da compreensão dialética o conceito de PRÁXIS e a concepção de que estamos no mundo para pensá-lo e transformá-lo. Pesquisar pressupõe reconhecer para intervir. A pesquisa de campo é o conhecimento feito através da vivência em transformação (SUERTEGARAY, 2002, p. 2).

Idealizamos, portanto, o trabalho de campo como uma ferramenta metodológica, um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e, principalmente, como um meio de trabalho, e não o seu fim, que fazendo parte de um método de investigação permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo.

1.1. A região do Pontal do Paranapanema

A região do Pontal do Paranapanema está localizada no sudoeste do Estado de São Paulo tendo como delimitadores bem definidos ao sul o Rio Paranapanema e a oeste o Rio Paraná.

Adotamos neste trabalho a delimitação para o Pontal do Paranapanema criada pela União dos Municípios do Pontal (UNIPONTAL) e esclarecemos ainda que existem outras delimitações, tais como a proposta pela Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI – 22) e a delimitação administrativa governamental, aonde esta região aparece circunscrita como 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo.

A figura 1 mostra a delimitação e localização dos 32 municípios que compõem esta região, localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo, conhecida como Pontal do Paranapanema, com destaque para o município de Presidente Prudente.

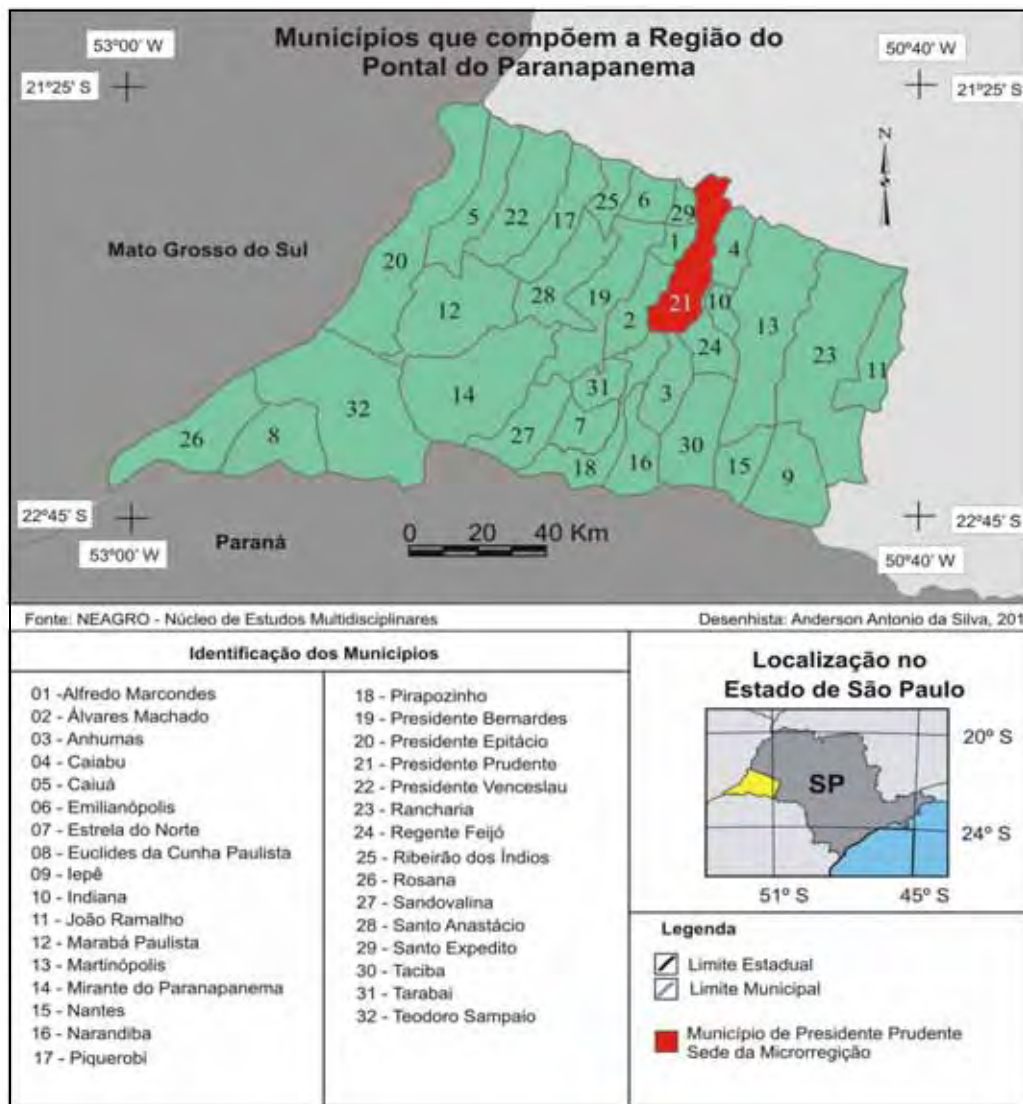


Figura 1: O Pontal do Paranapanema – critérios da UNIPONTAL.
Fonte: extraído de MDA – BARONI; MELAZZO e SILVA (2011).

Historicamente, verificamos que durante seu processo de ocupação, no Século XIX, esta região foi palco de um dos maiores casos de grilagem de terra no país promovido, principalmente, por especuladores que buscavam vantagens econômicas com a posse e venda destas terras (MONBEIG, 1984; LEITE, 1999).

A ocupação desta região por meio de formas ilícitas de aquisição de terras facilitou a degradação de recursos naturais na mesma, neste aspecto, consideramos importante lembrarmos que neste período inexistiam órgãos² específicos que

² Neste sentido, ainda que consideremos o período do Brasil colônia, quando as Ordenações Afonsinas foram instituídas no Brasil coibindo, o corte da espécie Pau Brasil, entre outras, e mesmo a publicação do Código Florestal, em 1965, e outras, consideramos estas leis como esparsas e pouco significativas, pois foi só a partir da Constituição Federal de 1988 que o Direito Ambiental brasileiro passou a ter uma maior efetivação através da criação de órgãos específicos para atuarem na fiscalização, como por exemplo, o IBAMA, que foi criado em 22 de fevereiro de 1989.

fiscalizassem a extração de madeiras, por exemplo. Abreu (1972) Monbeig (1984) e Leite (1985; 1999) discutiram sobre o processo de desmatamento e degradação do solo, extermínio de indígenas e caboclos além de fatos político importantes. No período de ocupação da região do Pontal do Paranapanema, entre o final do Século XIX e início do Século XX, o cultivo do café vinha se expandindo em direção ao oeste do Estado de São Paulo, deste modo, segundo Abreu (1972):

A expansão cafeeira trouxe uma extraordinária procura de terras virgens e ficaram na mira dos fazendeiros as terras devolutas do extremo Oeste de São Paulo. Não era pequeno também o interesse dos fazendeiros em impedir o acesso fácil dos imigrantes a terra, de maneira que não fossem desviados da finalidade precípua por que se estimulava sua vinda: servirem de mão de obra para as fazendas de café (ABREU, 1972, p. 25).

Esta região, o Pontal do Paranapanema, foi colonizada por migrantes que vinham em grupo ou mesmo sozinhos de Minas Gerais e do Nordeste atraídos pelo sonho da terra própria, mesmo que muitos deles não tivessem qualquer contato com a prática agrícola ou pecuária (ABREU, 1972).

Na verdade, os grileiros não tinham a vocação nem a intenção de trabalhar com as terras (ABREU, 1972), mas apenas especular com ela. Comandados pelos chamados coronéis, os grandes fazendeiros deste período, que tinham privilégios políticos e relação próxima aos governantes da época, invadiam terras inexploradas e falsificavam o registro de grandes extensões em seus nomes, usando os mais diversos artifícios. Estas falsificações, de acordo com o que escreveu Abreu:

[...] eram quase perfeitas. Arranjavam-se papéis antigos, selos com efígie de D. Pedro II e pediam para que assinassem a rôgo, por exemplo, de José Teodoro de Souza e sua mulher. Chegavam a por o papel para amarelar com a fumaça, em cima do fogão. Para simularem longo uso da terra fincavam pés de café já bem velhos, construía casas mal acabadas, com móveis sujos e velhos que dessem a impressão de antiguidade (ABREU, 1972, p. 28).

Nesta época, o governo possuía interesse em definir a situação das terras nesta região, deste modo, algumas expedições foram enviadas ao Oeste paulista na tentativa de demarcar e limitar territórios. A partir daí, algumas leis foram elaboradas na tentativa de regularizar esta situação. Porém, as grandes expedições foram às únicas ações articuladas pelo poder público com o propósito de desbravar e definir a regularidade no Oeste do Estado de São Paulo existia, portanto, por parte de órgãos governamentais, um

desconhecimento das características físicas e populacionais desta região (LEITE, 1999). As primeiras intervenções governamentais, com fins científicos e também de regularização, datam de 1905 e 1906, quando foram organizadas pelo Governo do Estado de São Paulo explorações oficiais através da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, embora algumas notas mais antigas que se conhece da região, que possuem até algumas descrições físicas, principalmente em relação à fauna e flora, sejam de autoria de Teodoro Sampaio e datam do ano de 1890 (LEITE, 1999).

Estas expedições, conforme cita Leite (1999), tiveram importância geográfica e cartográfica pelo reconhecimento dos rios e outras feições geográficas, serviram também de embasamento para o planejamento da construção da Estrada de Ferro Sorocabana, que abriu definitivamente o caminho da ocupação do Pontal do Paranapanema, saindo de Botucatu em 1889, chegando a Presidente Prudente em 1917 e em Presidente Epitácio em 1922.

Até então, a única via de acesso a esta região eram as estradas boiadeiras³ conhecidas desde 1905, pela qual o gado proveniente do sul mato grossense adentrava o Estado após atravessarem por balsas e barças o Rio Paraná, onde já se formava um pequeno povoado que deu origem a cidade de Presidente Epitácio (LEITE, 1999).

A ocupação desta região efetivou-se, portanto, com a abertura da Estrada de Ferro Sorocabana que criou e reforçou o processo de especulação imobiliária das terras do Pontal do Paranapanema, dando origem aos primeiros povoados e vários vilarejos ao longo dos trilhos da ferrovia, que acompanhou parcialmente o traçado da antiga Estrada Boiadeira, ao longo deste percurso estão localizados hoje os principais municípios da região.

Com a expansão cafeeira e o avanço da Estrada de Ferro Sorocabana, que, se expandiu para o oeste paulista por razões militares e políticas, um grande número de famílias foi adquirindo terras na região para a prática da agricultura, iniciando-se, assim, o plantio de café em derrubadas. Aos poucos o comércio foi se desenvolvendo e logo surgiram às primeiras indústrias de beneficiamento de café, e mais tarde de algodão, sendo estas as lavouras que prevaleceram no início do processo de ocupação.

Esta condição deu vida e movimento a região. Multiplicaram-se as cidades, sobressaindo-se o grande número de casas comerciais. Era, então, a conhecida Vila

³ Segundo Monbeig, foi por iniciativa de um capitalista alemão, Diedrieschen, que se abriu o primeiro caminho para o gado, ou estrada boiadeira, no meio da floresta, entre Indiana e Porto Tibiriçá, no rio Paraná, em face do Porto Quinze de Novembro e junto à confluência do Rio Pardo (MONBEIG, 1984).

Goulart, o ponto mais avançado do Sudoeste Bandeirante. Local obrigatório de abastecimento dos sítios recém-abertos, dos viajantes, boiadeiros, colonos e dos trabalhadores da ferrovia (LEITE, 1985). Assim como as outras regiões do Oeste Paulista (centro-oeste, nordeste e noroeste), o Pontal do Paranapanema teve sua configuração determinada pela construção das ferrovias e pela cultura cafeeira. A chegada da Estrada de Ferro Sorocabana, ilustrada na figura 2, no início do Século XX, e a introdução do café propiciaram a integração da região ao processo de transformação econômica mais ampla que atingia o Estado.

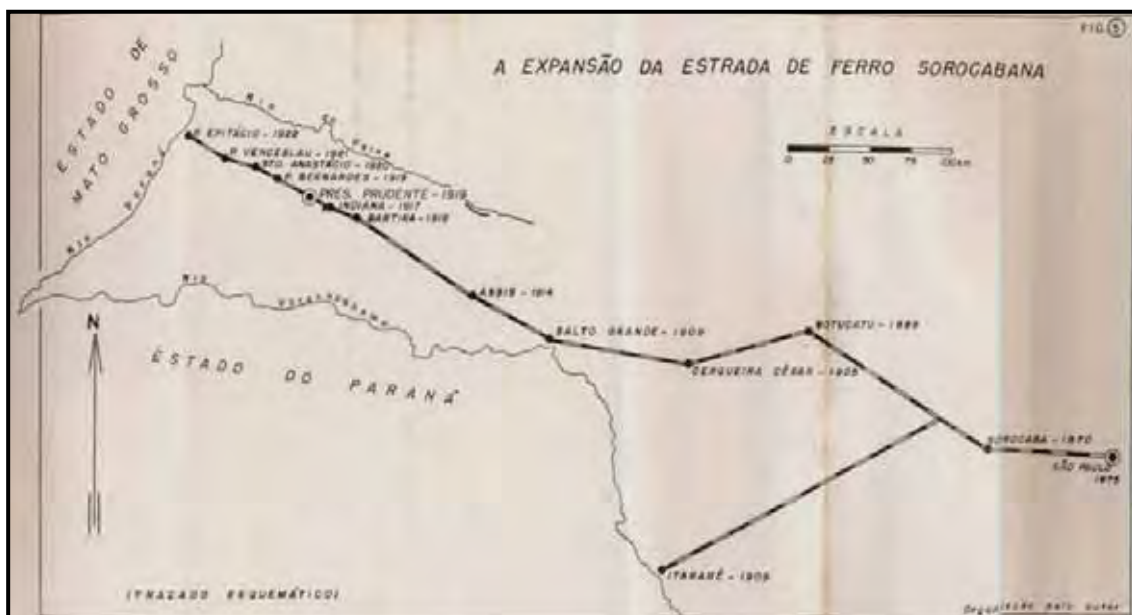


Figura 2: A expansão da estrada de ferro Sorocabana.
Fonte: extraído de Abreu, 1972, p. 43.

A introdução da pecuária de corte na década de 1930, como alternativa para enfrentar a crise de 1929, diversificou a agropecuária regional. Mas, foi com a cultura do algodão, na década 1940, que a região voltou a se desenvolver. Nessa mesma década a Estrada de Ferro da Companhia Paulista (Sorocabana) atingiu as barrancas do Rio Paraná, formando em seu caminho diversos núcleos habitacionais. A fronteira agrícola consolidou-se em torno da estrada de ferro, reforçando as funções urbanas das cidades de Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Santo Anastácio, Presidente Venceslau e Presidente Epitácio (ABREU, 1972).

Com a lavoura do algodão iniciou-se a disputa pela ocupação do espaço na porção centro-sul da região, representada pelos núcleos de Mirante do Paranapanema, Marabá Paulista e Sandovalina, distantes do eixo ferroviário e, até então, espaços

marginais da expansão agropecuária. Nesse período, surgiram também atividades extrativas vegetais associadas a serrarias e empresas madeireiras ligadas à navegação, em virtude da localização da região na divisa com os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. Instalaram-se algumas unidades industriais ligadas à construção naval e aos serviços de carga e descarga, como o Serviço de Navegação da Bacia do Prata e a Companhia Mate Laranjeira, além do Porto Fluvial de Presidente Epitácio, no mesmo período (ABREU, 1972). Na década de 1950, segundo Leite (1985):

[...] avolumam-se os problemas ligados às lavouras: queda de fertilidade dos solos com conseqüente quebra de produtividade agrícola; aparecimento das fibras artificiais que passam a substituir o algodão na confecção de tecidos; preços pouco compensadores ao agricultor; aumento das pragas, exigindo maiores gastos com defensivos agrícolas; ampliação das áreas de engorda de bovinos, etc. (LEITE, 1985, p. 128).

Neste mesmo período e enxergando possibilidades de substituição das culturas predominantes por pastagens, chegaram à região os primeiros frigoríficos, aumentando o interesse pela engorda de bovinos e, conseqüentemente, intensificando a formação e expansão de pastagens e áreas de invernadas. Já em 1960 as lavouras perderam espaço devido à queda do preço dos produtos destinados ao mercado interno, então, aos poucos, os proprietários foram substituindo as áreas de plantio por pastagens, iniciando assim o processo de expansão da pecuária extensiva que se estende até os dias atuais.

Em 1970 a região de Presidente Prudente firmou-se como a maior do Estado na criação de rebanho bovino de corte, e na década seguinte já correspondia a 21% do rebanho paulista (ABREU, 1972). Os incentivos à interiorização da indústria paulista nos anos 1980 levaram à ampliação de instalações industriais vinculadas ao setor de derivados de carne, leite e bebidas.

Tratando dos aspectos físicos do Pontal do Paranapanema, a região se caracteriza pela formação de seu solo, o arenito-caiuá, que, conforme Leite (1999):

É conhecido na área como terra mista, de cor avermelhada, fortemente arenoso e, sobretudo, de fertilidade efêmera. Pouco compacto e extremamente friável, tão logo se lhe retira a vegetação, que age como manto protetor, desfaz-se, sendo facilmente carreado pelas enxurradas. Sua degradação torna-se patente, após menos de dez anos de uso agrícola. (LEITE, 1999, p. 19).

Neste sentido, é importante lembrarmos que quando Leite (1999) fez esta afirmação ele considerava apenas o extremo Oeste da região e, atualmente, o Pontal do

Parapanema abrange 32 municípios que apresentam características físicas de solo onde predominam o arenito caiuíá e o arenito bauru. Segundo Monbeig, os solos desta região, devido às suas características físicas de baixa resistência à erosão e relevo ondulado, aliado às explorações intensivas, já vinham sendo desgastados há décadas e continuam em processo de esgotamento (MONBEIG, 1984).

Os pioneiros desta frente expansionista estavam mais preocupados em fazer fortuna, a qualquer custo, do que tomarem precauções com recursos naturais. As consequências da rápida e devastadora presença humana nesta região se faziam sentir. A destruição da floresta foi tão rápida e completa que a frente pioneira paulista sofria com a falta de lenha e as companhias responsáveis pela construção das estradas de ferro encontravam dificuldades, tanto para a construção quanto para abastecer as locomotivas com lenha (MONBEIG, 1984). Sobre este aspecto, Passos (1982), escreveu que, no início do Século XX as motivações para a devastação florestal eram:

O avanço das fronteiras agrícolas motivado pelos deslocamentos do café, energia para movimentar as locomotivas a vapor e agora a lenha e carvão vegetal para suprir as necessidades de uma população crescente. Este o elenco de determinantes que somam-se para atentar contra o patrimônio florestal, pretensamente protegido por uma legislação inócua (PASSOS, 1982, p. 21)

Ainda segundo este autor, a prática do desmatamento se expandiu desde então, segundo dados de 1950:

[...] já em 1952, o Estado havia sido despojado drasticamente de sua cobertura vegetal, que passara a apenas 18,2% de seu território, concentrando-se os últimos remanescentes expressivos na escarpa Atlântica região mais inatingível devido ao relevo acidentado [...] No período de 1952 – 1962 prossegue o desbravamento para a implantação de novas culturas. No extremo Oeste inclusive, queima-se mata para a implantação de pastagens (PASSOS, 1982, p. 24).

O problema tornou-se tão premente, que os fazendeiros e as empresas ferroviárias empreenderam reflorestamentos nos mesmos locais onde há quinze ou vinte anos abatiam-se as florestas (MONBEIG, 1984). O Estado também foi pressionado a intervir no rápido processo de degradação ambiental da região, criando para tanto em 1941, através de Decretos-leis as Reservas Florestais Morro do Diabo, Lagoa São Paulo e a Grande Reserva do Pontal. No entanto, não era de interesse de especuladores nem dos poderes locais manterem estas reservas. Com base em Leite (1985) pode-se afirmar

que o que restou das áreas de preservação ambiental resume-se a Reserva Florestal Morro do Diabo, transformada em Parque Estadual em 1986 (figura 3).



Figura 3: A grande Reserva do Pontal, hoje extinta, e o Parque Estadual do Morro do Diabo.
Fonte: extraído de: MDA – BARONI; MELAZZO e SILVA (2011).
Organização: Messias Modesto dos Passos.
Digitalização: Jailton Dias.

A “Grande Reserva do Pontal” criada em 1942 com uma área de 242.000 hectares que preenchia todo triângulo formado na porção extrema Oeste do Estado foi quase totalmente dizimada, restando apenas o Parque Estadual Morro do Diabo e alguns fragmentos de mata nativa. O parque estadual, de acordo com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP (2001) tem a formação vegetal:

[...] classificada como Floresta Tropical Semidecídua ou Floresta Mesófila Estacional que apresenta distribuição contínua em São Paulo, desde a Depressão Periférica até a calha do Rio Paraná, interpenetrada por algumas manchas de cerrado. Esta formação florestal de um modo geral atinge 20 metros de altura, e se comparada à Floresta de Encosta Atlântica, é pobre em epífitas e apresenta um sub-bosque pouco adensado. A região de estudo é considerada de transição entre várias formações vegetais, sendo que ao norte ocorrem predominantemente as formações de cerrado (ITESP, 2001, p. 9).

Já a fauna presente na reserva, segundo o ITESP (2001), apresenta espécies:

[...] em extinção, tais como o mico leão preto (**Leotopithecus chrysopygus**), que originalmente habitava desde o sudoeste de São Paulo para leste até a bacia do rio Tietê e os reversos da serra do mar, o macuco (**Tinamus solitarius**), o jão do sul (**Crypfurelus noctivagus**), o gavião pomba (**Leucopternis polionota**), o gavião pato (**Spizastur melanoleucus**), o papagaio do peito roxo (**Amalona vinacea**) e a anta (**Tapinrs terresrris**), além do bugio (**Alouatta fusca**) e vários felinos, entre eles a onça pintada (**Panthera onca**) (ITESP 2001, p. 8).

Atualmente a área do Parque é de 1.754 hectares, certamente devido à existência do Morro do Diabo que é um marco geológico que sobressai na paisagem plana do Pontal recebendo, portanto, mais atenção por parte de órgãos estaduais.

Os processos de degradação natural e social na região se intensificaram a partir da década de 1960, devido à mecanização da lavoura, ao uso de produtos químicos em larga escala e à expansão das áreas de pastagem. Fatores estes que diminuiram a mão de obra no trabalho rural e expandiram as monoculturas quimicamente dependentes. A partir da década de 1970, ainda aquecido pelo contexto nacional da implantação do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) foram traçados projetos com o fim eminente de trazer melhorias técnicas e de infraestrutura ao Pontal do Paranapanema e integrá-la às outras regiões do Estado.

Foram viabilizadas a construção e revitalização do sistema viário, construção das Hidrelétricas, implantação do Pró-álcool e projetos de assentamentos rurais, estas foram as principais ações de impacto considerável no desenvolvimento da região do Pontal do Paranapanema. Sobre este aspecto, Leite (1985) aponta que:

A partir de 1975/76, empresários urbanos e rurais da região decidiram participar do Próálcool. A área foi considerada prioritária em São Paulo, tendo em vista seu esvaziamento econômico e demográfico. Assim, as terras mistas do Sudoeste que já produziram café, algodão, amendoim, menta, além das culturas tradicionais de mandioca, milho, arroz e feijão, deverão ser ocupadas agora por amplos canaviais, cuja matéria prima será destinada às destilarias de álcool combustível. Nada menos de oito usinas de álcool estarão em produção na região, até 1984 [...] (LEITE, 1985, p. 134).

Em 1977 foi implantado no município de Teodoro Sampaio o primeiro projeto de uma destilaria autônoma de álcool, a Destilaria Alcídia, financiada pelo Pró-Álcool que plantou uma área de aproximadamente 15.000 ha de cana-de-açúcar. A crise do petróleo induziu a investigação de outras formas de energia no país e conduziu os planos governamentais de estímulo ao Pró-Álcool. Este programa atingiu a região do Pontal de forma drástica, em relação aos aspectos naturais, após a instalação das primeiras usinas.

Do ponto de vista natural isto ocorreu por diversos fatores, sejam eles considerados a partir da expansão da monocultura, da queima da palha da cana-de-açúcar ou ainda pelo dejetos de resíduos como a vinhaça, com todos os impactos negativos proveniente destas atividades. Se interpretarmos ainda por um viés social, devemos levar em consideração a migração desordenada de trabalhadores, particularmente das regiões Norte e Nordeste, para servirem de mão de obra nestas usinas acabando por se somarem as populações ali instaladas.

Notícias da época (PASSOS, 1982) mencionam que Presidente Prudente estava entre os sete núcleos urbanos próximos dos quais deveria ser implantada a maior parte das destilarias de álcool. Alegava-se que o incentivo ao plantio e beneficiamento da cana-de-açúcar deveria contribuir para a redução do desemprego na região.

Enquanto as demais regiões do Estado se beneficiavam com as políticas de descentralização das indústrias, implementadas entre 1970 e 1980, o Pontal do Paranapanema não conseguiu este salto, uma vez que o principal determinante na implementação da indústria foi a proximidade com a matéria prima. Com o adensamento das pastagens para criação de gado, extinguiu-se o setor primário de produção de outros tipos de matéria prima, e a industrialização seguiu vinculada às atividades agropecuárias e ao segmento sucroalcooleiro.

A expansão da pecuária, o recuo de áreas de lavoura e a modernização agropecuária que atingiu o Oeste do estado apenas em relação ao implemento de máquinas, contribuíram para ampliar o movimento populacional e a urbanização, refletindo na diminuição da população rural em números absolutos, e no crescimento da população urbana, elevando-se o consumo de mercadorias e produtos.

Devemos acrescentar que as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por uma série de transformações macroeconômicas com a expansão do processo de mundialização do capital. No meio rural, os impactos se fizeram sentir, principalmente, nos médios e pequenos produtores rurais, que não possuíam condições financeiras ou técnicas de se inserirem no atual quadro mercantil, condições estas ainda presentes na área pesquisada.

No próximo item, apresentamos informações mais específicas sobre a região, agora chegando ao município sede dos distritos aonde se localiza a microbacia hidrográfica, nosso recorte espacial, nesta pesquisa.

1.2. O município de Presidente Prudente

Geograficamente, o município de Presidente Prudente localiza-se:

[...] no extremo oeste do Estado de São Paulo e é sede da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo. Possui área territorial de 563 km² e sua população é de 207.625 habitantes, sendo 4.255 rural e 203.370 urbana, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010. É composto, além do perímetro urbano de Presidente Prudente, por quatro Distritos: Montalvão, Floresta do Sul, Eneida e Ameliópolis (FUSHIMI; NUNES, 2011).

Leite (1985) assim descreveu a dinâmica agropecuária na região de Presidente Prudente, conhecida então como Vale do Paranapanema ou Alta Sorocabana.

Certos territórios, embora novos enquanto a ocupação, tem passado por verdadeiros “ciclos” econômicos. O caso da Alta Sorocabana é exemplar. A maioria de seus municípios tem menos de cinquenta anos de idade e os mais antigos mal atingem os sessenta. [...] Na Alta Sorocabana, as mudanças do panorama agropecuário, que se verificaram em cerca de 50 anos, demonstram, a par de certa agilidade empresarial, também a decisiva influência do centro de decisão paulistano. Analisando a evolução econômica regional observa-se claramente os seguintes períodos: fase do café, até meados da década de 30; fase do algodão, até meados da década de 50 e fase da pecuária, a partir de meados da década de 50 (LEITE, 1985, p. 77, 78).

Pretendemos aqui demonstrar brevemente aspectos da dinâmica agropecuária de Presidente Prudente. Percebemos, inicialmente, com base na citação anterior, que a tendência agrícola da região partindo da cultura da menta, passando pelo café, algodão, amendoim, milho, batata, entre outras culturas⁴, esgotou-se rapidamente e foi substituída pela pecuária extensiva, que, atualmente vem disputando espaço com a monocultura da cana-de-açúcar.

O avanço do café e a consequente ampliação do espaço sob o desenvolvimento capitalista promoveram a ocupação da região do Extremo Oeste Paulista. Os grandes latifundiários do café das regiões mais antigas, sobretudo de Minas Gerais, dirigiram-se para o Pontal do Paranapanema e adquiriram terras com a finalidade de loteá-las, fazendo com que ao lado do latifúndio cafeeiro se estabelecesse a pequena propriedade rural explorada pelo colono e sua família, no esquema de agricultura de subsistência.

⁴ Estas informações podem ser conferidas com maiores detalhes em: ABREU, Dióres Santos. Formação Histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente. 1972.

Surgiu o sistema de vendas de terras em forma de loteamento: os proprietários retalhavam suas terras em pequenas propriedades e vendiam os lotes a prazo para migrantes vindos de outras regiões do estado, como Ribeirão Preto e Campinas, que acumularam recursos como colonos de grandes fazendas de café.

O povoamento da região de Presidente Prudente é fruto, também, da exploração agrícola intensificada após o período de decadência dos metais preciosos em Minas Gerais que forçou o deslocamento populacional em busca de condições de sobrevivência. A partir daí, algumas Leis foram elaboradas na tentativa de regularizar a situação das terras, como escreveu Abreu (1972):

Todas elas permitiam a posse àqueles que a tivessem feito de maneira pacífica, proveniente de uma prioridade de instalação, isto é, que tivessem terras já cultivadas ou com um começo de cultura e habitação permanente do ocupador ou de algum preposto seu (ABREU, 1972, p. 39).

Desta situação ocorreram desmembramentos das propriedades e foram se originando os primeiros municípios, conforme ilustra a figura 4.



Figura 4: Desmembramento de propriedades e os primeiros municípios do Pontal do Paranapanema, de 1920 a 1940.

Fonte: extraído de Abreu, 1972, p. 175.

Os mineiros (e outros migrantes de distintas regiões, mas estes primeiros e em maior número) chegados à região negociavam suas terras em aguadas⁵ e utilizavam como pagamento para a aquisição de terras não só dinheiro, mas, também, espingardas, malas arreadas, sacas de sal etc.

A corrente migratória de Minas Gerais para São Paulo cresceu quando os mineiros fugiram da convocação de tropas para lutar na Guerra do Paraguai. No entanto, com o fim desta guerra a migração continuou, devido, entre outros motivos, a grande propaganda realizada sobre a possibilidade de adquirir terras, ou ainda, de simplesmente firmar-se como trabalhador rural nesta região.

O primeiro a desbravar estes sertões foi José Teodoro de Souza que, saindo de Pouso Alegre, Minas Gerais, conseguiu percorrer extensas áreas e registrá-las em Botucatu. Após, outros dois mineiros, João da Silva Oliveira e Francisco de Paulo Moraes seguiram as trilhas do primeiro desbravador e deram continuidade ao processo fraudulento de posse de terras vendendo grandes extensões de terras, ai deu-se o início do povoamento tal como o conhecemos na atualidade (ABREU, 1972).

Outro aspecto considerado relevante para o povoamento foi a expansão da Estrada de Ferro Sorocabana além dos limites de Botucatu (ABREU, 1972). Cabe lembrar que esta expansão se deu principalmente por motivos econômicos, além de militares e políticos, pois foi após a expansão da malha ferroviária que os compradores de terras se dirigiram com mais intensidade para a região na intenção de comprar terras.

A ferrovia foi importante na economia cafeeira, sendo uma das vigas de sua infraestrutura. Ela significou o transporte rápido, seguro e barato para o café, a comunicação fácil com os centros grandes. No caso do extremo Oeste de São Paulo, somaram-se outras circunstâncias: a ferrovia foi a melhor maneira para os negociantes de terras levarem seus compradores em potencial para conhecerem as glebas; favoreceu a penetração, os loteamentos, a ocupação e o aproveitamento do solo. Ao longo das ferrovias multiplicaram-se os centros urbanos. Permitiu também o abastecimento eficiente da rede de manufaturas inclusive importadas. Sem a ferrovia não teriam entrado tantos compradores, colonos em busca de fortuna, aventureiros de toda a espécie. Ela foi um fator marcante do progresso da região. E no caso particular de Presidente Prudente, o aparecimento e desenvolvimento da cidade ligaram-se estreitamente à Estrada de Ferro Sorocabana (ABREU, 1972, p. 38).

Os rumos da expansão da estrada de ferro em direção ao Oeste do Estado de São Paulo, partindo da cidade de Sorocaba em 1870, expandiu-se até Botucatu e,

⁵ Expressão utilizada na época para identificar uma área localizada entre os espigões divisores de água, no alto dos morros. Entende-se que dentro de cada “aguada” exista um curso de água. Atualmente uma aguada pode ser identificada como uma microbacia hidrográfica, pois esta se apresenta inserida no meio dos espigões divisores de água.

posteriormente, em direção ao extremo Oeste do Estado, chegando a Presidente Prudente em 1919 e somente em 1922 atingiu a cidade de Presidente Epitácio. Cabe mencionar que o nome da cidade é uma homenagem ao então presidente da república Prudente de Moraes, e esta nomenclatura, inicialmente, serviu a estação ferroviária do município, como bem descreveu o engenheiro responsável João Carlos Fairbanks.

Noite de 13 de setembro de 1917 fôra chuvosa e fria, extremamente desconfortável para quantos, como nós, tínhamos de pernoitar em rústicos ranchos desmontáveis [...] O acampamento da construção onde nos assistíamos, situava-se, precisamente, na primeira curva à esquerda da ferrovia, indo para Álvares Machado. [...] É de praxe, nas construções ferroviárias, sertão a dentro, confiarem-se os postos mais desconfortáveis ou arriscados, aos engenheiros mais jovens. Ora, dentre os aplicados na construção da Sorocabana Railway Company, quem estas linhas escreve era o mais jovem, ainda com o cérebro recheado das teorias hauridas na Escola Politécnica. [...] Ora, do escritório central, em São Paulo, pela mão do mencionado Engenheiro Sebastião Ferraz, fôra-nos enviada a planta duma estação, cujas covas de alicerce caber-nos-ia locar no ponto aludido. [...] A planta designava o nome de Presidente Prudente como sendo o dessa aludida estação (FAIRBANKS, *apud*, GOULART, 1965, p. 7 e 8).

O marco inicial da primeira feita que levou a criação do município pode ser interpretada pelos escritos do engenheiro responsável pela expansão da ferrovia Sorocabana até Presidente Prudente e adiante.

Aí pelas dez horas do dia 14 de setembro de 1917, a posição das sobreditas covas do alicerce estava já demarcada, Aprestavamo-nos para guardar o teodolito e, após o almoço, montar a cavalo e seguir a examinar o prosseguimento do movimento de terra entre Limoeiro e Brejão (estação Álvares Machado) [...] para então ir pernoitar no acampamento Vai-Vem, na estaca 3840 (futura estaca de Santo Anastácio). [...] Acontecimento imprevisto impediu que assim não acontecesse, eis que, certo senhor, em início de se fazer grisalho, mui bem educado, havendo viajado a pé desde Indiana, mostrou desejo de falar ao Engenheiro residente, agitando cartão de visita no qual se estampava: “Francisco de Paula Goulart – Campos Novos” [...] Manifestou-me Francisco de Paula Goulart o desejo de virmos a projetar-lhe ali núcleo urbano, fazendo divisa pelo eixo duma avenida com futura fazenda, que ele, Goulart, pretendia abrir (FAIRBANKS, *apud*, GOULART, 1965, p. 2).

Segundo Abreu (1972), estes colonizadores, tanto os engenheiros responsáveis quanto o próprio Coronel Goulart e, posteriormente, o Coronel Marcondes, deram início ao povoamento da região através da venda de terras:

As áreas de operações na venda de terras do Coronel Goulart e do Coronel Marcondes foram dois imóveis denominados, o do primeiro, Pirapó-Santo Anastácio, e o segundo, Montalvão, situados no extremo Sudoeste do Estado de São Paulo, entre os rios do Peixe e Paranapanema, separados justamente

pelo espigão divisor dessas duas correntes de água, tendo a Oeste, o rio Paraná (ABREU, 1972, p. 47).

Os motivos que levaram Francisco de Paula Goulart, segundo seus próprios escritos (GOULART, 1965) foram diversos, desde a necessidade imposta pelo falecimento do pai até motivações familiares de retomarem o prestígio da família. Natural de Alfenas-MG, nascido a 5 de fevereiro de 1879, ainda criança transferiu-se com a família para o município de São José dos Campos Novos, no Estado de São Paulo, mudou-se para São Paulo, capital, em 1898 a fim de estudar, morou em Avaré aonde prosseguiu seus estudos com professor particular (GOULART, 1965).

Seu pai, Manoel Pereira Goulart, em 1908 adquiriu terras no Pontal do Paranapanema através da compra de títulos da Companhia dos Fazendeiros de São Paulo, tornando-se sócio da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Passados alguns anos, após a morte do pai, a mãe e o irmão venderam uma área de suas terras na Fazenda Pirapó-Santo Anastácio e incumbiram a missão de verificar a compra ao Coronel Goulart.

Em Assis, fixamos residência até 1919. Lá, em 1917, organizei certo grupo de trabalhadores sertanejos, na maioria meus parentes [...]. Depois de tudo organizado, prosseguimos para o local em apreço. Lá chegando, em 12 de Setembro de 1917, nos acampamos no divisor de águas do Rio do Peixe e Santo Anastácio, no local denominado Alto do Tamanduá, logo acima da última cabeceira do Ribeirão Limoeiro afluente do Rio Santo Anastácio, próximo do quilômetro oitocentos do prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana, local onde construímos (dia 14) o primeiro rancho para alojamento dos homens (GOULART, 1965, p. 21).

A criação do núcleo urbano de Presidente Prudente deve-se em muito aos esforços empreendidos pelo Coronel Goulart que, em 1917, após conversas com o engenheiro responsável pela construção do prolongamento da estrada de ferro Sorocabana (João Carlos Fairbanks), de acordo com escritos de Abreu (1972):

[...] pediu a Dr. Fairbanks que lhe projetasse um núcleo urbano defronte à estação, na mata virgem que então cobria o local. Esclareceu que desejava abrir uma fazenda confrontando com a cidade e iniciar loteamento de suas terras. Pediu que traçasse o limite entre a futura fazenda e a futura cidade. Atendendo o pedido, Dr. Fairbanks deu ao teodolito, ali estacionado para local a estação, a deflexão de 90 graus sobre o rumo da tangente da estação e marcou esta divisa entre a fazenda e a cidade. Este traçado hoje é a Avenida Washington Luiz (ABREU, 1972, p. 60).

Esta informação pode ser interpretada também pelas palavras do próprio Fairbanks (1965), que assim escreve:

Imediatamente, fazendo-lhe a vontade, demos ao teodolito a deflexão de noventa graus sobre a direção da tangente da estação – e assim então nasceu a atual avenida Antônio Prado. Mais tarde coube-nos marcar o primeiro perímetro do patrimônio, constituído pelas avenidas Brasil, Manoel Pereira Goulart e Marcondes. Os “camaradas” de Francisco de Paula Goulart – um tal Leonel, loiro de olhos azuis, Guilherme Tomaz de Andrade e outros – dentro desse perímetro procederam a “derrubada” do mato. Sobre a respectiva “palhada” em Novembro de 1918, precisamente quando a Europa celebrava o armistício após a guerra, e a gripe espanhola dizimava o Brasil, coube-nos demarcar os quarteirões e algumas “datas”, com o auxílio do prezado amigo, agrimensor Cássio Fonseca (FAIRBANKS, 1965, apud, GOULART, 1965, p, 9).

Desta feita, em 14 de setembro do mesmo ano, deu início a derrubada da mata e começou ali uma roça de milho aonde construiu um modesto rancho. Trabalhando em sua própria fazenda e não esquecendo o núcleo urbano o Coronel Goulart buscou em Assis o agrimensor prático Cássio Rawlson da Fonseca, responsável pela primeira planta do município, como forma de atrair interessados para a região, fossem eles colonos, peões, trabalhadores diaristas ou mesmo jagunços (FAIRBANKS, 1965).

Conforme o esboço, foram planejados 25 quarteirões de 88 metros por 88 metros limitados por 4 avenidas de 26,40 metros de largura. Cada quarteirão possuía 8 datas de 44 metros por 22 metros cada uma. As vendas eram facilitadas ao máximo. [...] Exigia-se do comprador que construísse logo. Para isto, o Coronel Goulart permitia que se tirasse madeira da mata ao redor, de graça. [...] A cidade precisava crescer depressa para atrair e fixar compradores de terras (ABREU, 1972, p. 63).

Paralelo a este processo, ainda em 1919, outro colonizador, o Coronel José Soares Marcondes, deu início a suas atividades a margem esquerda dos trilhos da ferrovia inicialmente como agente de negócios vendendo áreas da gleba Montalvão aonde, em 1920 adquiriu toda a área de 11.374 hectares (ABREU, 1972).

Aos poucos o comércio foi se desenvolvendo e logo surgiram as primeiras indústrias de beneficiamento de café e mais tarde de algodão, sendo estas as lavouras que prevaleceram no início do processo de ocupação.

Esta condição deu vida e movimento ao povoado. Multiplicaram-se os edifícios, sobressaindo-se o grande número de casas comerciais. Era, então, a conhecida Vila Goulart, o ponto mais avançado do Sudoeste Bandeirante. Local Obrigatório de abastecimento dos sítios e fazendas recém abertos, dos

viajantes, dos boiadeiros, dos colonos e dos trabalhadores da ferrovia (ABREU, 1972, p. 72).

Destes fatos instituiu-se o núcleo urbano de Presidente Prudente. Amparado, por um lado pelos esforços do Coronel Goulart e Coronel Marcondes e de outro pela intensificação do Estado em expandir suas lavouras como forma de aumentar a renda nacional através do café, e posteriormente do algodão e demais culturas que aqui se instalaram durante as décadas de 1910 a 1940. Relacionando estes fatos com nossa temática, lembrando a relação sociedade e natureza, apontamos que o desbravamento do Pontal do Paranapanema resultou da derrubada de extensas áreas de florestas. No município de Presidente Prudente não foi diferente, curiosamente:

Duas grandes empresas possuíam (com as reservas que era preciso fazer ao verbo possuir) extensões fabulosas de florestas. Uma dirigida pelo “coronel” José Soares Marcondes, operava de um lado, com as terras situadas entre a linha ferroviária e o rio do Peixe e, de outro lado, com as que ficavam entre a mesma linha e o Paranapanema, na altura de Presidente Prudente. A outra companhia, chamada “Fazendeiros de São Paulo”, tinha em mãos 238.000 alqueires, a partir de Regente Feijó, entre a ferrovia, o rio Paraná e o Paranapanema. Entre os loteamentos sobravam, às vezes intactas, grandes áreas de florestas. [...] Em Presidente Prudente mesmo, uma propriedade com mais 11.000 alqueires, a gleba Montalvão, só começou a ser loteada em 1941. A devastação da mata sempre foi de maneira dispersa, mas jamais essa dispersão foi mais flagrante. (MONBEIG, 1984, p. 203).

Sobre este mesmo aspecto, Leite (1999), escreve que:

Em verdade, enquanto se atraíam moradores para os povoados, a devastação das matas prosseguia e a madeira de lei vendida em toras ou aparelhada. Em 1955, da estação da Estrada de Ferro Sorocabana de Presidente Prudente saíram 2.062 vagões carregados de toras e madeira serrada com destino a São Paulo (LEITE, 1999, p. 100).

Com toda a demanda por madeira, não só na região, mas também em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, logo se instalaram no município potentes madeireiras, que contribuíram para o processo de devastação florestal nesta região do estado, conforme escreveu Leite (1999) de acordo com o interesse não da população do Estado, mas sim de acordo com a vontade daqueles que em um primeiro momento grilaram estas terras e posteriormente, as transformaram em imensas áreas de pastagem.

Mesmo com esforços empreendidos na atualidade, esta região continua sendo alvo de constantes invasões em áreas protegidas por lei, sejam elas consideradas de preservação permanente ou mesmo reservas estaduais, como a do Morro do Diabo.

Segundo Monbeig (1984) a atividade de derrubada das florestas foi coordenada por alemães acostumados ao tipo de serviço que, rapidamente instruíram, principalmente, os imigrantes nordestinos no trato com a madeira (MONBEIG, 1984).

As serrarias são os centros da exploração das madeiras de lei. As mais importantes são construídas junto às estações ferroviárias, em cidades como Tupã, ou localizam-se em pontos de convergência de estradas, o que acontece em Presidente Prudente [...] Trata-se de serrarias pesadas, representando grandes investimentos e que não podem ser facilmente deslocadas, por causa da importância dos maquinismos. No entanto, é preciso acompanhar a destruição progressiva das árvores, que segue cadência rápida, estimando-se por vezes que um mês atinge 300 alqueires (MONBEIG, 1984, p. 245).

Particularmente em Presidente Prudente é preciso notar que as derrubadas foram realizadas tendo em vista o povoamento, conseqüentemente, as serrarias atraíam pessoas dispostas a este tipo de trabalho.

As serrarias especializadas nos trabalhos de madeira de lei não tem interesse em explorar superfícies pequenas como as dos sítios, a menos que venham a operar antes do parcelamento da terra. Foi o que se fez na gleba Montalvão, perto de Presidente Prudente, onde foi montada uma grande serraria em plena floresta e os pioneiros não foram autorizados a fazer derrubadas antes do corte das árvores aproveitáveis. O povoamento começou então a se fazer em torno das serrarias (MONBEIG, 1984, p. 247).

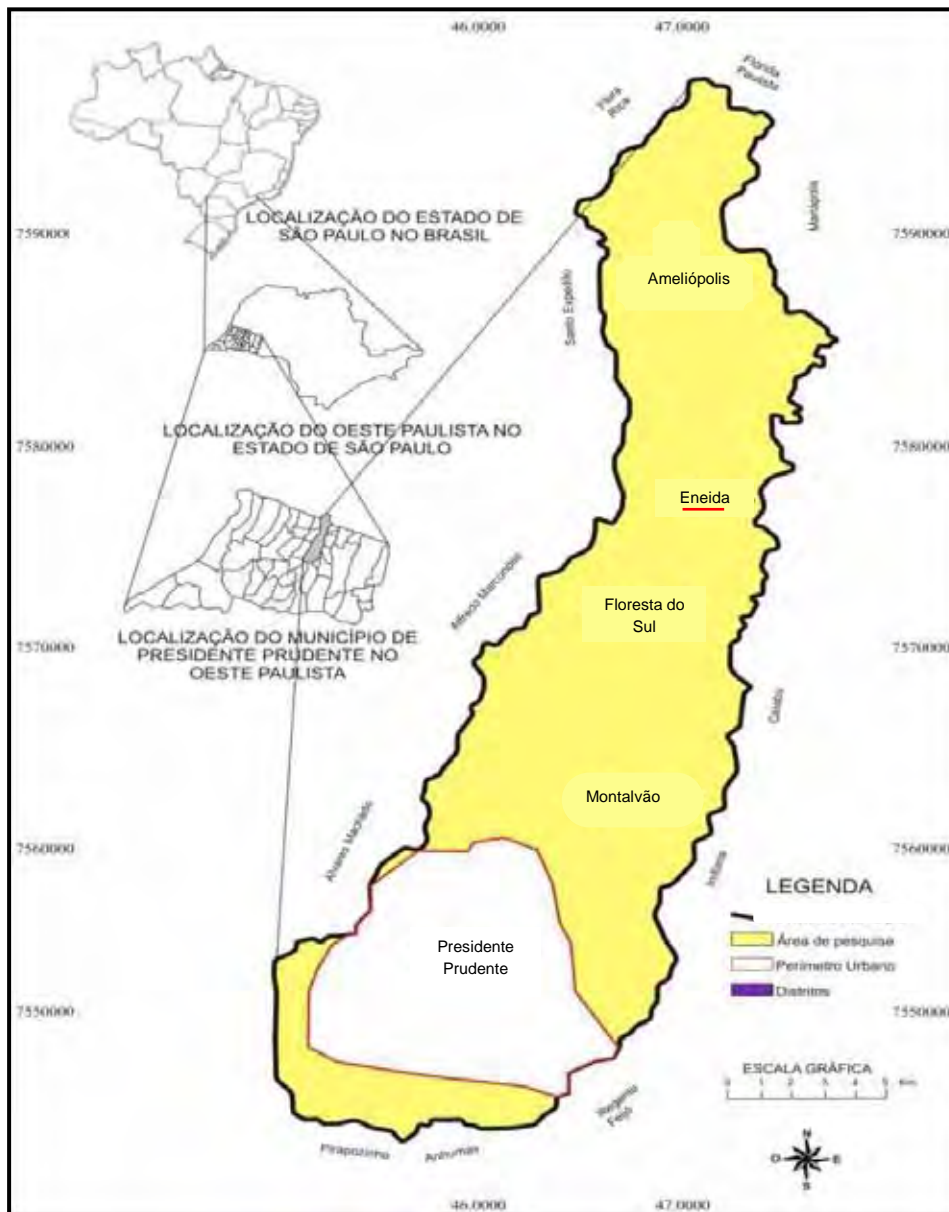
Após as derrubadas dava-se início as plantações, que Monbeig (1984) vai escrever que não durariam por muito tempo:

Depois da sucessão dos cortes da vegetação e da passagem dos derrubadores e dos caminhões, o solo, provavelmente, sofreu bastante e não irá atrair o agricultor. [...] Pode-se ver que já está em formação aqui uma região em que as pastagens ocuparão o lugar da floresta, pois está sendo seriamente explorada (MONBEIG, 1984, p. 247).

Hoje podemos dizer que o que Pierre Monbeig escreveu nas décadas de 1940 e 1950 relaciona-se com a atualidade. Em relação às lavouras, percebemos que nas décadas de 1950 e 1960 estas perderam espaço devido à queda do preço dos produtos destinados ao mercado interno. Então, aos poucos, os proprietários foram substituindo as áreas de plantio por pastagens, iniciando assim a expansão da pecuária extensiva que se estende até os dias atuais, como já escrevemos. No próximo item, vamos verificar com maior atenção esta situação em nossa área de estudo, o distrito de Eneida, onde pudemos perceber o deslocamento de práticas agrícolas para a pecuária e atualmente a forte inserção da cana-de-açúcar.

1.3. A Microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira

A microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira localiza-se ao norte do município de Presidente Prudente. No mapa 1 consta a localização de Presidente Prudente e dos quatro distritos – Montalvão, Floresta do Sul, Ameliópolis e, em destaque, Eneida.

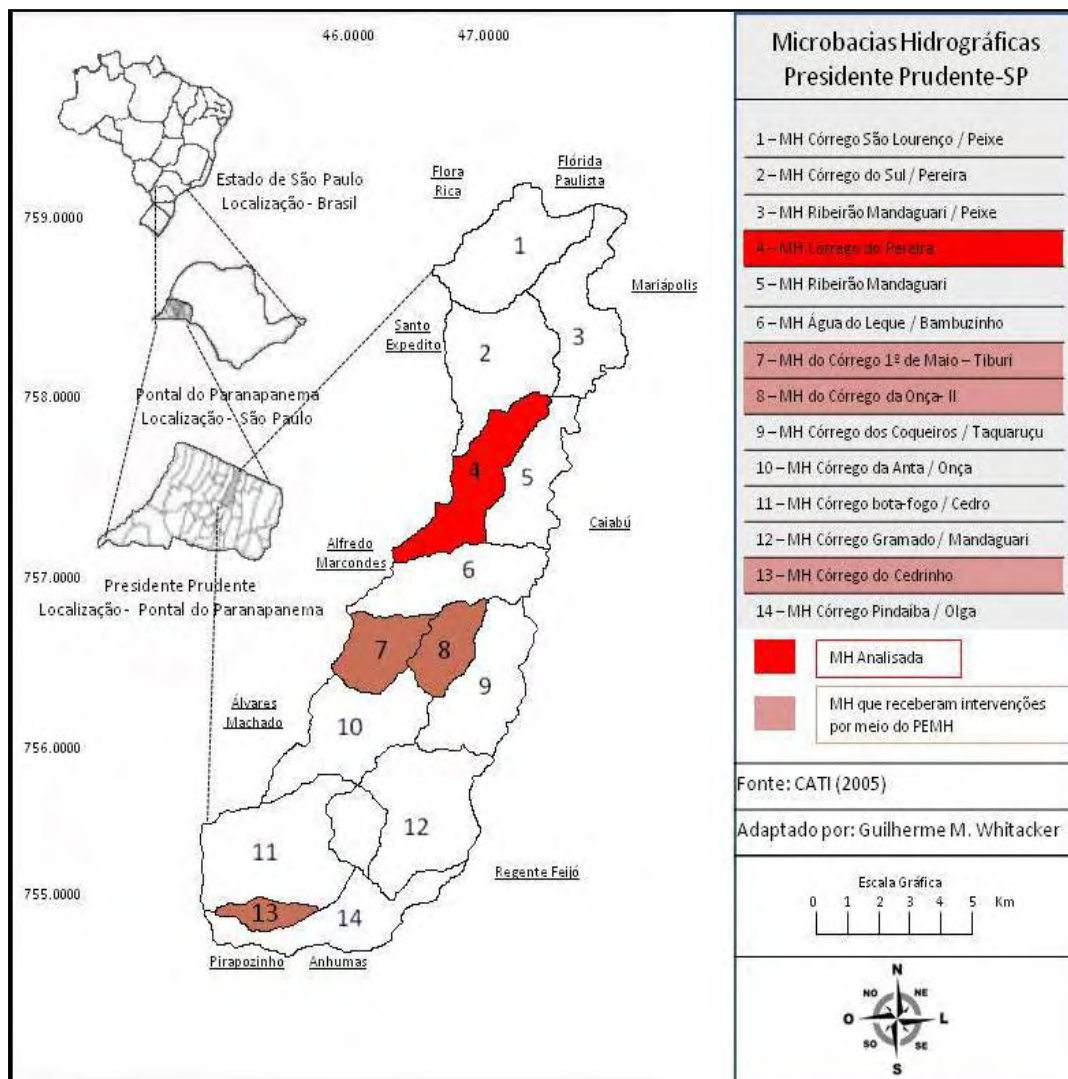


Mapa 1: Município de Presidente Prudente e seus distritos.
 Fonte: FUSHIMI; NUNES. 2011.
 O destaque é nosso.

Apresentaremos a seguir algumas das características físicas, sociais e econômicas da microbacia. Para tanto, basearemos-nos nos trabalhos realizados por

Fushimi e Nunes (2011), no plano de manejo da microbacia hidrográfica da microbacia do Córrego do Pereira (LIMA, 2005, CATI, 2002) e em informações obtidas durante o trabalho de campo realizado nos meses de julho a outubro de 2012.

A microbacia, identificada no mapa 2, integra a bacia hidrográfica do Rio Aguapeí - Peixe e possui área de 3.891,95 ha, e perímetro de 37.796 metros. Possui como principais rodovias de acesso: Rodovia Raimundo Maiolini com 12,6 km; Estrada do Bairro 100 Alqueires com 7 km; Estrada do Toshio, 7,3 km (LIMA, 2005).



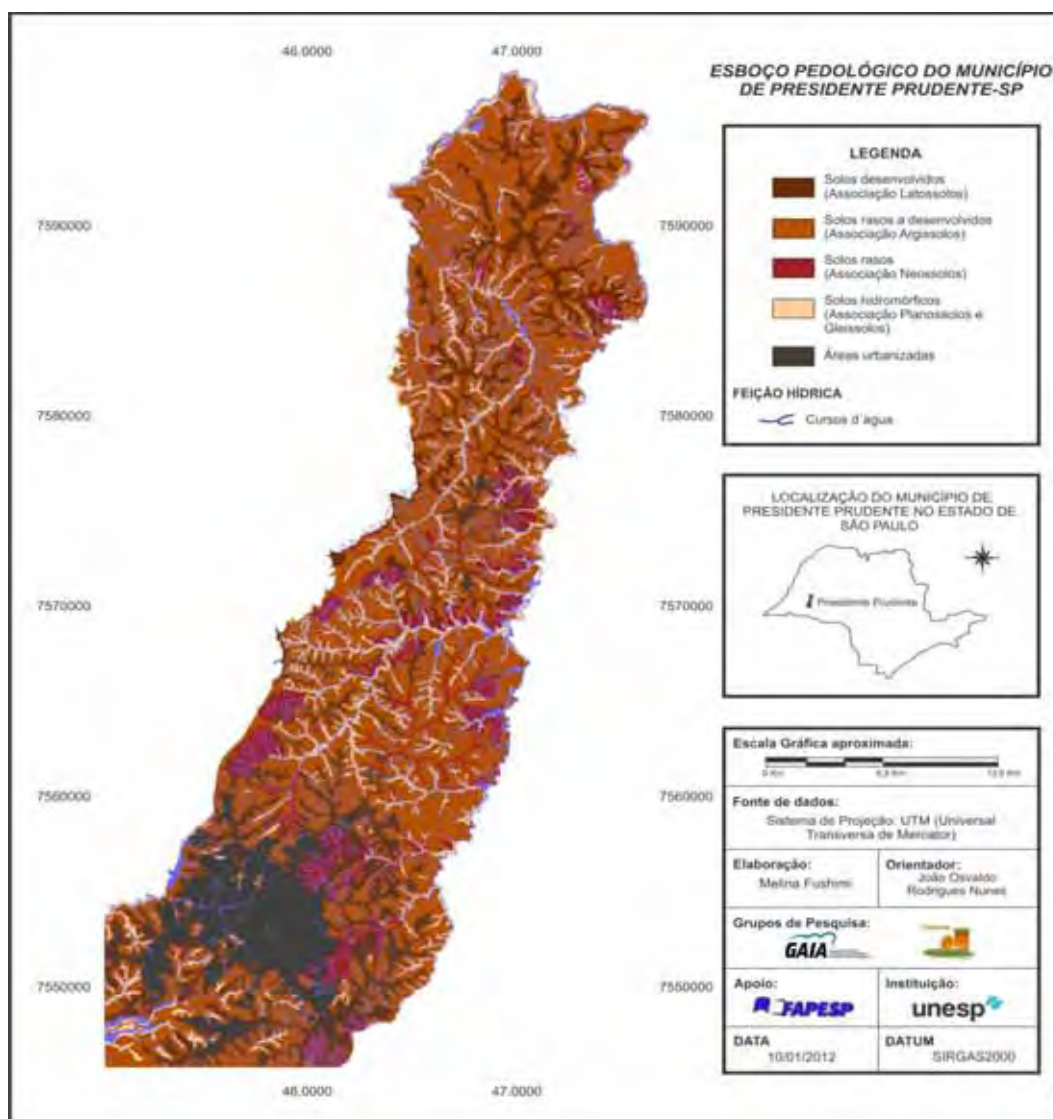
Mapa 2: Microbacias hidrográficas no município de Presidente Prudente.

Fonte: CATI (2005).

Adaptado por: Guilherme Magon Whitacker

Em relação ao solo no município, devido às suas características naturais observadas na tabela 1 (LIMA, 2005), e no mapa 3 (FUSHIMI; NUNES, 2011), aliado

ao manejo inadequado, vem ocorrendo gradativamente o desgaste do mesmo como observamos na foto 1.



Mapa 3 – Esboço pedológico do Município de Presidente Prudente.
 Fonte: Extraído de: FUSHIMI; NUNES (2011).

Tipo de Solo	Área (ha)	microbacia	Fatores Limitantes
Argissolo	1070,0 ha	27,5%	Textura arenosa. Solo raso, com baixa fertilidade e suscetível à erosão. Relevo suavemente ondulado a ondulado.
Argissolo Abrupto	2101,95 ha	56,6%	Textura arenosa. Mudança abrupta entre horizontes A e B (aumento de mais de 100% de argila em distância vertical inferior a 7 cm). Relevo ondulado a fortemente ondulado.
Latossolo	620,0 ha	15,9%	Textura média, relevo suavemente ondulado, com fertilidade baixa e susceptibilidade a erosão. Solo álico com horizonte B textural.

Tabela 1 – Tipos de solos e fatores limitantes da microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira.
 Fonte: LIMA, 2005.
 Organizador: Guilherme Magon Whitacker.



Foto 1: Perfil do solo característico da microbacia.
Fonte: Trabalho de campo 2012.
Foto: Guilherme Magon Whitacker.

As características físicas naturais do solo não propiciaram uma formação agrícola rentável que conseguisse se manter por décadas. Considerando ainda que a forma tradicional de exploração utilizada nesta região foi predatória de recursos, especificamente do solo, o que verificamos na atualidade é uma extensa área degradada. A conversão das áreas de lavouras em pastagens para dar suporte a uma atividade pecuária extensiva resultou no prosseguimento do processo de exaurimento dos recursos naturais, ainda que em ritmo menos intenso.

Em relação ao arrendamento das terras, cabe outra observação: foram realizadas entrevistas na sede dos distritos de Floresta de Sul (5) e Montalvão (3), pois os proprietários praticamente abandonaram suas terras, houve um relato de um ex-produtor rural que nos afirmou: “nem sei mais como é que está aquilo lá, só recebo notícias do moço da fazenda quando ele vem aqui me pagar” (J. B. trabalho de campo, setembro de 2012). Apesar de a renda ser importante para o proprietário, devemos lembrar que, neste caso, caracteriza-se uma forma de abandono das atividades agropecuárias por parte do mesmo, visto que este não desenvolve diretamente tais atividades em sua propriedade, fato relevante levando em consideração a questão da permanência do produtor no campo. As fotos 2 e 3 apresentam a situação relatada.



Foto 2: Gado nelore.
Fonte: Trabalho de campo 2012.
Foto: Guilherme Magon Whitacker.



Foto 3: Residência abandonada na microbacia do Córrego do Pereira.
Fonte: Trabalho de campo, 2012.
Foto: Guilherme Magon Whitacker.

Cumprе salientar que a partir de 1995, começou a ser cultivada de maneira extensiva a monocultura da cana-de-açúcar no município, com a implantação da Usina de Açúcar e Álcool Alta Floresta, através de arrendamento de grandes propriedades

localizadas na divisa Oeste da microbacia (Fazenda São Luiz). Deste modo, com a expansão da pecuária e a introdução da cana-de-açúcar, a agricultura aparece com variedade insignificante. Portanto, entendemos que o pequeno produtor, devido as limitações naturais relativas ao desgaste do solo, dificuldades econômicas e consequentemente falta de mão de obra, não consegue se manter na atividade agrícola e acaba por abandonar sua propriedade.

Dos entrevistados, oito (61,53%) informaram, durante a pesquisa de campo, que desistiram da atividade agrícola. Os motivos variam entre a falta de recursos econômicos para a contratação de mão de obra e o empobrecimento do solo na microbacia. “É muito caro para manter uma horta boa, a terra não dá mais, a gente não da conta do serviço e não tem dinheiro pra contratar alguém de fora, então compensa mais arrenda pra boi ou cana” (S. O. G., trabalho de campo, outubro de 2012).

Aqueles que ainda persistem em atividades em sua propriedade, apenas 3 (23,07%) dos 13 entrevistados, continuam morando em suas propriedades e possuem algum tipo de lavoura, mas estas são pequenas e utilizadas pela família ou suplemento aos animais, sendo a renda proveniente de arrendamento e aposentadoria, notamos ainda uma área de cultivo da cultura do eucalipto. A foto 4 mostra o cultivo da cana de açúcar, a 5, lavoura de milho e a 6 o eucalipto, todas na microbacia do Córrego do Pereira.



Foto 4: Cultivo de cana de açúcar, microbacia do Córrego do Pereira.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Foto: Guilherme Magon Whitacker.



Foto 5: Cultivo de milho, microbacia do Córrego do Pereira.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Foto: Guilherme Magon Whitacker.



Foto 6: Cultura de eucalipto, microbacia do Córrego do Pereira.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Foto: Guilherme Magon Whitacker.

Em relação ao preparo do solo, predomina o sistema tradicional através de atividades de aragem e gradagem, ações mecânicas que implicam na movimentação do solo, como verificamos na Foto 7.



Foto 7: Solo arado aguardando sementeira para pastagem.
Fonte: Trabalho de campo, 2012.
Foto: Guilherme Magon Whitacker.

Esta prática, atualmente, não é considerada adequada, pois ao movimentar o solo expõem-se à radiação solar os microorganismos responsáveis pela decomposição do material orgânico que vai garantir sua fertilidade. Deste modo, devido à radiação intensa pode ocorrer a diminuição da capacidade de produção do solo, forçando o produtor rural a investir em insumos químicos para recuperar a fertilidade, porém esta ainda é uma prática muito utilizada na região.

Dentre os 13 produtores rurais entrevistados, quando realizavam atividades agrícolas, 5 (38,46%) não possuíam planejamento para rotação de culturas e desconheciam a prática do plantio direto.

O cultivo de batata-doce foi significativo no Distrito de Eneida durante as décadas de 1980 a 2000, quando os produtores começaram a perder mão de obra familiar e a usina Alto Alegre intensificou o arrendamento de terras no distrito, cultura esta que, segundo o presidente da então Associação de Produtores Rurais de Eneida – ASPREN, em entrevista realizada em julho de 2012, tem sido gradativamente abandonada devido à descapitalização, o que impede investimentos na melhoria da tecnologia de produção, conservação do solo e adubação e, conseqüentemente, abandono da cultura (AC.P., trabalho de campo, julho de 2012).

No setor pecuário os principais problemas levantados em 2005, época do início da implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas nesta

microbacia, segundo técnicos e produtores, era a baixa produtividade e os principais fatores para isso eram: produtor descapitalizado, poucos investimentos em melhoramento genético, alimentação e manejo inadequados do rebanho, não recuperação de pastagens, além do problema da desorganização rural que implica em produtores relativamente isolados e com pouca informação (LIMA, 2005).

Atualmente, durante nosso trabalho de campo realizado entre julho e setembro de 2012, pudemos verificar a continuidade e até mesmo uma intensificação destes problemas, como é o caso da queda de produtividade na pastagem, que reflete na expansão das voçorocas e queda na qualidade do capim.

Diante deste quadro, os produtores, na época da implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, sentiam a necessidade de treinamento e capacitação a fim de enfrentar a nova realidade do meio rural e como condição para permanência na atividade agrícola (LIMA, 2005).

Constatamos durante a pesquisa que esta questão foi prevista e identificada como um dos motivos da baixa rentabilidade na microbacia, porém, segundo informações colhidas no trabalho de campo:

Aqui não teve curso nenhum, às vezes eu ia com o A.C.P. até lá em frente a exposição, na CODASP, aonde a gente via umas palestras que diziam que agora não era mais para fazer as coisas de um jeito, que tinha de fazer de outro, que não podia deixar o boi entrar na água, essas coisa, mais ai a gente ia na reunião da associação e falava pros vizinhos, mas como não tinha incentivo nenhum, ficava tudo do mesmo jeito (A.S., trabalho de campo, 2012).

Em relação ao escoamento da produção de batata doce, que na época da implementação do programa ainda era uma atividade rentável, os produtores apontaram muitos problemas relacionados à conservação das estradas rurais, segundo o Plano de Manejo da microbacia (LIMA, 2005), as estradas:

[...] do distrito de Eneida compreendem pouco mais de 40 quilômetros de extensão e beneficiam diretamente nove produtores pequenos, dois médios e um grande. Apresentam condições ruins de trânsito, principalmente em épocas de muitas chuvas, tornando alguns trechos intransitáveis, prejudicando o escoamento da produção, transporte escolar e insumos. Estas estradas são de acesso principal ao distrito e às áreas da microbacia (LIMA, 2005, p. 08).

Durante o trabalho de campo realizado entre julho e setembro de 2012, constatamos que as estradas apresentam uma boa conservação, tanto a rodovia principal

de acesso aos distritos – Rodovia Raimundo Maiolini –, apesar de sinuosa e sem acostamento; quanto as principais estradas, pavimentadas e não pavimentadas e também as pontes, no interior da microbacia apresentam-se em boas condições de tráfego.

Isto porque, segundo depoimento do ex-presidente da Associação de Produtores Rurais de Eneida, em 2008, através de emenda parlamentar foi viabilizada a quantia de R\$780.000,00 usados na aquisição de cinco tratores e outros implementos agrícolas, que, entre outras atividades, são utilizados na recuperação das estradas, e também a Prefeitura Municipal, através de sua Secretaria de Desenvolvimento Econômico em parceria com a CATI, realizou obras de melhoria nas estradas e conservação das pontes na microbacia (A.C.P., trabalho de campo, julho de 2012).

Uma observação que fazemos é que não notamos a construção de bacias de contenção de águas pluviais nas estradas internas, não pavimentadas, da microbacia. Este fato, relacionado à textura arenosa e propícia ao lixiviamento representa um fator de contribuição para o assoreamento do Córrego do Pereira que localiza na porção de maior declive da microbacia.

Estas Informações podem ser observadas na foto 8, que representa a rodovia Raimundo Maiolini e na foto 9, que mostra a estrada não pavimentada no interior da microbacia conhecida como Estrada do Toshio.



Foto 8: Rodovia Raimundo Maiolini.
Fonte: Trabalho de campo, 2012.
Foto: Guilherme Magon Whitacker.



Foto 9: Estrada do Toshio, interior da microbacia do Córrego do Pereira.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Foto: Guilherme Magon Whitacker.

Na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira, de acordo com dados fornecidos pela CATI, a maioria dos produtores rurais possui baixo nível de instrução, percebe-se que os poucos que possuem maior instrução não residem na microbacia ou têm a propriedade como renda complementar, alugando durante períodos pré-determinados para atividades festivas, ou mesmo somente como lazer para a família do proprietário.

Por meio dos dados apresentados a seguir, referentes ao ano de 2005⁶, ilustrados por mapas, tabelas, quadros e gráficos, interpretamos as intervenções ocorridas na área de estudo por meio da implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.

Os dados contidos na figura 5 (melhor visualizados no ANEXO 4) demonstram as intervenções realizadas por meio de ações desenvolvidas pela CATI na microbacia Córrego do Pereira.

⁶ Os dados atuais serão apresentados intercalando-os durante a exibição dos fornecidos pela CATI.

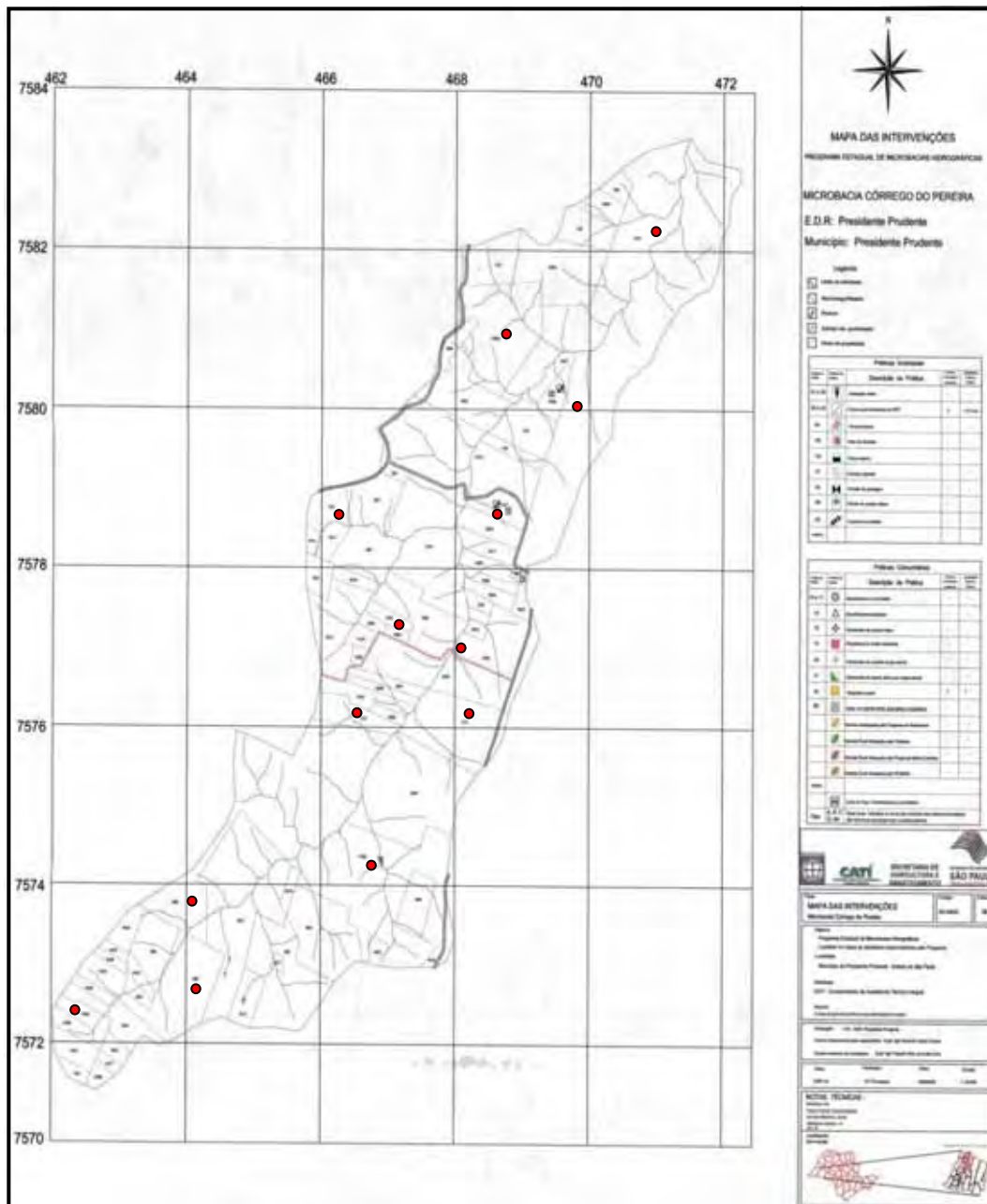


Figura 5: Mapa das intervenções na microbacia do Córrego do Pereira. ANEXO 4.

Fonte: CATI, 2005.

Os destaques são nossos e representam as propriedades visitadas.

Os destaques em vermelho no mapa demonstram a localização das propriedades visitadas, lembrando que destas, apenas três (23,07%) das visitadas possuem moradores, das dez restantes (76,92%) os proprietários foram entrevistados nos distritos de Floresta do Sul (sete, correspondendo a 53,84%) e Montalvão (três, representando 23,07% do total de entrevistados).

Com base nos dados referentes à microbacia obtidos por meio do Resumo de Unidade de Produção Agropecuária (UPA) por Microbacia (disponível somente na

intranet da CATI e que tivemos acesso parcial por meio de autorização da diretoria regional do órgão) realizaremos algumas análises com base no plano de manejo (CATI, 2005) e no nosso trabalho de campo (realizado em 2012) como instrumento para caracterização e detalhamento atual da microbacia⁷.

O Resumo de Unidade de Produção Agropecuária por Microbacia traz o perfil socioeconômico, informações sobre o meio natural, capacidade de articulação associativista e os principais problemas encontrados, na perspectiva dos técnicos executores e dos produtores rurais.

Os produtores, segundo classificação estabelecida pelo Manual Operacional do programa, são classificados entre pequenos, médios e grandes como demonstra o quadro 1 (CATI, 2005).

Categoria	Critérios
Pequeno	<ul style="list-style-type: none"> • Área total explorada até 50 ha, e • 70% ou mais da renda familiar proveniente da agropecuária e • Residir na propriedade ou município onde está localizada a propriedade ou em município vizinho deste.
Médio	<ul style="list-style-type: none"> • Área total explorada maior que 50 há até 200 ha ou, • Área total explorada até 50 ha e que não atende aos critérios de fonte de renda e/ou local de residência, necessários para a classificação como pequeno produtor.
Grande	<ul style="list-style-type: none"> • Área total explorada maior que 200 ha.

Quadro 1: Classificação dos produtores rurais.

Fonte: CATI, 2005, p. 5

De acordo com o plano de manejo da microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira (LIMA, 2005), a estrutura fundiária esta organizada em níveis de estratificação conforme a área da propriedade, como se verifica na tabela 2.

Consideramos esta análise, assim como as demais aqui representadas, relevante, pois o programa articulou suas ações orientado nestes critérios. Neste sentido, apresentaremos também as metas estipuladas pelo programa para a microbacia do Córrego do Pereira, para que possamos realizar uma interpretação sobre o que foi diagnosticado como essencial, com o que foi realmente executado pelo programa nesta área, lembramos que estes dados são referentes ao ano de 2005 e estaremos intercalando-os com as informações atuais.

⁷ No capítulo 2, item 2.3.1, abordaremos características particulares aos produtores membros da associação por nós entrevistados.

Estratificação	Propriedades		Área	
	N.º	%	Ha	%
ATÉ 10 ha	11	15,07	65,50	1,68
10 → 50	40	56,16	858,8	22,06
50 → 100	7	9,59	464,90	11,94
100 → 200	7	9,59	893,90	22,96
> 200	7	9,59	1.608,85	41,36
TOTAL	73	100	3.891,95	100

Tabela 2: Estrutura fundiária da microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira.
Fonte: Lima, (2005).

Segundo a CATI (2005) a ocupação do solo, na microbacia, apresentava certa heterogeneidade no que diz a respeito às culturas predominantes, com variação entre atividades relacionadas às práticas pecuária e agrícola.

Durante o trabalho de campo (2012), constatamos que 100% das propriedades pesquisadas dedicam-se a atividade pecuária, tendo, em seu interior, pequenas lavouras ou hortas para consumo próprio. Percorrendo 23,07% das propriedades rurais (correspondendo a 13 propriedades visitadas em um total de 73 propriedades), percebemos, por meio da paisagem e também durante a aplicação dos questionários que predominam as áreas de pastagem, conforme se verifica na foto 10.



Foto 10: Pastagem. Paisagem típica da microbacia do Córrego do Pereira.
Fonte: Trabalho de campo 2012.
Foto: Guilherme Magon Whitacker.

Buscando identificar as culturas predominantes na microbacia, Lima (2005) identificou que existia, em 2005, uma variedade entre as culturas temporárias e as perenes, conforme se verifica na tabela 3 elaborada com base em dados da CATI.

Grupo	Culturas	Área (ha)	Produtividade anual	Nº UPAs
Perene	Manga	10,4	9.600,0 Kg	2
Temporária	Milho	259,1	58.900,0 Kg	14
Perene	Ameixa	4,8	7.500,0 Kg	1
Temporária	Feijão	13,0	6.700,0 Kg	2
Temporária	Amendoim	2,4	2.500,0 Kg	1
Temporária	Melancia	4,8	1.000,0 Kg	1
Reflorestamento	Eucalipto	9,7	0,0	2
Pastagem	Braquiária	3104,45	0,0	2
Temporária	Batata doce	480,9	286.700,0 Kg	9
Temporária	Mandioquinha	0,6	4.000,0 Kg	1
Temporária	Maxixe	1,8	5.000,0 Kg	1

Tabela 3 – Explorações vegetais na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira.

Fonte: CATI (2005) – (intranet).

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

Em relação às explorações vegetais, procuramos analisar as informações da tabela 3 demonstrando graficamente (gráfico 1) as culturas predominantes, temporária, perene e outras, por área produzida na microbacia, em 2005, introduzindo ainda a cultura da cana de açúcar.

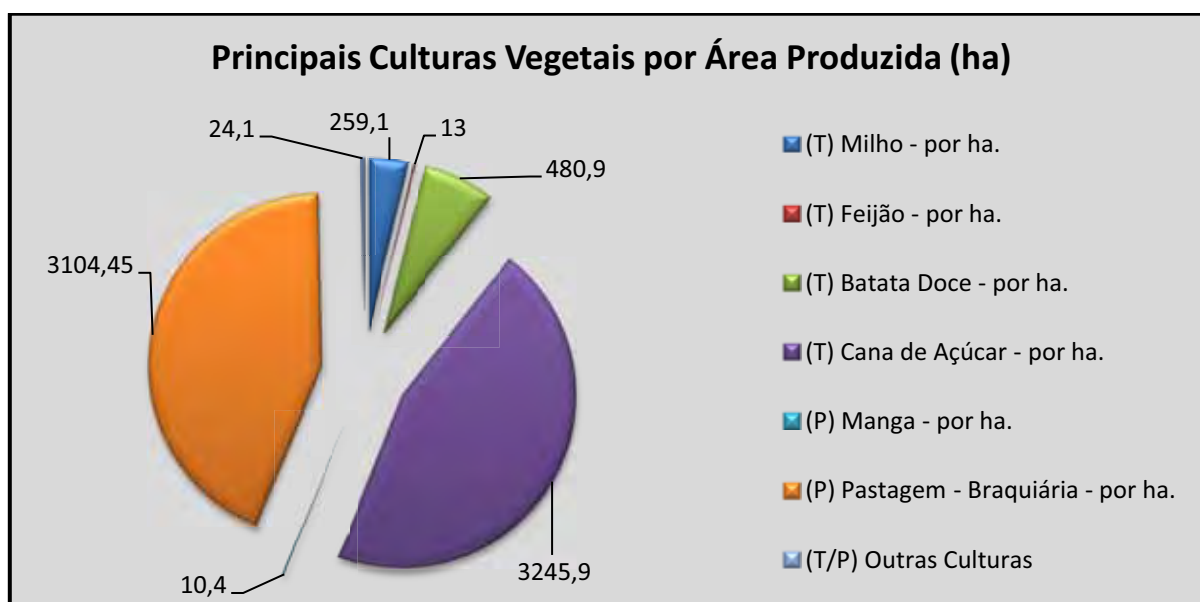


Gráfico 1: Principais culturas por área produzida na microbacia do Córrego do Pereira.

Fonte: CATI (2005) – (intranet).

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

Com base nos dados do Plano de Manejo da microbacia (LIMA, 2005) e na tabela 3, elaboramos o gráfico 2 demonstrando as atividades econômicas relacionadas à pecuária e as lavouras na microbacia, levando em consideração a área de uso do solo, lembrando que os dados expostos referem-se ao ano de 2005.



Gráfico 2: Uso do solo a partir das atividades econômicas em 2005.

Fonte: CATI (2005) – (intranet).

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

Sobre a produção pecuária na microbacia (Tabela 4), se interpretarmos os dados, referentes a 2005, por unidade de produção (número de cabeças) notamos a predominância da bovinocultura de corte, leite e mista.

Explorações animais	Quantidade	Unidade	Nº UPAs
Asininos e muares	37	Cabeças	9
Avicultura de corte	30	Cabeças	1
Avicultura ornamental / decorativa / exótica	510	Cabeças	8
Bovinocultura de corte	3.614	Cabeças	21
Bovinocultura leiteira	509	Cabeças	11
Bovinocultura mista	1.893	Cabeças	43
Equinocultura	147	Cabeças	41
Ovinocultura	62	Cabeças	4
Piscicultura	2.650	M ² Tanques	2
Suinocultura	22	Cabeças	3

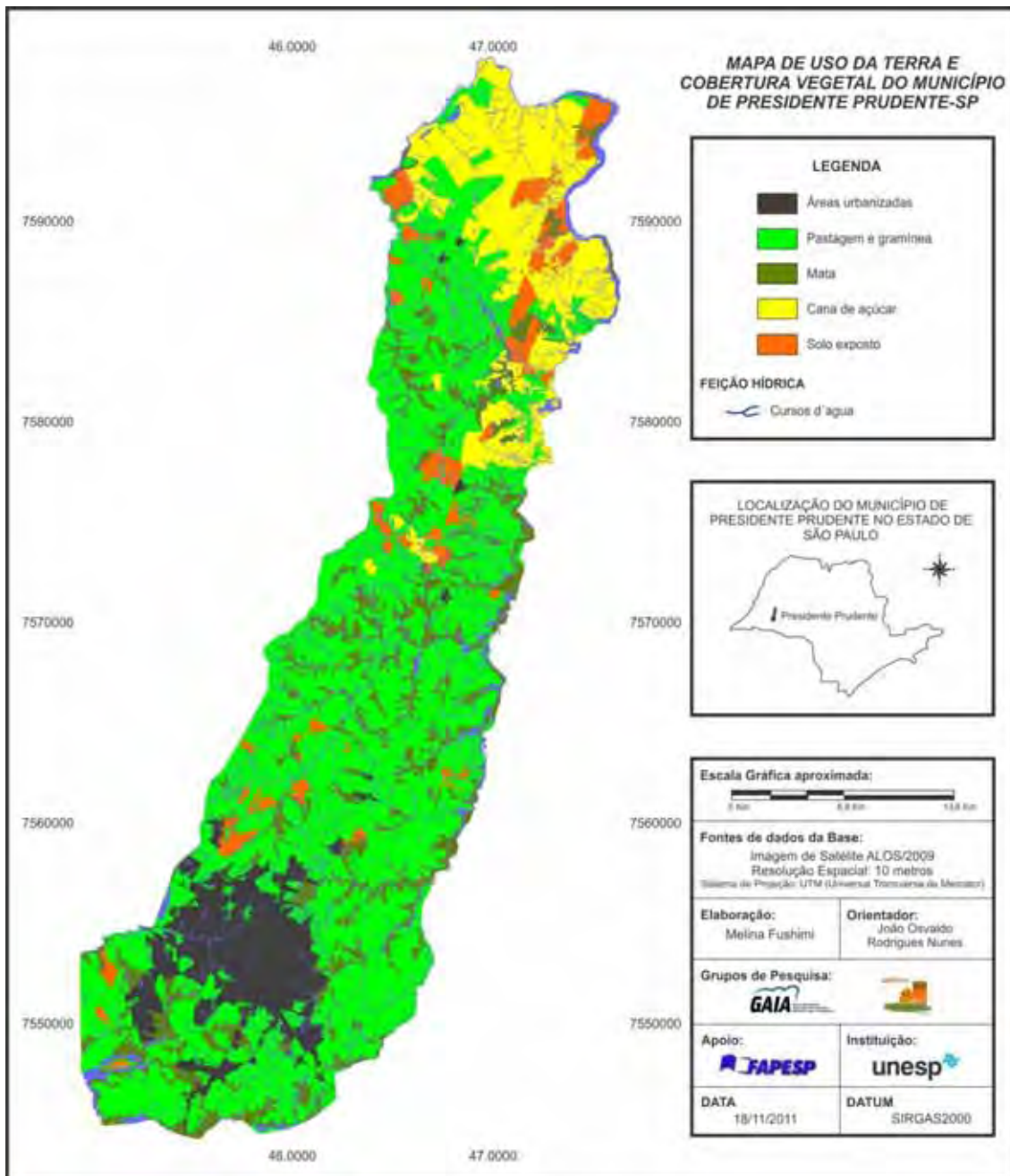
Tabela 4: Explorações animais na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira.

Fonte: CATI (2005) – (intranet).

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

Destas informações, comparando os dados na tabela com informações atuais, podemos perceber que a atividade predominante na microbacia é a pecuária, este fato pode ser verificado quando observamos o mapa 4, que demonstra a predominância de

áreas de pastagem no município, mesmo levando em consideração o recente avanço da cana-de-açúcar.



Mapa 4: Cobertura vegetal e uso do solo em Presidente Prudente.

Fonte: Extraído de FUSHIMI e NUNES, 2011.

Pela imagem é possível verificar o uso da terra e a cobertura vegetal no município de Presidente Prudente e, especificamente, na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira na atualidade, onde a cobertura vegetal predominante são as

pastagens e gramíneas e observa-se ainda uma grande extensão de terra desprovida de cobertura vegetal.

Percebe-se, pela imagem do mapa 4 que na maior parte do município, inclusive na área em que se localiza a microbacia, predominam as pastagens, o que demonstra a atividade de práticas pecuárias e áreas extensas de exposição do solo, o que reduz a capacidade produtiva de algumas propriedades.

Em relação ao tipo de gado (corte/leite), constatamos que os produtores entrevistados na microbacia abandonaram a atividade leiteira, pelo motivo de baixa produção e má condição genética do gado, já verificado em 2005 (CATI, 2005) e trabalham, na atualidade, exclusivamente com gado de corte. Apesar de extensa a área de pastagem da microbacia, se comparada com outras, a produtividade da pecuária na microbacia foi considerada baixa já em 2005.

No setor pecuário a justificativa de baixa produtividade continua sendo as mesmas: produtor descapitalizado, poucos investimentos em melhoramento genético, alimentação e manejo do rebanho, recuperação de pastagens, além do problema da desorganização rural, produtores isolados e com pouca informação (LIMA, 2005, p. 24).

Atualmente, grande parte das residências e demais benfeitorias, como barracões, tulhas e outras comuns em propriedades rurais, encontram-se em estado de deterioração pelo abandono dos proprietários, seja da atividade agrícola ou pecuária que este realizava, seja pelo abandono da propriedade.

Destacamos o número de casas para moradia habitadas com o total de casas habitadas temporariamente encontradas na microbacia. Este dado revela uma importante informação que pode ajudar a entender os dados apresentados sobre a dinâmica da agropecuária na microbacia.

Se levarmos em conta que foram contabilizadas 81 residências na microbacia (CATI, 2005; trabalho de campo, agosto de 2012) e destas, atualmente, apenas 45 são destinadas a moradia, sem a realização de atividades de produção, podemos ponderar a situação de abandono das atividades produtivas e a caracterização cada vez maior de uma área destinada ao arrendamento, seja para a criação bovina ou para o cultivo da cana-de-açúcar.

Os 13 produtores rurais entrevistados no ano de 2012 arrendam as suas terras para a engorda de gado de propriedades vizinhas ou mesmo proveniente de outras microbacias dos distritos vizinhos (Floresta do Sul, Montalvão ou Ameliópolis).

Do total de entrevistados oito (61,53%) não moram mais em suas terras e deixaram de trabalhar em suas propriedades, passando a residir na sede do distrito e possuem renda de atividades comerciais ou vivem de aposentadoria e arrendamento. Isto, em parte, também demonstra o caráter de abandono das atividades agropecuárias, ajudando a caracterizar a predominância de assalariados e aposentados rurais nesta microbacia. Destas informações elaboramos o gráfico 3 identificando o número de casas habitadas na microbacia.

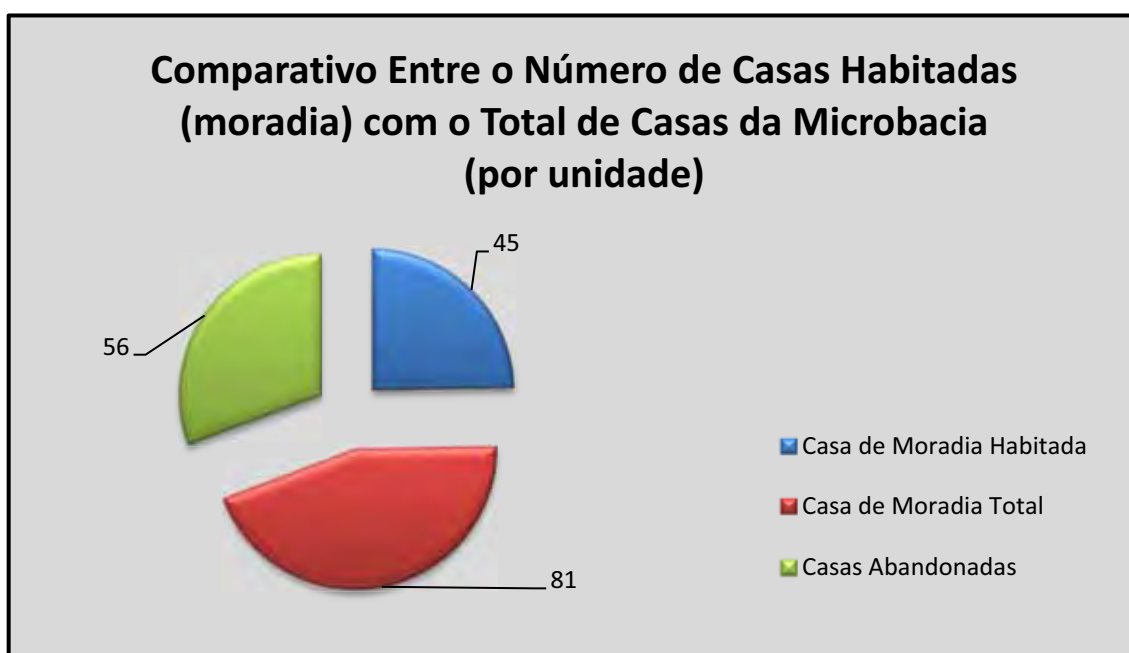


Gráfico 3: Comparativo entre o número de casas para moradia e o total de casas construídas na microbacia do Córrego do Pereira.

Fonte: CATI (2005) – (intranet).

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

Em relação ao maquinário (Tabela 5) utilizado por produtores da microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira em 2005, podemos perceber também a utilização de baixa tecnologia. Este fato está relacionado ainda com o que escrevemos anteriormente em relação à produção.

Pois, entendemos que os produtores ficaram atrelados a tecnologias que não permitiram um melhoramento, tanto em termos de melhoramento genético, fertilidade ou melhoria na qualidade da pastagem na área produtiva, o que conseqüentemente, acarretou na baixa da produção, seja ainda, em relação ao controle de estradas internas das propriedades e também manejo de voçorocas.

Máquinas e equipamentos	Nº	Unidade	Nº UPAs
Arado comum (bacia, aiveca)	7	Unidades	6
Arado subsolador	1	Unidade	1
Batedeira de cereais	1	Unidade	1
Conjunto para irrigação convencional	1	Unidade	1
Desintegrador, picador, triturador	12	Unidades	12
Distribuidor de calcário	4	Unidades	4
Ensiladeira	1	Unidade	1
Grade aradora (tipo romi)	5	Unidades	4
Grade niveladora	4	Unidades	4
Implementos para tração animal	102	Unidades	22
Ordenhadeira mecânica	1	Unidade	1
Pulverizador tratorizado	2	Unidades	2
Semeadeira / Adubadeira para plantio convencional	3	Unidades	3
Trator de Pneus	8	Unidades	8

Tabela 5: Máquinas e equipamentos na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira.

Fonte: CATI (2005) – (intranet).

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

A tabela 5 evidencia a desproporção existente entre os equipamentos utilizados pelos produtores na microbacia. Observa-se a predominância de aparatos técnicos que relacionam-se a percepção que obtivemos sobre a transferência das atividades produtoras que tornaram-se predominantemente de arrendamento, se levarmos em consideração que este número representa também um abandono das atividades.

Disto resulta que:

[...] em função das dificuldades econômicas enfrentadas pelos produtores, não se verificou a renovação do maquinário existente, que dado ao tempo de uso, encontram-se na sua grande maioria totalmente depreciados e sucateados. Atualmente muitos produtores vêm utilizando os serviços oferecidos pela patrulha agrícola da Prefeitura Municipal e por ela administrados, tendo que enfrentar uma extensa fila de espera, pois estes equipamentos atendem todo o município. Diante deste fato, vários produtores necessitam de adquirir máquinas e implementos através de sua própria associação, visando principalmente implementos para conservação do solo, uma vez que arados e grades são mais comuns nas propriedades. A necessidade de uma estrutura para armazenamento também foi levantada pelos produtores, a fim de conseguir um melhor preço para seus produtos (LIMA, 2005, p.25).

Em relação à utilização de tecnologias para culturas⁸ temporárias, observa-se na tabela 6 que não existia em 2005 uma diversificação em relação ao preparo do solo, intensificando as práticas tradicionais nesta microbacia.

⁸ Cultura (lavoura), geralmente com prazo menor de um ano para sua colheita e que necessita de um novo plantio após a sua colheita. Exemplo: feijão e milho.

Cultura	Área total (ha)	Tecnologias	Área (ha)	%
Milho	121,2	Calagem	59,2	9,77
Milho	121,1	Análise de solo	66,2	7,8
Feijão	4,0	Calagem	5,0	125,0
Feijão	4,0	Análise de solo	5,0	125,0
Batata doce	234,5	Calagem	197,1	21,01
Batata doce	234,5	Análise de solo	173,1	24,61
Cana de açúcar	1.627,6	Calagem	1598,0	32,73
Cana de açúcar	1.627,6	Análise de solo	1602,0	24,61

Tabela 6: Utilização de tecnologia para culturas temporárias na microbacia do Córrego do Pereira.

Fonte: CATI (2005) – (intranet).

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

Relacionando os dados contidos na tabela 6 com a questão do arrendamento de terras, demonstramos no gráfico 4 uma maior especialização da cultura de cana-de-açúcar, em relação a outras práticas agrícolas, na microbacia.

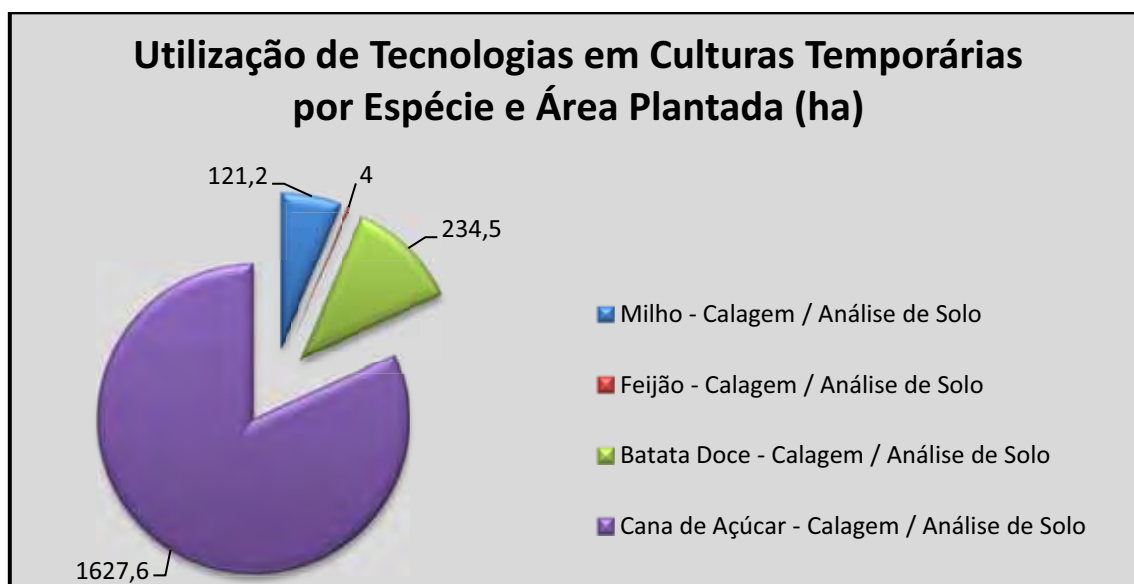


Gráfico 4: Tecnologias em culturas temporárias na microbacia do Córrego do Pereira.

Fonte: CATI (2005) – (intranet).

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

Segundo o plano de manejo da microbacia (LIMA, 2005):

Nas culturas temporárias predominam o sistema tradicional de preparo do solo, através de arações e gradagens com intensa mobilização do solo e monocultura. As produtividades médias são baixas devido aos solos desgastados e pobres em matéria orgânica. Grande parte da produção de milho é proveniente de pequenas lavouras, sendo destinadas ao consumo interno das propriedades, comercializando-se apenas o excedente. A grande maioria dos produtores não faz planejamento para rotação de culturas e desconhece a prática de plantio direto. A produção é comercializada

principalmente para intermediários e a ausência de planejamento nesta fase e desunião dos produtores faz com que a comercialização de seus produtos ocorra a preços muito baixos (LIMA, 2005, p. 14).

Em relação à força de trabalho utilizada na microbacia verifica-se, em 2005, um alto número de trabalhadores temporários em relação aos permanentes e também a presença de mão de obra familiar, como demonstramos na tabela 7.

Descrição	Quantidade	Unidade	Nº UPAs
Familiares trabalhando no imóvel	131	Unidades	69
Mão de obra temporária	1.147	Dias homem	16
Trabalhadores permanentes	28	Unidades	21

Tabela 7: Força de trabalho na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira.

Fonte: CATI (2005) – (intranet).

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

Este fato não condiz com a realidade. Durante o trabalho de campo constatamos que as propriedades visitadas encontram-se arrendadas, portanto sem funcionários contratados que desenvolvam qualquer tipo de atividade, sejam estes familiares ou fixos. Notamos ainda que esta situação atingiu um patamar de estagnação, pois não existem mais na microbacia atividades relacionadas a práticas agrícolas e quase todos os produtores pesquisados informaram que venderam suas máquinas.

Buscando identificar nos produtores rurais sua percepção sobre a qualidade dos recursos naturais na microbacia, foi aplicado, quando da execução do programa, um formulário (tabela 8) que buscava interpretar esta situação levando em consideração itens como o uso de agrotóxicos, de água, do solo, e destino de resíduos sólidos e orgânicos.

Uso de agrotóxicos, reutilização e descarte das embalagens.		
Questão	Resposta	%
Utiliza produtos agrotóxicos?	Nunca	6,8
	Raramente	5,5
	Usualmente	87,7
Reutilizam de alguma forma as embalagens vazias de agrotóxicos	Nunca	100
Quanto à preocupação de resíduos / embalagens contaminarem os recursos naturais, as orientações para descarte são seguidas?	Não se preocupa	1,5
	Se preocupa e segue as orientações	85,3
	Se preocupa mas não segue as orientações	13,2

Tabela 8: Uso de agrotóxicos por produtores na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira.

Fonte: CATI – (intranet).

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

Sobre o uso da água do córrego na microbacia, observamos a tabela 9.

Uso do curso de água na microbacia		
Questão	Número	%
Utiliza água para abastecimento de instalações animais	1	1,4
Utiliza água para irrigação de culturas	4	5,45
Utiliza água para animais diretamente	68	93,15

Tabela 9: Uso de água microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira.

Fonte: CATI – (intranet).

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

Esta informação constitui item importante para o programa, pois uma das ações previstas (quadro 2) seria o cercamento de Áreas de Preservação Permanente e, construir junto ao produtor rural, uma consciência sobre a importância da preservação dos recursos hídricos. A foto 11 mostra que esta ação não funcionou, pois percebemos sinais que indicam a presença de animais em áreas que deveriam estar cercadas e protegidas.



Foto 11: Córrego do Pereira ao Sul da microbacia, próximo ao distrito de Eneida.

Fonte: Trabalho de campo 2012.

Foto: Guilherme Magon Whitacker.

Em relação à disposição final dada a resíduos sólidos e orgânicos em 2005 segundo dados disponibilizados por técnicos executores do programa vinculados a CATI, podemos observar na tabela 10 o destino dos resíduos sólidos e orgânicos.

Destinação final - Resíduos Sólidos e Orgânicos		
Questão	Resposta	%
Produção de resíduos sólidos na UPA?	Não	60,3
	Local específico para deposição	35,6
	Transporta para fora da UPA	4,1
Produção de resíduos orgânicos na UPA?	Não	57,5
	São lançados em fossa séptica	42,5
Produção de resíduos orgânicos animais na UPA?	Não	83,6
	São lançados em esterqueira	16,4

Tabela 10: Destinação final a resíduos sólidos na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira.

Fonte: CATI – (intranet).

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

No que concerne aos resíduos sólidos na microbacia Lima (2005) enfatiza que:

[...] ocorre a deposição de lixo principalmente nas margens da estrada pavimentada. Quanto aos resíduos sólidos das propriedades são enterrados ou queimados. Boa parte das propriedades dispõe de fossa séptica para lançamento de resíduos orgânicos, mas há necessidade de construir mais umas 05 fossas. Os resíduos de animais, na sua maioria, são lançados a céu aberto. Os principais problemas dos produtores são solos degradados, falta de mata ciliar, adequação das estradas rurais, descapitalização, falta de capacitação técnica, etc. (LIMA, 2005, p. 16).

Durante o trabalho de campo este fato foi contestado. Dentre as propriedades pesquisadas 11 (84,61%) ainda possuem fossa negra nos quintais e apenas duas (15,38%) possuem fossas sépticas que foram construídas com recursos próprios, pois não o conseguiram por intermédio do programa em razão da desarticulação entre os produtores.

A fossa que eu tenho aqui fui eu mesmo que construí. Pra você ver, eu não consegui juntar ninguém na associação pra aproveitar da verba. Tinha hora que eu falava que o pessoal tinha tudo que ir embora mesmo, o dinheiro tava aí e ninguém fazia nada, pra conseguir uma roçadeira e um pedacinho de cerca foi uma dificuldade danada (A. S., trabalho de campo 2012).

Em relação aos resíduos sólidos, percebemos durante o trabalho de campo a disposição de resíduos nas margens das estradas, apesar de anteriormente os produtores especificarem que realizavam a disposição correta, armazenando os resíduos para a coleta realizada pela Prefeitura Municipal. Também percebemos sinais de queima em distintos locais da microbacia como ilustram as fotos 12 e 13.



Foto 12: Local de queima de resíduos.
Fonte: Trabalho de campo 2012.
Foto: Guilherme Magon Whitacker.



Foto 13: Local de queima de resíduos.
Fonte: Trabalho de campo 2012.
Foto: Guilherme Magon Whitacker.

Em relação ao destino final dado as embalagens de agrotóxicos, em 2005, período referente à implementação do programa, constatou-se que:

O uso de agrotóxico é intenso nas culturas anuais e na cana-de-açúcar. Não usam equipamentos de proteção individual no preparo e aplicação do produto, e também não possuem lugar apropriado para depositar as embalagens vazias. Em geral não lavam e nem abastecem os equipamentos de pulverização diretamente nos cursos d'água. Nota-se que existem poucas informações sobre o uso correto de agrotóxicos e o destino de suas embalagens (LIMA, 2005, p. 15).

Estas informações também foram verificadas durante o trabalho de campo e todos os entrevistados reclamaram muito sobre a destinação final das embalagens de agrotóxicos, porém, com uma redução nas atividades agrícolas e predominância da pecuária nesta microbacia, o uso de produtos químicos tem diminuído muito, mas dois dos 13 produtores entrevistados (2,73%) que ainda residem em suas propriedades e cultivam pequenas hortas guardam as embalagens utilizadas, levando estas para serem descartadas em lixeiras no distrito.

Sobre a cobertura vegetal, o plano de manejo (LIMA, 2005) aponta que existiam, em 2005:

[...] 16 ha com mata nativa. Nas áreas que margeiam as nascentes e curso d'água, estima-se que 90% necessitam de mata ciliar. Esta escassa presença de mata ciliar vem comprometendo os recursos hídricos, onde os cursos d'água apresentam-se em progressivo processo de degradação. (LIMA, 2005, p. 15).

Durante o trabalho de campo presenciamos o avanço do gado sobre áreas de matas remanescentes. Pudemos identificar locais onde deveriam existir cercas independentemente das ações executadas pelo programa, seja de financiamento para construção de cercas ou conscientização do produtor rural, o que demonstra também uma falha do órgão responsável pela fiscalização no que tange ao cumprimento da lei⁹ que garante a manutenção das áreas de preservação permanente.

Destas informações, constatamos que as áreas de mata estão cada vez mais escassas, mesmo as Áreas de Preservação Permanente que, segundo produtores, particularmente aqueles que arrendaram suas terras e precisam de áreas para engorda de gado: “só estão ali porque senão o pessoal vem e multa, podia ser tudo pasto, porque não adianta eu fechar aqui e o outro não fazer nada” (M. A. M. R., trabalho de campo, 2012). (Fotos 14 e 15).

⁹ Resolução CONAMA nº 303 de 2002 em seu artigo 3º e incisos.



Foto 14: Gado em Área de Preservação Permanente.
Fonte: Trabalho de campo 2012.
Foto: Guilherme Magon Whitacker.



Foto 15: Pastagem extensiva.
Fonte: Trabalho de campo 2012.
Foto: Guilherme Magon Whitacker.

Em geral, identificamos a preocupação em relação à preservação de matas ciliares, por parte dos produtores entrevistados, agrupando-os em três categorias representadas no gráfico 5.

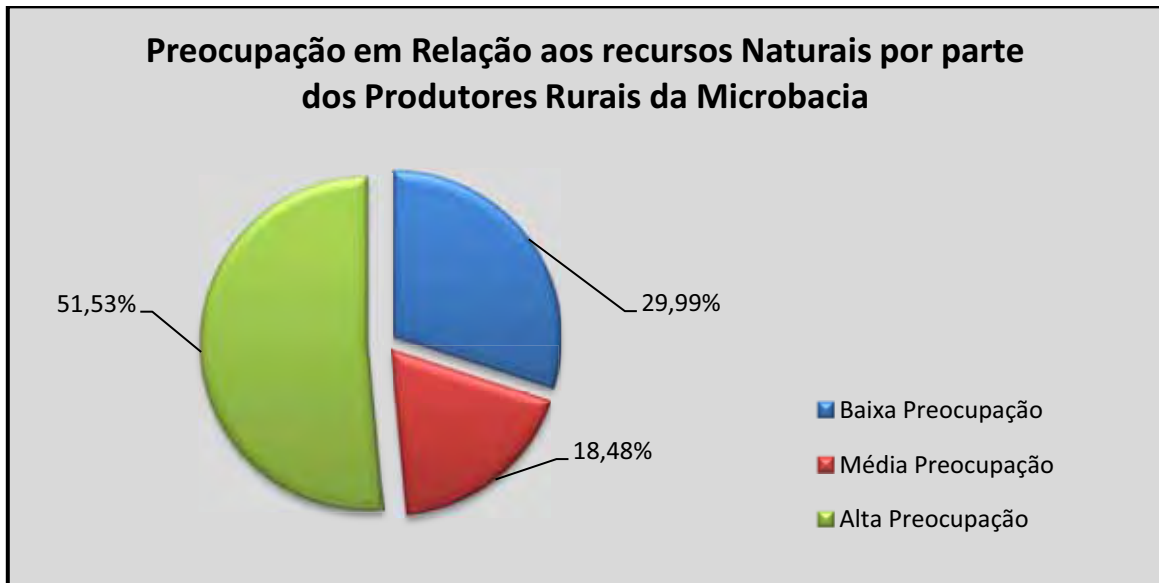


Gráfico 5: Preocupação com os recursos naturais dos produtores da microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira.

Fonte: CATI (2005) – (intranet).

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

Destes dados podemos perceber que a preservação de recursos naturais naquela área não é uma prática comum entre os produtores, pois de acordo com o Plano de Manejo da Microbacia Hidrográfica do Córrego do Pereira (LIMA, 2005), o desmatamento na microbacia é antigo:

Os produtores demonstram grande preocupação na recomposição das matas ciliares onde vários trechos se apresentam com intenso processo erosivo, contribuindo com o assoreamento do córrego. A cobertura nativa foi praticamente eliminada ao longo dos anos, proporcionando uma flora e fauna pouco diversificada e maiores riscos de desequilíbrios ambientais. Verifica-se também que no controle da erosão são empregados métodos de caráter mecânico, sendo pouco empregados métodos vegetativos devido à cultura e tradição, também motivada por falta de treinamento e capacitação. (LIMA, 2005, p. 26).

Esta preocupação expressa no Plano de Manejo (LIMA, 2005), na atualidade, conforme observamos em nosso trabalho de campo, tem aumentado por força de lei, pois, dentre os entrevistados oito relataram ter recebido multas aplicadas pela Polícia Militar Ambiental, principalmente sobre o avanço de gado em Áreas de Preservação Permanente, o que reitera o que afirmamos anteriormente sobre a conscientização ambiental dos produtores nesta microbacia.

Das informações expostas sobre as culturas predominantes e economicamente rentáveis atualmente na microbacia, organizamos o gráfico 6 na tentativa de traçar o perfil atual do uso do solo. Levamos em consideração para a organização deste perfil

dados referentes ao uso do solo nas propriedades visitadas (17,80 % do total das propriedades).

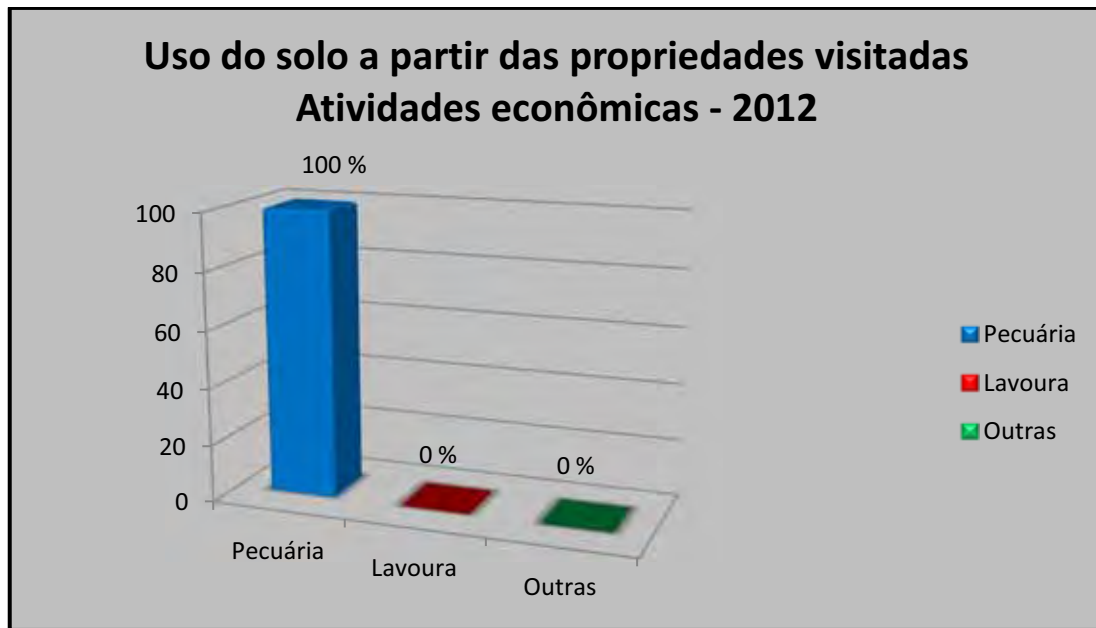


Gráfico 6: uso do solo na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira em 2012.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

Estas informações foram obtidas após analisarmos os dados extraídos dos formulários que aplicamos junto aos proprietários na microbacia (ANEXO 2). Em relação ao item “outras atividades”, incluímos aí o cultivo de eucalipto, que apesar de representar grande extensão, é realizada em apenas duas propriedades desta área, localizadas as margens da rodovia Raimundo Milani, as demais atividades referem-se ao plantio de milho, para alimentação de animais.

Percebemos ainda que dentre as atividades relacionadas à pecuária não existe uma diversidade em relação ao gado de corte e leiteiro, predominando o gado nelore, muitas vezes vindo de outras áreas.

Uma única observação pode ser feita, alguns proprietários mantêm em suas terras algumas poucas cabeças de equinos e muares (cavalos e mulas, foto 16) utilizados para lazer, trabalho ou moeda de troca e, encontramos ainda, um proprietário que mantêm carneiros para venda, que é realizada nos próprios distritos de Presidente Prudente.



Foto 16: Cavalos criados para lazer e troca entre produtores rurais.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Foto: Guilherme Magon Whitacker.

Em relação aos recursos naturais, novamente constatamos que as intenções do programa não lograram êxito. A área da microbacia é visivelmente degradada (foto 17), apresenta sinais de voçoroca em muitas propriedades e o assoreamento no Córrego do Pereira é facilmente percebido.



Foto 17: Pastagem degradada por voçoroca.

Fonte: Trabalho de campo 2012.

Foto: Guilherme Magon Whitacker.

Quando questionados sobre a questão da preservação dos recursos naturais em suas propriedades, fomos informados por 66% dos entrevistados (gráfico 5) que estes possuem, hoje, consciência desta necessidade, porém, 84,61% das propriedades (11, das 13 visitadas) possuem fossa comum (fossa negra) e 100% dos entrevistados afirmaram já terem realizado queima em suas propriedades para “limparem” o terreno, 100% dos entrevistados afirmaram que, quando ativas as propriedades, os resíduos eram queimados ali mesmo.

Portanto, em relação à necessidade de preservação de recursos naturais, notamos através do trabalho de campo que esta se desenvolveu não a partir de atividades realizadas pela CATI na execução do programa, mas sim, por imposição legal.

A partir dos dados expostos e da caracterização de nossa área de estudo, acreditamos podermos nos direcionar para o próximo capítulo para entendermos a complexidade da relação entre os distintos grupos sociais na implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Córrego do Pereira.

Síntese preliminar

- Dedicamos nossos esforços partindo de uma revisão bibliográfica sobre o Pontal do Paranapanema até o município de Presidente Prudente como forma de adentrarmos nosso recorte espacial, a microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira, no distrito de Eneida.
- Demonstramos características históricas através de autores como Abreu (1984) Leite (1985, 1998) e Monbeig (1984) que estudaram a formação do Pontal do Paranapanema e do município de Presidente Prudente apresentando a dinâmica agropecuária deste município, identificando uma contínua substituição de lavouras, do café à cana de açúcar que, atualmente, disputa espaços com a pecuária extensiva.
- Percorremos nossa área de pesquisa, a microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira, localizada ao Norte do município de Presidente Prudente no distrito de Eneida e, por meio de informações obtidas em nosso trabalho de campo, apresentamos suas características físicas, sociais, econômicas e naturais.

Capítulo 2

Desenvolvimento sustentável: paradigma para o desenvolvimento rural

Neste capítulo nos propomos a analisar a aceitação e utilização, sem questionamentos por órgãos públicos, da proposta de desenvolvimento sustentável no contexto das políticas públicas. Para tanto, de início, nos debruçamos sobre os escritos de Thomas Kuhn e pedimos emprestadas as suas palavras para entender o que se propõe sobre mudança paradigmática, termo de uso constante quando se planejam políticas públicas que objetivam implementar ações que proporcionem formas de desenvolvimento que são intituladas de sustentáveis.

Este autor defende que um paradigma é constituído por um conjunto de crenças, técnicas e valores compartilhados por uma comunidade que normalmente serve de modelo para a abordagem e solução de futuros problemas (KUHN, 1998). Ou seja, trata-se o futuro como um reflexo do passado, sendo a ciência encarregada de apresentar e resolver as questões que surgem no interior de um paradigma, pois, “a ciência é essencialmente uma atividade de solução de problemas” (LAUDAN, 2011).

Neste sentido, lembramos que é importante ressaltar que os problemas surgem e são resolvidos apenas dentro de um determinado paradigma, pois distintos paradigmas apresentam diferentes questões e, portanto, diversas são as soluções.

Entretanto, quando começam a aparecer problemas que divergem totalmente das expectativas esperadas, o paradigma original começa a enfraquecer e uma nova concepção de mundo começa suceder à antiga compreensão da ciência. Começa a partir de então o segundo estágio de uma ciência, denominado ciência extraordinária (KUHN, 1998). Essa ciência está na fronteira entre dois paradigmas e modificará todas as regras introduzindo um novo modelo. Portanto, de acordo com o pensamento ambientalista vinculado a ecologia política, as regras e métodos do paradigma desenvolvimentista¹⁰ deverão ser repensados, pois não permitem a resolução de alguns dos problemas apresentados na contemporaneidade (expressos na relação sociedade x natureza), então, à questão que se coloca é: qual será o novo paradigma?

Kuhn defende que a mudança de paradigmas não é um processo racional. A ideia é que não há qualquer padrão de racionalidade que irá avaliar e criticar os

¹⁰ Entendemos aqui por desenvolvimentismo aquela expressão utilizada pelo pensamento ambientalista relacionada à ideia de desenvolvimento a qualquer custo.

paradigmas sob um ponto de vista comum, já que cada paradigma possui seu conjunto de regras que só tem sentido dentro de sua própria teoria (KUHN, 1998).

A passagem de um estágio paradigmático, desenvolvimentista, para uma nova forma de enxergar e viver o mundo seria algo, a nosso ver, extraordinário, que demonstraria a evolução científica, a capacidade de percepção de erros e acertos de modelos que sobreviveram durante séculos. Isso seria aquilo que Kuhn denominou de mudança revolucionária (KUHN, 2006), ou seja, aquela que vai além da adição cumulativa de saberes e passa para a construção de saberes. Mas, entendemos de acordo com a perspectiva adotada por Kuhn (2006) que “não se pode passar do velho ao novo simplesmente por um acréscimo ao que já era conhecido. Nem se pode descrever inteiramente o novo no vocabulário do velho ou vice-versa” (KUHN, 2006, p. 26).

Neste sentido, não estamos aqui almejando buscar explicações científicas que tragam respostas imediatistas sobre os caminhos futuros da humanidade, pois, se a pesquisa científica muda de método assim que mudam os paradigmas, então, não existe um padrão comum que possa avaliar paradigmas concorrentes.

Um argumento de Kuhn para a incomensurabilidade dos paradigmas é o de que se a realidade da pesquisa científica é determinada por padrões, então cada teoria científica descreverá uma realidade diferente. E, portanto, toda disputa científica que visa à comprovação de uma superioridade de um paradigma sobre outro será absurda, já que o que se disputa são duas realidades distintas. Logo, cada paradigma descreve sua realidade e é incomensurável com qualquer outro (KUHN, 1998).

A escolha entre paradigmas ou teorias científicas consiste, de acordo com Kuhn, em disputas retóricas. A disputa entre dois paradigmas nada tem a ver com experimentos, análises metodológicas ou deduções, mas sim com o quão hábil forem os cientistas, ou, aqueles a quem predominantemente interessam a manutenção ou superação de determinado paradigma para estabelecerem suas regras, seus modelos, suas questões e sua ciência (KUHN, 1998).

Devido aos crescentes alardes sobre possíveis catástrofes naturais, muito tem sido escrito e falado sobre a necessidade de ruptura com o atual estágio desenvolvimentista. Esta ruptura, na verdade vem se apresentando e sendo considerada por muitos como um novo paradigma, intitulado de desenvolvimento sustentável.

Para que não sejamos absorvidos de imediato e fiquemos submersos no campo do conhecimento comum, propomos uma interpretação sobre esta proposta de um novo modelo de desenvolvimento que seja sustentável. Esta, a nosso ver, necessita de um

esclarecimento, pois não se trata de um conceito acabado, como muitos determinam, mas sim de uma proposta, ativa e positiva, mas ainda em construção.

Posto que, se admitimos que a Geografia, em linhas gerais, é considerada como uma ciência que se propõe a estudar as relações entre a sociedade e a natureza e o modo como estas relações interferem na construção do espaço geográfico, é de se esperar do geógrafo pesquisador um maior empenho na superação do senso comum e que busque, ainda, acompanhar as transformações resultantes deste processo.

Quando se procura analisar as relações entre a sociedade e a natureza e a organização dela resultante, observa-se que, da mesma forma que a natureza se reconstitui com outras características, a sociedade também vive em transformações constantes, dentro de um processo que, embora guardando muito de primitivo, também apresenta novas características (ANDRADE, 1993, p. 18, apud, SOUZA, *et al*, 1993).

Nesse sentido, trabalharemos neste capítulo com o desenvolvimento sustentável em uma tentativa de fugir do senso comum e trazer para o debate científico esta nova proposta de desenvolvimento que, a nosso ver, inicialmente muito se aproxima de uma ideologia, no sentido proposto por Marx e Engels (2009) de falseamento da realidade.

2.1. _____

Desconstruindo conceitos, construindo significados: a proposta de desenvolvimento sustentável

Sustentar nos dá a ideia de manter uma estrutura que esta constituída. Portanto, entendemos que a ideia de desenvolvimento sustentável, etimologicamente, remete ao vocábulo sustentável, ou seja, um modelo de desenvolvimento que pode sustentar ou manter algo (CUNHA, 2007).

Em um primeiro momento entendemos que o verbo sustentar, absorvido pelo pensamento ambiental do Século XX, pode ser relacionado à crescente preocupação e divulgação da qualidade, quantidade e distribuição de recursos naturais sobre o planeta; por outro lado pode se considerar também, com um olhar mais cuidadoso, como uma estratégia utilizada para garantir a reserva de matéria prima necessária para sustentar o capitalismo e, é sobre este aspecto que passamos a discorrer.

A proposta de desenvolvimento sustentável, construída e aplicada no contexto em que as pessoas que se relacionam com a natureza, tanto como profissionais cujas atividades estão vinculadas direta ou indiretamente no trato com a natureza e, portanto, por ela são responsáveis, necessita ser esclarecida. A necessidade de uma análise se justifica pelas inúmeras contradições entre o enorme abismo que distancia o discurso da prática, dita sustentável. Quem ainda não adotou esta proposta, carece de qualquer razão para adotá-la, e quem já a adotou não é capaz de justificar racionalmente tal decisão a quem não a tenha adotado.

Portanto, trabalharemos tentando decompor as ideias que se apresentam como conceitos dogmáticos e interpreta-las enquanto proposta. Isto porque, de acordo com Deleuze e Guattari (1997), todo conceito remete a um acontecimento, e, como buscaremos demonstrar, o desenvolvimento sustentável ainda não se concretizou, apesar de ações nos mais variados setores significarem uma realidade, porém, longe de serem considerados como um novo modelo de desenvolvimento, consideramos que existem ações voltadas a implementações tecnológicas. Portanto, concordando com Deleuze e Guattari, não há acontecimento, deste modo, não podemos relacionar a proposta de desenvolvimento sustentável a um conceito, pois, “os conceitos não são jamais criados do nada” (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 31).

Neste momento cabe uma observação, a proposta de desenvolvimento sustentável que iremos abordar aqui é aquela que consideramos como oficial¹¹, ou seja, a difundida pela Organização das Nações Unidas em 1987. O ideal do desenvolvimento sustentável proposto pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) e os limites sociais, políticos e econômicos de distintos países para colocá-los em prática, considerando o marco do atual sistema econômico internacional onde estão inseridos, demonstram a dificuldade para que se rompam as barreiras entre o discurso e a prática e abre espaço para discussões.

O debate sobre a proposta de desenvolvimento sustentável, reconhecemos, vem sendo realizada. Porém, o problema maior, a nosso ver, é que raramente esta se dá sobre o modo de produção capitalista. Queremos dizer, o desenvolvimento sustentável, tal como proposto, não foi, e são escassas as discussões com fundamentação crítica sobre a acumulação do capital.

¹¹ Apesar de Maurice Strong ter cunhado o termo ecodesenvolvimento na década de 1960, foi somente após a elaboração do Relatório Brundtland que esta proposta passou a ser incorporada em políticas internacionais de proteção aos recursos naturais (SACHS, 1974).

A análise e a discussão das questões relativas ao meio ambiente e as ameaças ecológicas cada vez mais prementes que pesam sobre as condições físicas e sociais da reprodução em partes determinadas do globo, se fizeram – e continuam ainda a se fazer muito largamente no exterior de uma referência forte a uma problemática marxiana e/ou marxista. Elas se fizeram, salvo exceção, sem que se estabelecessem laços fortes com as molas da acumulação capitalista, que se efetua, hoje, sob a égide de uma nova configuração do capital financeiro. Elas se fizeram sem que houvesse um enunciado claro do fato que as relações de produção capitalistas são também, e de forma simultânea, relações de dominação, cuja reprodução e expansão se operam no quadro de relações imperialistas renovadas. Elas se fizeram fora da análise crítica das relações sociais fundadas sobre a propriedade privada e da demonstração de suas implicações cotidianas (CHESNAIS, SERFATI, 2003, p. 7).

Se oculta, assim, o principal desafio para superar o conflito entre produção e limites de exploração de recursos naturais, que é o de alterar os padrões de produção e consumo. Esta neutralidade no debate oferece ainda homogeneidade para as diferentes populações impondo sua igualdade para distintas culturas. Ou seja, permite díspares interpretações por parte daqueles que elaboram políticas públicas, o que tem facilitado sua ampla aceitação e utilização através de programas e estratégias profundamente contraditórias, ou, fazendo uma analogia, insustentáveis.

Para atingir nosso objetivo realizamos neste trabalho, a partir deste ponto, um recorte buscando interpretar uma linha de pensamento dentro do movimento ambientalista reconhecida como ecologia política e, através desta interpretação, procuraremos relacionar este pensamento a formulação de políticas públicas voltadas à questão do desenvolvimento sustentável.

Reconhecemos e consideramos a evolução do pensamento ambientalista, como as propostas alavancadas por meio do movimento pela justiça ambiental, a qual consideramos como um desdobramento da ecologia política e que serve como base teórica para analisar os conflitos distributivos a partir das desigualdades decorrentes de processos econômicos e sociais, que acabam por concentrar as principais cargas de poluição e demais efeitos deletérios daquilo que consideramos como desenvolvimentismo sobre as populações mais pobres, discriminadas e socialmente excluídas. Considerando estes efeitos distributivos, a dialética entre centro e periferia nos territórios e as tendências históricas para a centralização social e a hierarquia institucional são repensadas de acordo com a proposta de desenvolvimento sustentável (ACSERALD; MELLO; BEZERRA, 2009). Para Acselrad, Herculano e Pádua (2004):

Por justiça ambiental, portanto, passou-se a entender, desde as primeiras lutas que evocam tal noção no início dos anos 80, o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo. Complementarmente, entende-se por injustiça ambiental a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis (ACSERALD; HERCULANO; PÁDUA, 2004, p. 9).

Os autores citados escrevem que os conflitos socioambientais que levaram ao surgimento do movimento pela justiça ambiental ocorrem no Brasil sobretudo a partir da abertura econômica que propiciou a industrialização nacional principalmente a partir da década de 1960, embora não se tenha utilizado a expressão “justiça ambiental” (ACSERALD; HERCULANO; PÁDUA, 2004). Como, por exemplo, as ações e movimentos sociais que despontaram na luta contra o que chamam de injustiças ambientais¹², entre outros: o movimento dos atingidos por barragens, no movimento de resistência de trabalhadores extrativistas, como os seringueiros no Acre, contra o avanço das relações capitalistas nas fronteiras florestais e de várias ações locais contra a contaminação e a degradação dos espaços ambientais¹³.

Essa dialética, relação entre poder e distribuição de passivos ambientais (resíduos ou efeitos da industrialização), por exemplo, pode ser percebida de diversas formas: nas relações comerciais e políticas desiguais; no espaço político-institucional por meio de processos decisórios que tendem a excluir a participação e os interesses dos afetados pelas decisões. No caso do Brasil, os conflitos socioambientais se dão, sobretudo devido à distribuição injusta de renda e do acesso aos recursos naturais.

Porém, em nossa pesquisa, como nos dedicamos a interpretar a proposta de desenvolvimento sustentável, e não os impactos negativos da chamada crise ambiental optamos pelo pensamento relacionado à ecologia política em sua essência, pois ponderamos que este pensamento possua maior rigidez ao tratar de questões relativas à expansão do capitalismo sobre as questões ambientais e, assim, minimizar aquilo que gerou o movimento pela justiça ambiental. Deste modo, consideramos a possibilidade de contribuir com esta linha de pensamento, a ecologia política, em particular com o pensamento ecossocialista.

¹² Por injustiça ambiental, entendemos de acordo com Acserald (2009) aquele conjunto de ações realizadas por governos e instituições privadas que colocaram em situação de vítimas da distribuição desigual de resíduos industriais e em condição de riscos de catástrofes naturais populações carentes.

¹³ Carlos Walter Porto-Gonçalves, por sua vez, relaciona estes movimentos ao pensamento voltado a ecologia política, em particular, ao ecossocialismo (Porto-Gonçalves, 1984).

De acordo com Martínez-Alier (2007) a expressão ecologia política foi introduzida no debate sobre a questão ambiental em 1972, pelo antropólogo Eric Wolf, muito embora esta já houvesse sido utilizada em 1957 por Bertrand de Jouvenel. O autor ainda considera que, no campo da ecologia política, os geógrafos têm sido mais ativos do que os antropólogos. (MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

Abordando a ecologia política, iniciamos salientando que foi principalmente após as grandes conferências internacionais que debatiam os impactos negativos das técnicas utilizadas pelo modo exploratório de recursos naturais experimentadas pelo sistema capitalista, e também socialista, de produção sobre diferentes espaços que, pela primeira vez, se identificou e notificaram-se os limites transfronteiriços da poluição. Desta maneira, diferentes países com interesses distintos necessitavam de acordos, ajustes políticos que controlassem estes impactos negativos. Portanto, consideramos a ecologia política como um campo teórico e político que se volta à interpretação de conflitos ecológicos distributivos, ou conflitos socioambientais¹⁴.

O campo da ecologia política está agora se movimentando para além das situações rurais locais, na direção de um mundo mais amplo. A ecologia política estuda os conflitos ecológicos distributivos. Por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida. Os determinantes da distribuição ecológica são em alguns casos naturais, como o clima, topografia, padrões pluviométricos, jazidas de minerais e a qualidade do solo. No entanto, também são claramente sociais, culturais, econômicos, políticos e tecnológicos (MARTÍNEZ-ALIER, 2007, p. 113).

A partir daí, da incorporação da ecologia política, o ambientalismo, em parte, deixa de ser uma preocupação romântica, no sentido de reconhecer os espaços naturais como locais de refúgio, e se torna alvo de acordos políticos internacionais, fortalecendo assim, a ecologia política.

Martínez-Alier (2007) considera que o distanciamento criado entre economia e ecologia, que, supostamente se reflete no que vem sendo considerado como crise ambiental, não pode ser resolvido com medidas como a internalização das externalidades no sistema de preços ou com propostas exclusivamente técnicas como aquelas que fazem uso da proposta de desenvolvimento sustentável conhecidas como modernização ecológica ou ecoeficiência. O autor citado argumenta que a propalada

¹⁴ Martínez-Alier (2007) define como sendo os conflitos resultantes da disputa pelos recursos naturais ou serviços ambientais, sejam eles comercializados ou não.

desmaterialização da economia em virtude da escassez de recursos naturais é uma hipótese falaciosa, pois apesar da tendência de a produção tornar-se relativamente menos intensa na sua demanda por energia e por matérias primas, o aumento do consumo implicará uma crescente pressão ambiental. Desta forma, a disputa pelo acesso aos recursos naturais, cada vez mais escassos, se acirrará, criando novos conflitos socioambientais.

O inevitável choque entre a disponibilidade de recursos naturais para a produção materializa-se nos conflitos que envolvem a transferência dos custos ambientais para os segmentos sociais mais fracos e no exercício de fato dos direitos de propriedade sobre a natureza. Isto implica que contaminação, poluição e degradação de recursos naturais recaem sobre determinados atores sociais e a obliteração destes recursos beneficia alguns em detrimento de outros. Ou seja, uma distribuição desigual de ônus e benefícios ambientais, em função de capacidades desiguais de poder entre os atores sociais (MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

Partindo de múltiplas representações, o ambientalismo possui internamente lacunas e pontos de conflito entre seus agentes. Entretanto, tais aspectos estão mais frequentemente relacionados à sua operacionalização (tática, linguagem, prioridades) do que em relação aos seus princípios (defesa do meio natural atrelada aos valores humanos).

Sendo assim, para compreender a crítica sobre a proposta de desenvolvimento sustentável na atualidade e em sua vertente política, a ecologia política, que pretende transformações estruturais, destacamos algumas premissas que se encontram dispersas em seus discursos e que sustentam sua crítica. A ecologia política tem o mérito de não disfarçar a realidade dos conflitos sociais que envolvem questões relacionadas a recursos naturais; rejeita soluções mediadoras paliativas, que não incidem sobre as verdadeiras causas das injustiças distributivas destes problemas. De acordo com autores que defendem a ecologia política, as soluções nas quais todos parecem ganhar, garantem a governabilidade, ou o poder, mas não significam a resolução dos problemas (Martinez-Alier, 2007) e, é a partir daí que traçamos nosso raciocínio.

No decorrer da história, após várias conferências internacionais que apontavam a importância do cuidado com os recursos naturais, o mundo se vê abalado pela crise do petróleo. O choque causado pelo aumento dos preços e embargo árabe às exportações do petróleo ao Ocidente na década de 1970 gerou uma tensão entre países produtores e

consumidores, principalmente os Estados Unidos da América, pois debilitou o consumo de energia e desestabilizou os mercados financeiros mundiais.

O choque do petróleo foi o resultado da decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de exigir valores mais elevados pelos recursos naturais de seus membros (CARVALHO, MOURA e COSTA, *apud*, SOUZA, 1997). Esta decisão incrustava na balança de poderes centro-periferia uma nova intempérie na reprodução constante da relação internacional então existente: países periféricos não obedecendo ao pacto de sustentação e expondo a máquina econômica capitalista à perigosa falta de recursos naturais enquanto combustível. Neste sentido, Chesnais e Serfati (2003), trazem um exemplo bastante ilustrativo das “jogadas” que as grandes corporações internacionais automobilísticas realizam para manter as cotações do petróleo nas bolsas de valores quando relatam que:

[...] substituir o automóvel aos transportes públicos e à bicicleta para uma fração mesmo pequena (dez por cento) do bilhão e cem milhões de habitantes da China é, com o consentimento da burocracia chinesa e dos capitalistas locais, o objetivo dos grandes grupos do automóvel e do petróleo. Atingir esse objetivo lhes asseguraria quem sabe uma década de "crescimento" e, portanto, um fluxo correspondente de dividendos e de mais-valias bursáteis. O que poderia, por sua vez, ajudar fortemente os mercados bursáteis de Wall Street, de Tokyo e da Europa, onde esses grupos são os pilares da liquidez, a beneficiarem-se de mais alguns anos de uma maior estabilidade altista relativa (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 25).

Deste modo, o capital e as forças dominantes postas a seu serviço, só passaram a se preocupar com questões relativas ao meio natural após terem sido acuadas pela sociedade. É o que ocorreu durante as décadas de 1960 e 1970, período de regulamentação da exploração sobre os recursos naturais em âmbito mundial, quando surgiram às bases de uma legislação ambiental introduzida sob o efeito de lutas sociais, mas também, e principalmente, por acordos políticos e financeiros que buscassem adiar, ou prolongar, o uso de recursos naturais enquanto combustível para o capital.

Portanto, o que temos hoje é a necessidade burguesa de uma capitalização da natureza, não no sentido de transformá-la em mercadoria, mas sim de se estabelecer os mecanismos necessários para que se crie “um novo campo de acumulação de riqueza que se alimenta da destruição acelerada dos recursos naturais e, no caso dos "direitos de poluir", de danos sem dúvida irreversíveis à biosfera” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 21).

Destarte, a preocupação não poderia ser somente a obliteração da natureza enquanto recurso; também ficava claro que uma gestão protocolar dos recursos naturais dos países periféricos era vital, para que assim se impedisse choques decorrentes da falta de fornecimento dos recursos naturais pela periferia.

Harvey (1993) acrescenta que a crise do petróleo serviu para sufocar ainda mais o regime fordista, o que ocasionou, nas décadas seguintes, um grande desenvolvimento industrial e tecnológico, obtido sem maiores preocupações com o meio natural (HARVEY, 1993). Em outro momento, este mesmo autor aponta a necessidade da criação de novos espaços para a expansão do capital (HARVEY, 2006) e entendemos, até o momento, que a proposta de desenvolvimento sustentável está sendo um destes novos espaços.

As técnicas e as ciências, a serviço da hegemonia capitalista, continuaram por subjugar a natureza em prol de grandes lucros. Com a deficiência no conjunto de medidas criadas para impedir o aparecimento, ou melhor, a propagação de danos aos recursos naturais, idealizada nas discussões da Conferência de Estocolmo (1972), assistimos à ascensão de um temor mundial sob a denominação de uma “crise ambiental” que levaria a um possível desaparecimento da espécie humana sobre o planeta.

O temor de que a destruição da reprodução capitalista fosse causada pelo esgotamento dos recursos naturais tornou-se, definitivamente, assunto de repercussão em discussões econômicas mundiais.

Objetivando uma solução urgente para a problemática ascendente sobre o meio natural foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1983, a criação de uma equipe multidisciplinar para trabalhar esta questão que recebe o nome de Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), com a presidência da primeira-ministra norueguesa *Gro Harlem Brundtland*. Esta comissão publicou o resultado de seus estudos em 1987, sob o nome de *Nosso Futuro Comum* ou Relatório Brundtland.

O Relatório Brundtland é o documento que elege definitivamente, cria a proposta de desenvolvimento sustentável, afirmando que este modelo de desenvolvimento é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p. 9). Este estudo ressalta, entre outras, a necessidade de

administração do crescimento populacional, e o controle do esgotamento de recursos naturais.

Passados alguns anos, novas conferências aconteceram e a proposta de desenvolvimento sustentável recebe cada vez mais apoio, tanto de países do Norte como do Sul, porém, em nenhum momento, as bases estruturais do modo capitalista de produção eram questionadas. Assim, o desenvolvimento sustentável se transforma na nova forma de expansão das garantias de continuidade do uso de recursos naturais pelo capital.

Entendendo que a riqueza, no modo de produção capitalista, tem fundamento na produção de mercadorias, o capitalista se volta para os elementos naturais em busca de recursos como nos mostra Smith (1988), transformando o meio natural em um novo espaço de perpetuação da produção deste modelo de desenvolvimento (SMITH, 1988).

Debaixo da ordenação do processo de acumulação, o capitalismo, como um modelo de produção deve-se expandir continuamente para sobreviver. [...] Para este fim, o capital se volta para a superfície do solo em busca de recursos naturais; a natureza torna-se um meio universal de produção, de modo que ela não somente provê o sujeito, o objeto e os instrumentos de produção, mas ela é em sua totalidade um acessório para o processo de produção (SMITH, 1988, p. 88).

Isto ocorre, a nosso ver, porque o capitalismo, dentre outros motivos, baseia-se na relação sociedade e natureza como antagônicos, e, como afirma Porto-Gonçalves, na posição de destaque do ser humano como detentor do direito de dominação da natureza (PORTO-GONÇALVES, 1989).

Porém, entendemos que o ser humano faz parte da natureza, e assim devemos enxergá-lo, são indissociáveis; sua capacidade de produção tecnológica e material não possibilita o controle total sobre o meio natural. Como nos lembra Karl Marx, não há como dominá-lo porque:

A natureza é o corpo inorgânico do homem, ou seja, a natureza na medida em que não é o próprio corpo do humano. O homem vive da natureza, ou também, a natureza é o seu corpo, com o qual tem que manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e da natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza (MARX, 2004, p. 116).

E o trabalho, exercido mediante o uso controlado das técnicas, é a inexpugnável forma de relação entre a sociedade e a natureza. O trabalho, aliado as

técnicas, enquanto produção de coisas úteis para preenchimento das necessidades humanas (SMITH, 1988), e também o aprofundamento dos laços entre os membros da sociedade através da cooperação (ENGELS, 2009) são o “centro das relações entre os seres humanos e natureza” (SMITH, 1988, p.68).

Neste sentido, podemos neste momento relacionar, então, a proposta de desenvolvimento sustentável a ideologia. Pois, entendemos que ideologia é uma consciência falsa da realidade (MARX; ENGELS, 2009) que serve para mascarar as contradições sociais, e também aquelas relativas a danos ao meio natural que vão repercutir sobre a sociedade, mantendo esta dominação e fazendo com que grupos sociais menos articulados não percebam que esta ideologia tem sua gênese no mesmo grupo responsável, em grande parte, por muitos dos danos causados ao meio natural.

Lembrando que o fluxo de mundialização da economia vem apresentando uma face bastante perversa, aprofundando a essência do capitalismo, fica clara a busca incessante de novos espaços para sua reprodução e obtenção do lucro (HARVEY, 2011) fortalecendo seus sistemas assimétricos, pois, o modo capitalista de produção, como bem escreveu David Harvey, não suporta espaços harmônicos, pois isto acarretaria na estagnação do lucro e colocaria em risco a própria existência do capitalismo tal como o conhecemos na época presente (HARVEY, 2011).

Neste sentido, Harvey escreve que: “O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos” (HARVEY, 2006, p. 43).

Deste modo o capitalismo cria novos espaços geográficos de acordo com as suas necessidades, lembrando que o capital não é sujeito e, portanto, não realiza ações, podemos concluir que o espaço geográfico enquanto fenômeno social, tal como o reconhecemos na atualidade, é fruto da expansão do modo capitalista de produção.

Tendo por base as conferências e documentos elaborados por órgãos internacionais, a ecologia política incorporou muito das ideias apresentadas e passou a defender a proteção de populações, espécies, habitats e ecossistemas independentemente de onde eles estejam situados, sem a preocupação com seu valor de uso, mas sim, com a importância destas preocupações para a espécie humana. Porém, se utilizando de novos instrumentos, como a política, capaz de amenizar, ou controlar as principais fontes poluidoras e/ou degradadoras de recursos naturais, fundamenta-se aí à ecologia política.

Porém, a ecologia política apresenta suas próprias limitações. A falta de interpretação criteriosa sobre a acumulação de capital no pensamento ambientalista contribuiu fortemente para que a disputa ecologista fosse envolvida pelo capital, resultando assim, como veremos adiante, em um pensamento estritamente voltado a “eco-reformas” (CHESNAIS, SERFATI, 2003.).

A ecologia política propõe, principalmente, a tomada de decisão democrática pelos povos a respeito da utilização mais racional dos recursos naturais e a adoção de novas tecnologias que causem menos efeitos negativos em relação ao ambiente natural, postula ainda um controle eficiente do Estado em benefício das pessoas.

De acordo com Pádua (2002), apesar de toda a manifestação produzida em países europeus e nos Estados Unidos da América do Norte, a preocupação ambiental mais profunda e consistente, de cunho político, nasceu nas áreas coloniais, como Índia, África do Sul, Austrália e América Latina. O Brasil foi importante foco desta corrente ambientalista, onde a preocupação com os efeitos da degradação natural desenvolveu-se entre os críticos do modelo de exploração colonial, em uma perspectiva de rompimentos com o sistema político vigente (PÁDUA, 2002).

Segundo Leff (2002), a partir da racionalidade econômica que se fundamenta no aproveitamento da produtividade ecológica dos recursos naturais e da energia social contida nos valores culturais e nas práticas tradicionais de uso dos recursos de diferentes regiões e localidades, através do planejamento transetorial de programas de desenvolvimento, da autogestão comunitária e da descentralização das atividades produtivas que o ambientalismo adquiriu características políticas, considerando que as causas e os efeitos da qualidade do meio natural refletem sobre os modos de vida de uma sociedade (LEFF, 2002).

Quando o potencial ambiental de cada região é levado em conta, abrem-se caminhos para a administração participativa dos recursos naturais. Deste modo, a ecologia política pretende que passe a existir uma nova forma de desenvolvimento para a humanidade, baseada na autonomia política, econômica e tecnológica e no cuidado com os recursos naturais.

Portanto, a pesquisa em ecologia política deve analisar potenciais tais como a conformação geológica de uma região, a evolução biológica da fauna e flora e os recursos hídricos, junto com as principais atividades humanas, tais como os sistemas agrícolas, os dejetos industriais e a infraestrutura de transporte e comunicação instalada na região.

Esta visão do movimento ambientalista vem sendo utilizada como discurso para os mais variados fins. Sendo que, de maneira geral, coloca-se como contraponto ao caráter perdulário do modelo político-econômico prevalecente e seu modo de relacionamento com o meio natural.

Em outras palavras, esta nova abordagem ambientalista contrapõe-se à característica antropocêntrica do modelo político e econômico vigente: o ser humano como centro da questão numa postura dominante sobre o entorno natural, cujas ferramentas científicas, tecnológicas e políticas embasam uma economia que subjuga a natureza e coloca-se acima desta.

Do ponto de vista político, esta linha de pensamento se divide em outras duas, denominadas ecocapitalistas, que pode ser relacionada com aquilo Martínez-Alier vai chamar de ecologia tecnocrática, e ecossocialistas, vinculadas ao ecologismo popular (MARTINEZ-ALIER, 2009) e aí apresentam-se suas divergências e, principalmente, a ideologia por trás do discurso ecocapitalista (PEPPER, 2000).

A vertente ecocapitalista defende um continuado processo de crescimento e desenvolvimento econômico, fazendo apenas pequenas concessões ambientais como forma de se distinguirem do paradigma tradicional. Agindo deste modo transforma a emergência da preocupação ambiental em forma de gerar lucros, vide o caso da incorporação de alguns preceitos da agroecologia como forma de *marketing* para as grandes corporações, redes de hipermercados, indústrias, bancos e os mais variados ramos de atividades, divulgadas através de certificações e selos verdes criando a ideologia necessária para o fortalecimento do chamado “capitalismo verde”, daí o interesse em conceder selos de qualidade, por exemplo (PEPPER, 2000).

Na verdade, trata-se de uma adaptação do capital, a novas necessidades. Se o analisarmos pela sua capacidade de criar novos espaços para se expandir, podemos entender que:

As cifras atingidas pelas trocas internacionais prefiguram os lucros dos monopólios, mas a deterioração do produto industrial faz-se acompanhar da deterioração do trabalho e do meio ambiente. Transferindo a tendência à baixa dos lucros para as condições de vida da massa dos trabalhadores e do meio ambiente, pela intermediação do Estado, pela monopolização crescente do Capital, pela internacionalização do Capital ou pela maior velocidade de rotação dos capitais e produtos, o capitalismo monopolista mais parece um velho feiticeiro: tudo que faz clama pelo seu contrário. A deterioração do meio ambiente induz ao maior investimento de Capital constante, destinado à “reprodução da natureza” (implementação de técnicas despoluentes; recuperação de solos, mananciais e reflorestamento; descoberta de novos recursos) (MOREIRA, 1982, p. 213).

Os seus adeptos defendem a resolução dos problemas ambientais pelas leis de mercado, entre eles, um número significativo de empresários de distintos setores e técnicos que trabalham nas organizações ou estruturas do Estado. Nesta concepção, o mercado alocaria naturalmente os recursos para a proteção do meio natural, garantida por um Estado guardião dos princípios ecológicos.

O ecocapitalismo entende o desenvolvimento sustentável como atrelado a políticas que enquadram a natureza em normas e leis desde a lógica capitalista que visa assegurar o provento contínuo de matérias para seu processo produtivo.

Deste modo, diversos segmentos industriais e comerciais passam a adotar padrões de certificação internacional, por exemplo, que somente aqueles mais privilegiados economicamente podem usufruir, direcionando suas ações para o mercado devido ao atrativo para o consumidor do produto ecologicamente correto, ignorando a conexão existente entre o produtivismo e o capitalismo, o que leva a uma ilusão do capitalismo limpo (LÖWY, 2005).

O ecocapitalismo reconhece os problemas relativos ao meio natural, mas acredita de uma forma irrestrita, que a atual forma de sociedade sempre os resolverá e alcançará um crescimento ilimitado (a visão da cornucópia) ou, mais conservadoramente, que as mesmas podem ser contornadas com uma gestão cuidadosa da economia e do ambiente sem alteração nas relações de produção (PEPPER, 2000).

Assim, temos um pensamento estritamente relacionado à dimensão econômica, o qual reconhece os problemas de um desenvolvimento predatório, mas, não se caracteriza um ideal de descentralização de poder e capital, a verdadeira causa das questões sobre um novo modelo desenvolvimentista. A relação sociedade e natureza é administrada dentro da esfera da economia, sendo com essa referência pensado o social. Incorpora-se, ainda, a natureza à cadeia de produção: a natureza passa a ser, definitivamente, um bem do capital.

O discurso ecocapitalista vem atrelado ao discurso em defesa da erradicação da fome e da melhoria na qualidade de vida da população e da necessidade de gerar rendas e empregos no campo e nas cidades, mas, a nosso ver, defende os privilégios e o capital daqueles que representam estas situações em busca de lucro e da produção ampliada.

Dentro desta concepção economicista o que se busca é estender a regulamentação financeira sobre a natureza, fazendo com que a luta social sobre o

controle dos elementos naturais passe pelos mecanismos do mercado, ao invés da política.

Incluso no prisma do ecocapitalismo, o desenvolvimento sustentável é o que podemos denominar como ideologia técnica-desenvolvimentista-ecológica. Consideramos a ideologia como uma consciência falsa da realidade, como escrevemos anteriormente e de acordo com Marx e Engels (MARX; ENGELS, 2009) que serve para mascarar as contradições entre a sociedade e entre a sociedade e a natureza, mantendo esta dominação, e fazendo com que não seja perceptível que esta ideologia tem sua gênese nos grupos dominantes. Lembrando mais uma vez o que atestaram Marx e Engels, “As ideias da classe dominante são também, em todas as épocas, as ideias dominantes [...]” (MARX; ENGELS, 2009, p. 78).

O desenvolvimento sustentável no contexto do pensamento ecocapitalista representa a “manutenção da reprodução do capitalismo e sua consolidação global no controle da natureza enquanto recurso e manutenção da pressão Centro/Periferia através da gestão dos recursos naturais dos países dependentes” (OLIVEIRA, 2005, p. 8).

Logo, não estamos diante de uma proposta alternativa, pois o desenvolvimento sustentável, abordado neste sentido, significa um ajuste da ordem vigente sem que se ataque os pilares da conjuntura hegemônica atual. O desenvolvimento sustentável atende aos anseios da classe dominante, pois mantém o sistema atual e as disposições em vigor.

Mas esta ideologia do desenvolvimento sustentável fica disfarçada mediante um potente discurso publicitário de proteção à natureza, aliás “peça indispensável para o funcionamento do mercado capitalista” (LÖWY, 2005, p. 58) com a aparência de bula para salvação do mundo, que confere a ilusão de um discurso menos agressor das ações humanas que se refletem sobre o meio natural.

Ao absorver inclusive as classes dominadas, a ideologia do desenvolvimento sustentável configura-se como um mecanismo de dominação. Descaracteriza interesses distintos e incute uma fantasia de que os dogmas propostos são universais. Com esta plataforma bem alicerçada, hoje, dificilmente se permanece imune aos seus reflexos. A ideologia atinge o seu grande objetivo quando se torna, indubitavelmente, senso comum.

Neste sentido, o desenvolvimento sustentável não está, na concepção ecocapitalista, de maneira alguma, comprometido com a satisfação das necessidades humanas presentes ou futuras, mas sim com as necessidades do capital. Lutar pela

implementação do desenvolvimento sustentável nesse contexto é trabalhar pela sustentação do *status quo* (OLIVEIRA, 2005).

Outra vertente da ecologia política, o ecossocialismo, amparado por políticas públicas e ações locais, aponta o quanto nos dias atuais o tratamento da questão ecológica vem sendo domesticado. Há uma corrente muito forte entre os ecologistas que tenta transformar a questão ambiental em problemas exclusivamente técnicos, tornando-a, assim, prisioneira do que pretende questionar (PORTO-GONÇALVES, 1989).

As teorias e movimentos que se definem como ecossocialistas, na compreensão de James O'Connor, citado por Michael Löwy, são as que aspiram a subordinar o valor de troca pelo valor de uso, organizando a produção em função das necessidades sociais e das exigências da proteção do meio natural (LÖWY, 2005).

Deste modo, a corrente ecossocialista considera que o modo de produção e de consumo atual dos países capitalistas avançados, fundado numa lógica de acumulação ilimitada (do capital, dos lucros, das mercadorias), do consumo ostentatório, e da destruição acelerada dos recursos naturais, não pode de modo algum, ser expandido para o conjunto do planeta sob pena de uma crise ecológica maior.

Seja como for, a continuação do progresso capitalista e a expansão da civilização fundada na economia de mercado, sob essa forma brutalmente desigualitária, ameaça diretamente, a médio prazo, a própria sobrevivência da espécie humana (LÖWY, 2005).

Aqueles que se identificam com este pensamento defendem que por mais que os mecanismos econômicos apontados pelas práticas ecocapitalistas possam minimizar o impacto da produção e do consumo sobre os recursos naturais, são apenas dispositivos construídos dentro de uma racionalidade econômica que deveriam antes de tudo ser submetidos às decisões políticas da sociedade. A economia não deve ser tratada como instituinte do campo social, mas instituída por este. As alternativas para a relação sociedade e natureza são escolhas que devem se dar fundamentalmente no campo da política participativa.

Para essa concepção, a democracia, a autogestão dos povos, o respeito à diversidade cultural e natural e a participação política consciente dos cidadãos, resultam de opções políticas que tornam indispensável o deslocamento da racionalidade econômica para o campo da ética, buscando novos padrões e estilos de vida.

Este modelo propõe a ideia da instituição de um novo critério de racionalidade para a agropecuária e para a indústria em geral, o reconhecimento da figura do

trabalhador no processo, bem como de estratégias alternativas a produção e comercialização dos bens gerados. Deste modo, prioriza um desenvolvimento que leve em conta e respeite questões de ordem social e natural.

A ideia de desenvolvimento sustentável, na perspectiva ecossocialista, tem como uma de suas premissas o reconhecimento da ineficiência econômica, social e ambiental do padrão adotado pela sociedade contemporânea (RUSCHEINSKY, 2004). Portanto, é importante lembrarmos que, quando nos referimos ao desenvolvimento sustentável, referimo-nos ao contexto da sociedade capitalista industrial. Porém, ao fazermos referência aos problemas relativos ao meio natural das sociedades e economias capitalistas não podemos sugerir que as sociedades que vivenciaram as experiências do socialismo real tenham sido diferentes nesse aspecto.

Os estudos científicos e os próprios meios de comunicação têm demonstrado os resultados sociais e naturais negativos do modelo econômico (socialismo real) aplicado em vários países, como atestam, por exemplo: a destruição de florestas no Leste Europeu, primeiro pelos desmatamentos, e atualmente, por chuvas ácidas; o episódio nuclear de Chernobyl; e o processo de desertificação e salinização de vastas regiões em torno do Mar de Aral, entre outros, inclusive na América Latina (PEPPER, 2000).

Uma das questões-chave do desenvolvimento sustentável sob a ótica do ecossocialismo, do ponto de vista das políticas públicas, é a dificuldade de sua efetivação, devido às diversas interpretações que esta proposta remete e consequentes métodos de aplicação e avaliação.

Neste sentido, alguns estudos têm sido realizados na tentativa de se estruturar uma metodologia avaliativa sobre o desenvolvimento sustentável, por exemplo, os estudos empreendidos por DEPONTI (2002), NAVARRO (2001), ALMEIDA (1997 e 2005) e a publicação Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, do IBGE (2004 e 2010), porém estes estudos, a nosso ver, consideram a perspectiva ecocapitalista do desenvolvimento sustentável, pois estão pautados em análises voltadas ao aumento de produtividade e incremento de valor que vem acompanhada de certificações ambientais buscando adicionar valor a mercadoria, como é o caso, hoje, dos produtos orgânicos.

Ao mesmo tempo em que o debate público sobre a sustentabilidade tem impulsionado a criação de novos arranjos institucionais, novos regimes ambientais de negociação e fóruns de debate, investimentos significativos na ciência e pesquisa ambiental, assim como a consolidação de um movimento ambientalista transnacional; o sistema político, tanto no nível internacional, quanto no nacional e local, tem-se mostrado incapaz ou insuficientemente

preparado para traduzir e transformar as crescentes demandas de cunho ambientalista em políticas públicas capazes de promover um modelo alternativo de desenvolvimento. No que tange à reflexão teórico-conceitual, boa parte das teorias que visam a sustentabilidade do desenvolvimento carecem de investigações que aprofundem a dimensão político-democrática. Esta certamente representa um dos mais importantes fatores limitadores da implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável (FREY, 2001, p. 2).

Neste contexto, no debate sobre a preservação de recursos naturais e desenvolvimento econômico, políticas públicas têm sido experimentadas no Brasil, como o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, por exemplo, na tentativa de proporcionar melhorias na qualidade de vida e na preservação natural.

No espaço rural, se torna cada vez mais frequente o uso da terminologia sustentável para incrementar programas e políticas de governo, porém, se considerarmos a forma como estas políticas são estruturadas, questionamos se estamos diante de possibilidades reais de rompimento paradigmático ou, se estamos diante de um discurso ideológico ecocapitalista que se mascara de “verde” e, na verdade, distorce a realidade e trabalha na tentativa de inserção de produtores rurais no modo capitalista, desta forma não representando para eles uma alternativa, mas sim uma condição de perpetuidade do capital.

Neste sentido, insere-se a questão da ideologia novamente. Reafirmamos que consideramos aqui ideologia em seu sentido marxista de distorção da realidade, lembrando, de acordo com Marx e Engels que:

As idéias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo, as idéias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual. As idéias dominantes, são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são essas as relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de idéias; são, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são, dessa forma as idéias de sua dominação (MARX e ENGELS, 2009, p. 78).

A proposta, e o discurso, sobre o desenvolvimento sustentável aproximam-se, assim, da construção de uma ideologia que, a nosso ver, possui o potencial de atuar no sentido de manutenção da ordem social estabelecida.

Dessa forma, a ideologia assume definitivamente seu caráter de negatividade, ou seja, de realidade ilusória, provocadora de reconhecimentos falsos ou de falsa

consciência em geral que acabam se refletindo em contradições sociais. Identificada e relacionada com o poder político, entende-se que a ideologia transforma-se de acordo com os interesses de quem esta no poder político, ou seja:

[...] cada nova classe que ocupa o lugar da que dominava anteriormente, vê-se obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade; ou seja, para expressar isso em termos ideais; é obrigada a dar às suas ideias a forma de universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais e universalmente legítimas (MARX e ENGELS, 2009, p. 80).

Para o nosso estudo, consideramos que a ideologia representa uma forma de construção social, e, conseqüentemente espacial, pois trabalhar com a falsa interpretação das ideias, pode ser considerado como querer dizer que, de acordo com Peet (2007).

[...] as ideias por trás das práticas institucionais, tais como elaborar e implementar políticas, não são concebidas de forma neutra, como finge a ciência, nem são elas pensadas no interesse de todos, como espera o humanismo moderno, ao invés disso, políticas são feitas para servir aos interesses político-econômicos dominantes (PEET, 2007, p. 23).

Entendendo a ideologia como uma forma de orquestrar a sociedade através de programas ou políticas, eleva-se ainda mais a categoria de ideologia. Podemos dizer que esta elevação denomina-se hegemonia, uma “produção cultural de sistemas inteiros de valores, atitudes, crenças e moralidades que dão suporte para a ordem social existente e o modo de vida prescrito” (PEET, 2007, p. 25). Neste sentido, a ideologia do desenvolvimento sustentável, segundo Löwy (2005), pode ser descrita:

[...] segundo a qual, graças ao processo tecnológico e as energias leves, o desenvolvimento das forças produtivas pode ter uma expansão ilimitada, que vise satisfazer “cada qual segundo as suas necessidades”. Essa escola não leva em conta os limites naturais do planeta, e acaba por reproduzir, sob a etiqueta de “desenvolvimento durável”, o modelo de produção atual (LÖWY, 2005, p. 56).

As ideologias devem a sua estrutura e as funções mais específicas às condições sociais da sua produção e da circulação, quer dizer às funções que elas cumprem, em primeiro lugar, para os especialistas em concorrência pelo monopólio da competência considerada e, em segundo lugar e por acréscimo, para os não especialistas. Portanto, entendemos que o poder da ideologia influencia na formulação de planos e políticas

governamentais que tendem a reproduzir, ainda que isto não esteja explícito, o modo capitalista de produção através da proposta de desenvolvimento sustentável.

Uma política pública experimentada no Estado de São Paulo que possuía como objetivo o desenvolvimento sustentável foi o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, que se constitui em nosso objeto de estudo, o qual será apresentado no item a seguir, considerando-se as bases de sua formulação e implementação e de nossa compreensão sobre a proposta de desenvolvimento sustentável, cuja discussão aqui empreendemos.

2.2.

A formulação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas

Este item tem como objetivo analisar a elaboração do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Estado de São Paulo. O referido programa tem como premissa, objetivo declarado oficialmente (CATI, 2000; 2005 e 2009), a promoção do desenvolvimento sustentável em áreas rurais.

Para iniciarmos este item, foi necessário realizarmos primeiro uma breve revisão de experiências pioneiras, em âmbito nacional, pontuando alguns fatos sobre a preocupação com os recursos hídricos e posteriormente a inserção do conceito de microbacias hidrográficas no gerenciamento de recursos hídricos.

Esclarecemos que esta análise se deu pela averiguação dos Manuais Operacionais para a implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas elaborados pelo Governo do Estado de São Paulo através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Coordenadoria da CATI, além de bibliografia sobre o tema. Segundo Sabanés (2002), microbacia hidrográfica é:

[...] uma área geográfica de captação de água, composta por pequenos canais de confluência e delimitada por divisores naturais, considerando-se a menor unidade territorial capaz de enfocar as variáveis ambientais de forma sistêmica (SABANÉS, 2002, p. 79).

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo recebe influências, na verdade: de políticas da década de 1930, como o Código das Águas, criado durante o governo de Getúlio Vargas; também da década de 1960, quando foi criado o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica; de 1970, com

o estabelecimento da Coordenadoria dos Estudos Integrados de Bacias Hidrográfica; e, ainda, de programas da década de 1980 quando foi inserido o conceito de microbacias hidrográficas em políticas públicas voltadas ao espaço rural (NEVES NETO, 2009).

Após estas fases e tratando especificamente do Estado de São Paulo, aponta-se que o programa, tal como o conhecemos hoje, possui como referências, além das acima citadas, principalmente as experiências realizadas no Estado do Paraná e, posteriormente, no Estado de Santa Catarina.

No Paraná, a experiência neste tipo de política pública recebeu o nome de “Paraná Rural” e foi implementado a partir de 1986. Este programa possuía caráter conservacionista e também produtivista, levando em consideração a difusão de tecnologias apropriadas às necessidades locais (FLEISCHFRESSER, 1999).

Já em Santa Catarina, visto que o estado já possuía uma forte característica de trabalhar com políticas públicas descentralizadoras, como, por exemplo, o Programa Estadual de Conservação de Solos (1965 – 1970) e o Programa de Conservação e Uso da Água e do Solo (1979 – 1983) a implementação de um projeto com as características do que aqui estamos apresentando foi mais fácil e o programa recebeu o nome de “Microbacias” (SABANÉS, 2002).

No Estado de São Paulo, o programa possui como premissa e objetivos proporcionar aos proprietários rurais condições para que se estabeleça o desenvolvimento sustentável em áreas rurais (CATI, 2009). Isto porque a própria Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo reconhece, nos mesmos documentos aqui utilizados que:

O processo de modernização da agricultura brasileira tomou grande impulso a partir da década de 60. Ao lado dos inegáveis aumentos na produção e produtividade gerados por esse processo, surgiram graves problemas sociais e ambientais. Esse desenvolvimento, caracterizado pela elevada utilização de insumos químicos e tração motomecanizada, causou um intenso processo de erosão e contaminação química das terras, dos produtos e das pessoas, diminuindo a cobertura florestal e degradando os recursos hídricos. [...] No Estado de São Paulo, além dos aspectos acima citados, a agricultura apresentou profundas transformações no seu desenvolvimento após 1970, fruto do processo de urbanização, associado à abertura da economia nacional para o mercado exterior, à implementação de um complexo agroindustrial de transformação e insumos e a uma indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, que viabilizaram ampla diversificação agropecuária, visando atender à crescente demanda interna e externa. Essas demandas foram fortemente induzidas por políticas agrícolas que subsidiaram substancialmente a utilização de insumos químicos e maquinaria agrícola, através da ampla oferta de créditos subsidiado na década de 70 (CATI, 2005, p. 1/2).

Em relação ao Oeste do Estado de São Paulo, o documento acrescenta:

Predominantemente, as regiões do Oeste de São Paulo são aquelas mais prejudicadas na comparação de rendimento, uma vez que enfrentam restrições maiores, especialmente decorrentes dos problemas causados por erosão e perda de fertilidade, advindos das características dos solos, na sua maioria podzolizados e do uso agrícola no sentido de manejo inadequado dos recursos naturais, este último generalizado no Estado com efeitos indesejados, sendo maiores nessas regiões (CATI, 2005, p. 2).

Por esses motivos o Estado de São Paulo, através de sua Secretaria de Agricultura e Abastecimento, justificou a implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, visto que este possui como objetivo reverter este quadro através de ações voltadas ao manejo adequado de recursos naturais, “especialmente solo e água” (CATI, 2009, p. 11) o que, convencionou-se chamar de práticas de desenvolvimento rural sustentável, porém, sem maiores preocupações em relação à definição e abrangência deste termo.

Apesar desse objetivo declarado, conforme disposto nos manuais de operacionalização do programa (CATI, 2000; 2005 e 2009), em nenhum momento, identificamos o que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, ou a CATI, órgão executor do programa, entendem por desenvolvimento sustentável.

O que pudemos notar foi à utilização da proposta de desenvolvimento sustentável estabelecida oficialmente pela ONU (CMMAD, 1988) além de novas denominações, porém, não constatamos uma definição ou um entendimento sobre estas. Conforme consta no manual do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas – Seção Operativa (CATI, 2005):

A busca de novos padrões de desenvolvimento tem como marco de referência o amplo estudo realizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecido como relatório Brundtland, onde o Desenvolvimento Sustentável é o rumo apontado para o estabelecimento das bases para o futuro da humanidade. Conceitua-o como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CATI, 2005, p. 1, o grifo é nosso).

Com esta citação pretendemos demonstrar como a ideia de desenvolvimento sustentável vem sendo aceita sem maiores preocupações. Em relação às novas adjetivações, os documentos publicados pela CATI intitulados Manuais Operacionais (CATI, 2005), apontam a necessidade de uma agricultura sustentável, de um modelo de

desenvolvimento rural sustentável e ainda de uma sustentabilidade socioeconômica e ambiental, como fica explicitamente exposto em suas premissas e objetivos.

As premissas básicas para que o P.E.M.B.H. atinja seus objetivos, coincidentes com as diretrizes do Governo Estadual são: [...] a busca da sustentabilidade socioeconômica e ambiental na microbacia. [...] O objetivo do P.E.M.B.H. é promover o desenvolvimento rural do Estado de São Paulo, entendendo-se por desenvolvimento rural a ampliação das oportunidades de ocupação, melhorias dos níveis de renda, maior produtividade geral das unidades de produção, redução dos custos e uma reorientação técnico-agronômica. Tudo para propiciar o aumento do bem-estar das populações rurais, através da implementação de sistemas de produção agropecuária que garantam a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, com plena participação e envolvimento dos beneficiários e da sociedade civil organizada (CATI, 2005, p. 4).

Estas adjetivações aparecem ainda nos objetivos específicos do programa.

Objetivos específicos: contribuir para a conscientização de toda a comunidade sobre a necessidade de conservação dos recursos naturais como condição básica para o desenvolvimento rural sustentável; contribuir para viabilizar a recuperação de solos e áreas degradadas, através do manejo e uso sustentável dos recursos naturais, baseados em alternativas tecnológicas que aumentem a produção, produtividade e renda do produtor rural (CATI, 2005, p. 5).

Para atingir estes propósitos de desenvolvimento sustentável em áreas rurais foi criado o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas para que os produtores rurais adotassem práticas conservacionistas com a liberação de subvenções econômicas, amparado pela Lei 11.970/05 (Lei de uso do solo), para a aquisição de implementos agrícolas e de recursos para construção e difusão de conhecimento dos sistemas de produção que privilegiam o desenvolvimento rural sustentável, pois:

Quando se dedicam esforços em busca da sustentabilidade através de ações locais, no caso uma microbacia hidrográfica, os resultados são mais rápidos e evidentes, pois há maior visualização dos problemas e participação da comunidade e do município na solução e equacionamento das questões ambientais (BRAGAGNOLO e PAN, 2001, p. 184).

A implementação desta política no Estado de São Paulo acarretou em debate entre órgãos do governo e representantes da sociedade civil a respeito da questão da preservação dos recursos naturais no campo pelo reconhecimento dos danos causados por conta de políticas que estimularam o setor à adoção de pacotes tecnológicos e planos desenvolvimentistas sem maiores preocupações em relação aos seus impactos.

“Este debate estimulou uma significativa discussão a respeito do modelo tecnológico utilizado, emprestando maior força política ao discurso da sustentabilidade” (SABANÉS, 2002, p. 70). Segundo o órgão executor do programa (CATI, 2000):

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, implantado no Estado de São Paulo em 2000, com financiamento parcial do Banco Mundial, tem por objetivo programar ações efetivas que resultem em melhor qualidade de vida no meio rural, por meio da ampliação das oportunidades de ocupação, melhoria dos níveis de renda, maior produtividade geral das unidades de produção, redução dos custos e uma reorientação técnico-agronômica, visando o aumento do bem-estar das populações rurais, seja pela implantação de sistemas de produção agropecuária que garantam a sustentabilidade, como a recuperação das áreas degradadas e preservação permanente, bem como a melhoria na qualidade e a quantidade das águas, com plena participação e envolvimento dos beneficiários (produtores amparados pelo projeto) e da sociedade (CATI, 2000).

Este programa possui como marco inicial no Estado de São Paulo o Decreto N° 27.329 de 3 de setembro de 1987 que instituiu o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas e delimita a microbacia como unidade de planejamento e intervenção do Estado de São Paulo. Deste modo, mudanças estruturais foram implementadas na Secretaria Estadual de Agricultura como a responsabilização do Estado pela conservação do solo (CATI, 2009).

Inicialmente o programa foi executado com recursos do Governo Estadual, entre os anos de 1987 e 1999, e as suas ações se restringiram à conservação dos solos por meio da construção de terraços e a adequação de estradas rurais. Tais ações foram realizadas pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo (CODASP).

Durante este período, a Coordenadoria Técnica de Assistência Integral (CATI), solicitou recursos junto ao Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Após cinco anos de tramitação foi aprovado o crédito para implementação do programa entre 2000 e 2006 (HESPANHOL, 2008).

A busca de recursos externos para financiamento conta com a Lei N° 8.331, de 1° de julho de 1993, que autoriza o Estado a contrair financiamento junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (organização que faz parte do grupo Banco Mundial, também vinculado a Organização das Nações Unidas), e determina que o produto da operação de crédito seja obrigatoriamente aplicado na execução do Projeto de Manejo e Conservação do Solo.

A CATI estabeleceu como metas abranger 4,5 milhões de hectares, executar 1.500 projetos de microbacias e atender 90.000 produtores rurais (30 por cento do total do estado) entre os anos de 2000 e 2006, período de vigência do financiamento concedido pelo BIRD. O orçamento do programa para o referido período foi de US\$ 124.740.200,00, dos quais US\$ 69.392.000,00 foram financiados pelo BIRD e US\$ 55.392.000,00 se constituíram contrapartida do governo estadual (HESPANHOL, 2008, p. 05).

O programa é fisicamente implementado em uma área delimitada. Cada microbacia tem seu próprio projeto, baseado em suas características socioeconômicas e ambientais, sendo sempre norteado pelos objetivos e definições próprias.

Esta política pública é composta por instrumentos voltados a implementação de ações a começar pelo Plano Global da Microbacia, constituído de seu Projeto Técnico e de seu Plano Anual de Trabalho para o primeiro ano. Esse Plano Global deve ser elaborado de forma participativa, com base no diagnóstico socioeconômico e ambiental da microbacia, e conter as ações propostas para a solução dos problemas que dificultam o desenvolvimento da comunidade e que provocam a degradação dos recursos naturais (RASCHIATORI e MOREIRA, 2006).

Apesar de apresentar alguma limitação em relação ao caráter pontual de suas ações esta política pública, após a municipalização da agricultura pelo governo Estadual em 1990 é a única direcionada à assistência aos pequenos produtores rurais a receber verbas estaduais destinadas a ações voltadas à preservação dos recursos naturais, daí, a importância de sua efetivação (HESPANHOL, 2005).

Neste sentido, a organização das informações aqui apresentadas visa estabelecer a estratificação dos ambientes naturais, procurando correlacioná-los com as atividades produtivas neles desenvolvidas, bem como estabelecer os fatores críticos dos aspectos econômico, social e natural, os quais são elementos básicos para o desenvolvimento sustentável e que devem ter o mesmo grau de preocupação. Temos, portanto, a intenção de organizar a pesquisa a partir deste ponto levando em conta a escala local (microbacia do Córrego Pereira,) e a questão do desenvolvimento sustentável (sua delimitação teórica e aplicação técnica).

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, iniciado em 2000, ofereceu benefícios individuais e coletivos aos produtores rurais que possuíam área de terras de até 50 hectares e no mínimo 70% de sua renda proveniente das atividades agropecuárias (CATI, 2005).

Para amenizar a situação de degradação natural e desorganização social no campo, o programa ofereceu mudas para o plantio de mata ciliar; cercas para o

Neste sentido, podemos localizar na figura 6 o Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente e sua abrangência, que, segundo os critérios de priorização, localiza-se em área de alta suscetibilidade a erosão.

Outro critério estabelecido para a implementação do programa é o nível de indigência que “caracteriza a pobreza familiar, traduzida na falta de emprego, fome e miséria (renda menor que 2 salários mínimos/família/mês)” (CATI, 2005, p. 7). Este critério está demonstrado na figura 7, que demonstra as regiões consideradas, de acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 1993), como de menor renda no Estado de São Paulo.



Figura 7: Níveis de indigência por região de abrangência dos Escritórios de Desenvolvimento Rural no Estado de São Paulo.

Fonte: extraído de FONTES, 2008.

Sob estes aspectos, o programa buscou reverter o quadro de degradação de recursos naturais e pobreza no espaço rural em que se encontra a maior parte das propriedades rurais no Estado de São Paulo, sobretudo, na região do Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente, se sobrepormos as figuras podemos notar que este município encontra-se dentro dos dois parâmetros apresentados pela CATI para a execução do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.

Deste modo, podemos perceber na figura 8, as áreas determinadas como prioritárias para o recebimento de verbas para a execução das ações de combate a degradação natural e pobreza rural, aliás, em nosso entendimento, estas denominações que damos aqui, deveriam aparecer nas premissas e objetivos do programa ao invés daquelas anteriormente apresentadas, como desenvolvimento sustentável, sustentabilidade socioeconômica ou desenvolvimento rural sustentável, pois é sob este aspecto que o programa se desenvolve.

Neste momento cabe lembrarmos que ao realizar nosso trabalho de campo constatamos que as intenções do programa não se concretizaram nesta microbacia, como será demonstrado no próximo capítulo, o quadro de degradação de recursos naturais, apesar de uma aparente preocupação dos proprietários rurais, não foi revertido, apenas as condições socioeconômicas obtiveram melhorias, mas segundo os critérios que apresentamos anteriormente, ou seja, aposentadoria rural ou arrendamento de terras.



Figura 8: Regiões prioritárias para a execução do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Estado de São Paulo.

Fonte: extraído de FONTES, 2008.

Após estas considerações sobre o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, a seguir, analisaremos a articulação entre os dois grupos responsáveis pela implementação do programa, lembrando que o desenvolvimento sustentável, nosso

tema nesta pesquisa, para se consolidar necessita da atuação de diferentes atores sociais que ajam em distintas esferas na implementação de ações que possam vir a ser concretizadas.

Deste modo, procuraremos trabalhar no sentido de demonstrar esta articulação, entre a Associação dos Produtores Rurais de Eneida (ASPREN) e o órgão responsável pelos técnicos para a execução do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e se os resultados propiciaram um novo modelo de desenvolvimento para a microbacia como previsto nos objetivos do programa.

2.3. --- Os atores sociais atuantes na implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Córrego do Pereira

Este item está organizado de maneira que permita entendermos os grupos sociais envolvidos na implementação da proposta de desenvolvimento sustentável em nossa área de estudo, quais sejam, a Associação dos Produtores Rurais de Eneida (ASPREN) e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Para realizarmos a análise, faz-se necessário, inicialmente entendermos o significado da articulação entre diferentes atores sociais em torno de uma política pública específica.

Portanto, nossa intenção será fazer apontamentos iniciais sobre o associativismo rural como forma de introduzir nossa discussão, após, trataremos em específico da ASPREN e o órgão executor da política pública que objetivamos para nosso estudo, a CATI, partindo de uma contextualização dessa prática em nossa área de estudo. Sobre este aspecto, é importante lembrarmos que a questão da participação é indissociável da ideia de associação e no Brasil tem havido a proliferação de ações para promover o envolvimento dos agentes diretamente relacionados aos objetivos de políticas públicas, ou seja, os executores e os beneficiários.

Ao recuperar as tendências que perpassam as propostas de intervenção governamental no espaço rural brasileiro, identificamos novas formas de articulação e intermediação de interesses acionadas pelo Estado, fora da órbita direta dos partidos políticos e dos sindicatos. A intermediação e representação de interesses na sociedade

civil têm sido amplamente discutidas. Evidentemente, nem todos os agentes têm o mesmo poder na sociedade nem desempenham as mesmas funções.

As associações de pequenos produtores rurais mostram-se como novas formas de cooptação social com uma função de socialização e se constituem, hoje, como novos canais de participação e de representação. Prevalece o entendimento de que se trata de organizações voluntárias, embora induzidas pelo Estado, surgindo, portanto, da vontade e da decisão de um grupo social, com objetivos pré-definidos e relacionados às necessidades sociais numa dada realidade.

Deste modo, as associações de produtores rurais foram adquirindo cada vez mais relevância no espaço rural brasileiro, tanto pela possibilidade de obtenção de recursos provenientes das políticas públicas, quanto pela necessidade de organizar pautas reivindicatórias perante as instâncias governamentais (OLIVEIRA, 2010, p. 41).

A atenção dispensada ao associativismo rural se deve, entre outros motivos, à sua capacidade de captar e veicular necessidades sociais de diferentes segmentos, em diversas situações, admitindo-se que, de acordo com o engajamento desses mediadores sociais, os membros destas associações têm assegurado, ou não, o encaminhamento de suas reivindicações com a possibilidade de fortalecer sua ação política.

Com a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, procurou-se ampliar a representação dos interesses da categoria de pequenos produtores e, a partir deste momento, permite-se que os trabalhadores e produtores se articulem pela via das associações, atribuindo novas características aos processos de negociação das demandas sociais, no qual a participação aparece como estratégia de superação da ineficiência e baixa participação social desta classe de trabalhadores na elaboração e implementação de políticas públicas específicas ao espaço rural.

As novas formas de articulação e intermediação de interesses instituídas no espaço rural por meio de políticas públicas governamentais, pós 1988, têm como principal característica a intermediação de interesses dos pequenos produtores rurais. Nesse sentido, as associações se constituem como agentes da sociedade civil organizada, e operam primariamente como atores de disseminação de interesses coletivos, pois, a nosso ver viabilizam a tematização de situações, interesses e exigências emergentes ao nível das relações cotidianas, visando sua transposição das experiências práticas de seus modos de vida para o plano público e, deste modo

constituem um contraponto fundamental aos interesses particulares levados ao sistema político.

2.3.1

A Associação de Produtores Rurais de Eneida (ASPREN).

Entendemos que o associativismo envolve diversos fatores em sua classificação, entre eles, fatores sociais, políticos e ideológicos externos ao mercado, uma vez que é marcado pelo contexto cultural em que se situa. Portanto podemos considerar, inicialmente, o associativismo como um conjunto de atividades que almejam um projeto de transformação e desenvolvimento da realidade local.

Por este motivo, torna-se necessária à compreensão do processo de transformação e consolidação de iniciativas locais inscritas pelo associativismo abordando esta como um conjunto de iniciativas para o enfrentamento das diferenças causadas pelo modo capitalista de produção implementado no espaço rural e como forma de promoção de melhorias em grupos de pequenos produtores rurais, e esta compreensão só é possível por meio de argumentações críticas sobre o significado e conceitos que retratam o tema.

A partir da década de 1980, as ações políticas direcionadas ao espaço rural e aos pequenos produtores rurais passam a sofrer algumas alterações. Principalmente devido ao motivo que, apesar de todo apelo promovido pela redemocratização do país com a Constituição Federal de 1988, as políticas direcionadas ao espaço rural continuaram obedecendo a sua formação histórica e privilegiando os grandes proprietários rurais, seja através da implementação tecnológica, de linhas de fomento ou ainda através de melhorias na infraestrutura.

Oliveira (2010) citando Pinheiro (2001) escreve que organizações de produtores rurais apontam que temas como a obtenção de crédito e melhorias nas condições de produção e comercialização foram centrais no surgimento e fortalecimento das mesmas, tendo em vista que a luta pelo acesso a terra não resolvia a situação de precariedade dos trabalhadores rurais no país.

No contexto da mundialização do capital, o associativismo pode ser considerado como uma forma de enfrentamento ou inserção no capital, dependendo da perspectiva adotada, que vem sendo apresentada pelo reconhecimento de sua importância nas transformações que estão em curso na atualidade.

Buscando interferir no processo de emancipação destas associações, o Estado brasileiro, em uma tentativa de direcionar os caminhos futuros desta parcela da sociedade civil, cria instrumentos que passam a estimular a criação de associações de produtores rurais com o fim de introduzi-las no mercado.

Nesse contexto, as associações de produtores rurais surgem em razão da incapacidade de outros canais de representação, como os sindicatos rurais e as cooperativas, de darem respostas satisfatórias e constantes às demandas dos agricultores, constituindo-se num importante meio para a viabilização de pequenos produtores rurais frente aos altos custos de produção, as exigências tecnológicas e as dificuldades de comercialização. Assim, pode-se afirmar que, de maneira geral, as associações de produtores têm sido constituídas para se atingir objetivos bem definidos, como reduzir a intermediação comercial, efetuar a aquisição conjunta de insumos e propiciar a utilização de máquinas e equipamentos agrícolas (HESPANHOL, R. 2006, p. 3).

Este fato se deu, principalmente, como forma de vincular à produção nacional as exigências do Banco Mundial, financiador do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas e articulador de políticas públicas para o setor, portanto, caso os agricultores não estivessem articulados em forma de associações, não teriam o direito de se beneficiar com as linhas de crédito fornecidas por este organismo internacional.

Entendemos que este é um assunto que deve ser tratado com cautela, pois reconhecemos a necessidade de melhoria nas condições sociais dos pequenos produtores rurais, ninguém quer permanecer em um estado de pobreza (no puro sentido da palavra), todos almejam melhorias para seus familiares, portanto sujeitam-se as condições impostas pelo capital ao inserirem suas atividades no comércio formal.

Deste modo, na organização de uma associação, mesmo que os produtores familiares objetivamente vislumbrem a produção econômica, subjetivamente eles podem alcançar a reprodução social do grupo e, conseqüentemente a dinamização da unidade familiar que cada sujeito pertence (OLIVEIRA, 2010, p. 49).

Oliveira (1990) afirma que a principal função das associações é negociar com o governo. Tais entidades apresentam-se, portanto, como “sistema paralelo, parapolítico, que aglutina mais que os partidos políticos e a partir do qual se estrutura ação política” (OLIVEIRA, 1990, p. 55). Para isso, importa, certamente, uma convivência harmoniosa, ativa e de maneira mais equilibrada entre os associados na própria organização.

Outra questão igualmente importante diz respeito à capacitação de seus membros e da formação democrática da associação. A importância de pensar no outro, no âmbito dessas entidades, articula-se com a trajetória de atuação do grupo, com as

diferenças e valores que configuram seu cotidiano. Lembrando as primeiras formações associativistas no Brasil a partir da década de 1980, Oliveira (2010) sustenta que foi neste período que se fizeram ouvir as primeiras vozes sobre a situação de abandono e precariedade das populações rurais no Brasil durante o período militar:

Na verdade, a análise das transformações desse período não pode ser restrita a enfoques isolados desses processos. São fenômenos que ocorreram imbricadamente e que possuem como elemento central a crise estrutural da economia que afetou a sociedade brasileira como um todo, mas que trouxe resultados drásticos para a classe trabalhadora, historicamente fragilizada. Neste período este segmento da sociedade pode expressar abertamente a situação de penúria a qual foi submetida no decorrer da ditadura militar. (OLIVEIRA, 2010, p. 40).

Acompanhando a evolução das associações, a nosso ver, pode-se dizer que estas representam um encurtamento da distância dos direitos sociais e políticos e ainda uma possibilidade de representação baseada no estabelecimento do diálogo com o poder político local ou estadual. No Estado de São Paulo, em específico:

[...] as primeiras experiências de organização dos produtores rurais foram incentivadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio das Casas de Agricultura, na década de 1980. Nessa fase, ficava a cargo do engenheiro agrônomo ou do veterinário responsável pela Casa da Agricultura incentivar e, em alguns casos, até arregimentar produtores visando à criação de associações, como também encaminhar os trâmites legais, além de organizá-las na sua fase inicial (HESPANHOL, R., 2006, p. 4).

Porém, de acordo com a autora citada anteriormente, esta situação levou ao fracasso muitas associações neste período, pois a iniciativa de encontrar soluções para os problemas destas famílias de pequenos produtores rurais não partia deles próprios, muitas vezes o Estado, via técnicos, induzia nos produtores a necessidade e os objetivos destas associações (HESPANHOL, R., 2006).

Deste modo reconhecemos que a gênese do associativismo rural no Estado de São Paulo difere do contexto nacional, pois, em um primeiro momento estas associações surgiram como um reflexo do momento político nacional na forma de uma manifestação e insatisfação popular contra as condições do trabalhador rural, mas, a partir da criação das Casas de Agricultura no Estado de São Paulo na década de 1980, percebemos uma diminuição desta situação e, neste Estado, a administração pública aparece como elemento de controle destas associações.

As associações que conseguiram, apesar das dificuldades, aglutinarem um conjunto de pequenos produtores rurais para, de forma coletiva, discutir os problemas enfrentados no cotidiano, proporem alternativas e encaminhar as demandas e, ainda, quando possível, desenvolver outras atividades – como a organização de cursos técnicos, palestras etc. –, logrando êxito, devem tal iniciativa à presença de uma liderança no meio rural. Isso porque, embora o nível de filiação de produtores seja relativamente expressivo, a participação efetiva nessas organizações tende a ser reduzida [...] (HESPANHOL, R., 2006, p. 4).

Esta dificuldade de articulação e associação entre os produtores rurais no Estado de São Paulo pode ser explicada pelo próprio processo de ocupação de algumas de suas regiões. Como demonstramos, o Oeste do Estado de São Paulo sofreu um processo de ocupação, diferente das regiões que tiveram projetos de colonização em outros estados, como o Paraná e o Rio Grande do Sul.

Deste modo, o comportamento que se formou entre os trabalhadores e produtores rurais do Oeste do Estado de São Paulo foi individualista, onde a figura de uma liderança no campo praticamente não existia, fato este que só foi alterado após anos de convivência.

Neste sentido, para o fortalecimento das associações de produtores rurais “a presença de um líder (produtor ou técnico rural) com relativa capacidade de discernimento acaba se constituindo num elemento fundamental no sentido de congregar os demais produtores em torno de um objetivo comum” (HESPANHOL, R., 2006, p.4).

No final da década de 1980, mais especificamente em 1988, ainda segundo Hespagnol:

Um dos objetivos da descentralização era possibilitar uma maior participação da sociedade civil, por meio de seus representantes, nos Conselhos Municipais visando à gestão, o acompanhamento e à fiscalização das atividades da administração pública. Concomitantemente a esse processo, o Estado passou a condicionar a liberação integral ou parcial de recursos às municipalidades por meio da formação desses conselhos, além de criar linhas especiais de crédito direcionadas para formas coletivas como cooperativas e associações de produtores (HESPANHOL, R., 2006, p. 5).

Sobre a descentralização, é interessante observarmos que existem diferentes opiniões, a favor ou contra esta tendência, por exemplo:

[...] a municipalização tem sido uma das decorrências do processo de descentralização da administração pública brasileira, tendência que já vem sendo experimentada por países europeus. No nosso país, ela tem se dado de modo desorganizado, deixando muitas lacunas não ocupadas por instituições,

o que tem comprometido muitos serviços sociais por falta de coordenação e de alocação de recursos. Atribuições antes afetas ao governo federal foram descentralizadas para os estados e municípios, mas sem um mecanismo coerente de coordenação no repasse de atribuições e de recursos específicos. Embora a municipalização/descentralização tenha um papel importante para o desenvolvimento local, a prática tem mostrado muitas dificuldades advindas de uma cultura autoritária, “clientelista” e pouco participativa. Com a predisposição de utilizá-la de forma mais eficiente, haverá também predisposição para rever, ou mesmo eliminar, muitos mecanismos estruturais e organizacionais que não se coadunam com os seus princípios. Não restam dúvidas de que as ações locais, desde que conduzidas com a participação dos diferentes segmentos representados da sociedade, podem ter papel preponderante no compartilhamento de oportunidades e responsabilidades, com consequente diminuição da acentuada desigualdade social hoje presente no País (CAMPANHOLA, SILVA, 2000, p. 11).

A partir da década de 1990, as associações de produtores rurais no Oeste do Estado de São Paulo, agora mais especificamente em Presidente Prudente (município onde se encontra o distrito de Eneida e a microbacia do Córrego do Pereira, recorte espacial da pesquisa) passam a se multiplicar e ganhar maior destaque, tanto na forma de organização como também de independência e atuação.

Mesmo considerando a heterogeneidade entre os interesses das associações, percebe-se um atributo comum das mesmas no Escritório de Desenvolvimento Regional de Presidente Prudente: “o fato de que a maioria (90,0%) agrega os produtores por categoria (familiares) e porte (pequenos – até 50 hectares), não sendo especializadas na produção” (HESPANHOL, R., 2006, p. 6).

Segundo a autora, essa característica de agregação de produtores por categoria e porte pode explicar as dificuldades encontradas em termos de participação dos associados, tendo em vista que:

[...] os objetivos, os interesses e as demandas são diferenciadas dependendo das atividades produtivas desenvolvidas. Essa forma de organização ao mesmo tempo em que pode favorecer o contato e o convívio com demandas diferentes, pode também dificultar a coesão do grupo, já que há a necessidade de não se ater apenas aos problemas estritamente ligados à produção, mas se direcionar os esforços para a elaboração de um projeto comum, que seja partilhado por todos ou pela maioria dos associados (HESPANHOL, R., 2006, p. 6).

Entre as 29 associações de produtores rurais pesquisadas pela autora, “apenas 4 foram criadas até 1988. No período entre 1991 e 2000 foram criadas 15 associações e, a partir de 2001, mais 10. Nesse último período, destaca-se o fato de que apenas no ano de 2001 foram criadas 9 associações de produtores” (HESPANHOL, R., 2006, p. 7).

Neste sentido, entendemos que esse grande número de associações no período mais recente pode ser apreendida como resultado da mudança de enfoque nas políticas públicas, ocorrida a partir de meados dos anos 1990.

De maior interesse para nós e lembrando nossos objetivos, apontamos que no âmbito estadual, essa tendência de estimular a formação de associações rurais ou fortalecer as já existentes, foi verificada, entre outros motivos, com a implantação do Programa de Microbacias Hidrográficas, executado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Para receberem incentivos deste programa, os produtores precisam estar organizados em associações, na área em questão, EDR de Presidente Prudente, neste período, “das 29 associações, apenas três não estão formalizadas do ponto de vista legal, o que representa pouco mais de 10% do total. No entanto, do total (29), apenas quatro associações são reconhecidas como entidades de utilidade pública” (HESPANHOL, R. 2006, p. 7).

Na medida em que, a dependência em relação ao poder político local se amplia, tende a diminuir, por um lado, a capacidade de representação da associação como uma instância mediadora entre os produtores e as demais esferas (a Prefeitura Municipal, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, a Casa da Agricultura, os intermediários etc.) e, por outro, o seu papel frente aos produtores, como um espaço que possibilite a troca de experiências, a discussão dos problemas enfrentados e a busca de suas soluções, o que propiciaria o reconhecimento da identidade dos associados como produtores rurais.

Quando isso ocorre, torna-se mais difícil conseguir o envolvimento dos associados que, em muitos casos, simplesmente deixam de participar das associações, além de impossibilitar a atração de novos produtores, que poderiam estar ampliando a base de participação e de representação da associação na escala local (HESPANHOL, R., 2006).

Este fato, na área de abrangência da pesquisa, fica exposto da seguinte maneira:

Essa dependência de outros agentes externos à associação fica expressa, por exemplo, no fato de que a maioria destas (75,87%) não dispõe de um local próprio (sede) para realizar as reuniões e as demais atividades programadas, dependendo da cessão de um espaço pela Casa da Agricultura, igreja, escolas ou mesmo de um dos produtores associados. Apenas 10,34% das associações

afirmaram possuir uma sede própria. A não disponibilidade de uma sede própria pela maioria das associações interfere, de certa forma, na frequência com que as reuniões dos associados são realizadas. Isso porque, quando questionados com que frequência estas eram realizadas, a maioria dos dirigentes (72,41%) respondeu que elas eram regulares, enquanto que os demais (27,59%) informaram que as reuniões não tinham nenhuma regularidade. Entretanto, ao compararmos esse percentual (72,41%) de dirigentes que afirmaram realizar reuniões regularmente, com os dados referentes à periodicidade das mesmas, constatamos que: 48,28% das associações de produtores realizam reuniões mensalmente; 24,14% não têm periodicidade definida, convocando reuniões somente quando há a necessidade de se tratar de assunto importante ou quando solicitado por algum dos associados; e, as demais associações, ou seja, 20,69% realizam reuniões com frequência variada, podendo ser bimestral, semestral ou mesmo anualmente (HESPANHOL, R., 2006, p. 8).

Neste sentido, se levarmos em conta que é durante as reuniões que os produtores possuem a oportunidade de efetivar sua participação com os assuntos de interesses coletivos debatidos dentro das associações e estas reuniões “ocorrerem em 20,69% das associações com periodicidade variada e em 24,14% sem nenhuma periodicidade” (HESPANHOL, R., 2006, p. 8), torna-se questionável a capacidade dessas associações, em relação à representatividade e legitimidade, efetivarem-se enquanto instâncias de diálogo entre os interesses dos produtores na escala local e como organizações capazes de trazer a arena política o debate sobre as reais necessidades dos produtores rurais em termos de políticas públicas.

A falta de interesse, ainda segundo a pesquisa da autora em referência, e participação dos associados desta região (44,83%) foi apontada pelos dirigentes das associações como a principal dificuldade para o adequado funcionamento destas (HESPANHOL, R., 2006).

Assim, como observa Lisboa (2001), ao mesmo tempo em que as organizações coletivas podem se constituir num campo privilegiado de conquistas e de experiências para os produtores rurais no âmbito do lugar, a não participação efetiva destes atores sociais pode favorecer um ambiente de alienação e de cooptação por parte do Estado ou das instâncias do poder local (LISBOA, 2001).

Portanto, entendemos, a princípio, que estas situações expostas se refletem em grande parte de associações na região de Presidente Prudente, inclusive na que analisamos – ASPREN.

As informações aqui apresentadas tem sua origem nas palavras do ex-presidente da associação bem como de produtores rurais por nós entrevistados que dela fizeram parte. Esta associação foi constituída com uma intencionalidade já programada.

Os produtores desta localidade, ao tomarem conhecimento dos benefícios oferecidos pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, estimulados por aquele que viria a se tornar o presidente da associação, optaram por formalizá-la.

Após o ato de constituição da associação (ASPREN) que ocorreu em fevereiro de 2004, ficou decidido que além de trabalharem na intenção de se beneficiarem de políticas públicas, em específico o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, outro objetivo da associação (ASPREN), seria difundir novas tecnologias, estimular o fortalecimento do associativismo e despertar a atenção sobre a necessidade de preservação de recursos naturais, atividades que seriam desenvolvidas naquela microbacia (A.C.P., trabalho de campo, julho de 2012).

A associação, apesar de sua denominação indicar a localidade de Eneida, possuía, na época, trabalhadores rurais de outros distritos vizinhos, como Montalvão e Floresta do Sul, fato que se justifica, segundo o ex-presidente da associação, pelo grau de parentesco entre os associados, sendo que muitos que possuem propriedades em Eneida são parentes, em algum grau, de produtores dos outros distritos e a própria sede da associação ficava localizada no distrito de Montalvão, na propriedade rural do pai do entrevistado, à época, presidente da associação.

Quando de sua constituição, a ASPREN, era constituída por cerca de 30 produtores rurais, sendo que estes eram classificados como agricultores familiares, segundo critérios do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.

As reuniões da associação eram realizadas mensalmente como tentativa de fortalecer o vínculo entre os associados, porém a participação dos produtores não era satisfatória para os objetivos previstos quando da sua constituição, pois, para a participação efetiva no Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas e a promoção do desenvolvimento sustentável nas propriedades da microbacia seria necessário, primeiramente, uma forte articulação entre os produtores.

Fato este que não ocorreu, o que observamos em trabalho de campo através da aplicação de formulários específicos (ANEXOS 2 e 3).

Segundo o relato de um entrevistado (ex-presidente da ASPREN), as reuniões da associação, não contavam com participação significativa dos produtores associados, sendo que destes, geralmente, compareciam as reuniões menos de dez associados. Um dos maiores motivos para essa dificuldade de articular e fortalecer os laços entre os produtores desta região, ainda segundo dados levantados junto ao então ex-presidente da ASPREN foi o descrédito, por parte dos produtores, na execução do programa.

O pessoal dali é um tanto desmotivado, não tem muito interesse em continuar trabalhando nas terras, muitos já têm alguma lojinha nos distritos, os filhos vão trabalhar em Prudente e fica difícil pra eles ficar contratando pessoal de fora, então a associação fica fraca, não tem força pra tentar reverter o quadro se os próprios proprietários já estão arrendando suas terras (A. C. P., trabalho de campo, 2012).

Fato este que nos deixou um tanto inquietos visto que, inicialmente, segundo o entrevistado, o objetivo principal da associação era participar do programa. Porém, ao continuarmos com nossa investigação, entendemos que anteriormente houve outro presidente (não contatado por nós) que havia desviado verbas da associação, e quando o ex-presidente entrevistado assumiu esta função, os produtores já estavam desanimados em relação, principalmente, a continuidade da própria associação.

No distrito de Floresta do Sul, entrevistamos um produtor rural que nos declarou que:

Todo mês tínhamos que pagar uma mensalidade não sei pra quê. O cara vinha aqui com um caderninho e pegava o dinheiro, e a gente nunca via acontecer nada, então minha filha falou pra mim parar de pagar, ai eu montei esse bar e arrendei minhas terras, pra mim é melhor que fique assim (S. O. G., trabalho de campo, 2012).

Mesmo com estas dificuldades a associação conseguiu participar do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. Porém, os resultados obtidos não foram satisfatórios. Segundo um dos entrevistados (A. C. P.), a falta de vontade dos produtores foi o motivo principal desta inexpressiva participação no programa, visto que, durante a sua participação enquanto presidente, outras melhorias foram alcançadas junto aos produtores, como a conquista de uma patrulha agrícola para os produtores da microbacia.

Em relação aos benefícios do programa, foram adquiridos apenas 1,3 Km de cerca para a proteção de áreas de preservação permanente e a aquisição de uma roçadeira costal para um único produtor. Lembrando novamente nossos objetivos e toda a temática trabalhada até este momento esclarecemos que, em relação à ideia de desenvolvimento sustentável, nosso tema, a associação poderia ter desempenhado um papel maior.

Se considerarmos toda a área da microbacia e a extensão dos cursos de água, a construção de 1,3 Km de cerca, segundo o próprio proprietário onde esta intervenção foi realizada, não traz resultados significativos sobre a qualidade da água.

Do que ia adianta eu cercar minhas terras aqui se o vizinho de cima e de baixo não cercar também? O pessoal devia ver melhor essas coisas, porque eu participo, mas e daí? Depois não vem mais ninguém aqui pra ver como é que tá e agente só vai perdendo terra por conta das leis, a usina ai do lado ninguém olha, tem cana pra todo lado, os terraço que eles fazem é tudo errado, quando chove muito vaza tudo e sai arrastando terra e cana até aqui em baixo, o rio fica uma sujeira só, e ninguém vai la vê essas coisas. É sempre assim, daí vem com a conversa de associação isso associação aquilo, mas não tem jeito, enquanto não mostrarem pra gente que os dois tem que ser tratado igual, ninguém participa mesmo (A. S., trabalho de campo, 2012).

Entendemos, de acordo com a evolução do pensamento ambientalista, que uma associação de produtores rurais poderia ser considerada como parte de um todo maior que é o movimento ambientalista como um todo e assim contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável.

E ainda, lembrando as diversidades de pensamentos dentro do ambientalismo e dando atenção à ecologia política, as associações de produtores rurais, e em específico a ASPREN, poderia ter tido, caso houvesse um envolvimento maior entre os produtores, um forte papel no caráter de preservação de recursos naturais e melhoria da qualidade de vida, aproximando-se da proposta de desenvolvimento sustentável oferecida pelo programa.

Pois bem, novamente, relembro nossos objetivos e analisando o contexto de nosso trabalho até o momento apontamos a necessidade de um esclarecimento maior sobre a importância do associativismo rural para a promoção do desenvolvimento sustentável em áreas rurais.

Se consideramos o movimento ambientalista, em toda a sua multiplicidade de pensamento e formas de atuação, como um grupo social que é capaz de aglutinar as mais diversas formas de organização da sociedade civil em torno de um mesmo interesse, mesmo que sem a intencionalidade de preocupação com recursos naturais e melhorias na qualidade de vida das pessoas expressa de maneira clara, devemos considerar também as associações de produtores rurais neste contexto.

Voltando aos dados coletados em nossa entrevista com o ex-presidente da associação por nós estudada (ASPREN), notamos em sua fala uma nítida preocupação com estes fatos, talvez pela sua dedicação profissional (analista de desenvolvimento agrário – ITESP), e também pela sua motivação enquanto pessoa do campo.

Durante a entrevista, em vários momentos, o ex-presidente declarou sua luta pessoal para convencer os demais produtores da microbacia a aderirem à associação e

participarem do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas não só pelos benefícios econômicos, mas também pela questão da preservação dos mananciais, que, na região, já se tornam um problema quando se fala em abastecimento de água futuro (A.C.P., trabalho de campo, junho de 2012). Porém, a associação não alcançou grandes resultados, fato que demonstra o que apontamos anteriormente.

A proposta de desenvolvimento sustentável para se concretizar necessita da articulação entre diversos atores sociais, uma árdua e longa tarefa, fato este que, por diversos fatores como a desarticulação entre os próprios produtores, pode inibir a vontade de participação no processo de implementação de programas que visem o desenvolvimento sustentável.

Algumas dessas anotações foram identificadas quando analisamos o documento que nos foi disponibilizado no item “Organização comunitária e acesso a insumos e equipamentos” (tabela 11).

Descrição da questão	Resposta	%
É membro da associação?	Não é membro	27,4%
Se membro, participa das reuniões?	Não participa das reuniões	5,5%
Se membro, participa das reuniões?	Participa pouco das reuniões	50,7%
Se membro, participa das reuniões?	Procura sempre participar das reuniões	16,4%
Acredita que o trabalho de organização dos produtores rurais é importante?	Não acha esse trabalho importante	1,4%
Acredita que o trabalho de organização dos produtores rurais é importante?	Sim, e procura divulgá-lo	1,8%
Acredita que o trabalho de organização dos produtores rurais é importante?	Sim, mas não se preocupa em divulgá-lo	80,0%

Tabela 11: Organização comunitária na microbacia do Córrego do Pereira.

Fonte: CATI – (intranet).

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

Destas informações, cabe salientar, com base no Plano de Manejo da microbacia (LIMA, 2005) que apesar da existência da associação sua participação em programas governamentais para o desenvolvimento da/na microbacia foi insipiente. Quando da implementação do programa em nossa área de estudo, foi realizado pelos técnicos executores do programa um levantamento dos principais problemas na microbacia segundo as opiniões dos próprios técnicos e dos produtores rurais (diagnóstico socioeconômico, CATI, 2005).

Estas opiniões podem ser melhor observadas através das tabelas 12 e 13 por nós organizada.

Relação dos Principais Problemas nas Propriedades Rurais Microbacia na Opinião dos Produtores		
Problemas apontados	Quantidade de Propriedades	%
Água da chuva que vem da estrada.	6	8,21
Degradação do solo.	28	38,35
Estradas rurais.	8	10,95
Êxodo rural.	1	1,36
Falta de mata ciliar.	10	13,69
Falta de água.	5	6,84
União de produtores.	15	20,54
Total de produtores	73	100

Tabela 12: Relação dos principais problemas na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira na opinião do produtor.

Fonte: CATI, 2012 – (intranet).

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

Relação dos Principais Problemas nas Propriedades Rurais Microbacia na Opinião dos Técnicos		
Problemas apontados	Quantidade de Propriedades	%
Água da chuva que vem da estrada.	2	8,21
Degradação do solo.	19	38,35
Estradas rurais.	8	10,95
Êxodo rural.	0	1,36
Falta de mata ciliar.	24	13,69
Falta de água.	18	6,84
União de produtores.	2	20,54
Total de produtores	73	100

Tabela 13: Relação dos principais problemas na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira na opinião dos técnicos.

Fonte: CATI, 2012 – (intranet).

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

Os dados evidenciam que a questão do associativismo aparece como o segundo principal problema para os produtores rurais (20,54 %), na microbacia do Córrego do Pereira, já os técnicos executores do programa, pelos números demonstrados, consideraram irrelevante a questão do associativismo, preferindo identificar outros problemas, considerados como principais, para serem trabalhados durante a execução do programa.

Este fato, a não consideração por parte dos técnicos da importância do associativismo rural na execução do programa, em nossa opinião, dificultou as ações de execução, pois uma das prerrogativas para que os objetivos fossem alcançados era a necessidade de uma forte articulação entre os produtores na forma de associação. Se os técnicos, responsáveis e treinados para a execução do programa, não identificaram a falta de um comprometimento maior entre os produtores, fica difícil imaginarmos que os objetivos, em específico, o desenvolvimento sustentável, pudessem ser atingidos. Pois, consideramos que cabe a estes, os técnicos executores do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, um comprometimento maior em relação aos beneficiários

do programa no que tange a sua capacidade de entenderem os conflitos e proporem as soluções através da associação.

Feito estes apontamentos, iremos trabalhar com dados colhidos durante a realização de nossa pesquisa junto aos produtores rurais que identificam o perfil do produtor rural nesta microbacia.

Neste sentido, nosso formulário foi elaborado e aplicado junto aos produtores no intuito de permitir uma visualização sobre: a) perfil do produtor; b) características econômicas da propriedade e renda; c) características naturais da propriedade e d) características de sociabilidade do produtor. Dentre os quesitos por nós apontados, destacamos alguns que julgamos de maior importância. Lembramos que a microbacia do Córrego do Pereira é composta por 73 produtores rurais, destes, foram entrevistados 13, o que representa 17,8% do total.

Três são beneficiados diretos pelo programa, dois não faziam parte da associação (ASPREN) no período de implementação e o restante, oito produtores, participaram da associação, mas não foram contemplados diretamente pelo programa de microbacias e atualmente não fazem mais parte da associação e abandonaram sua condição de produtor através do arrendamento de suas terras, tornaram-se, portanto, apenas proprietários de terras na microbacia.

Interpretaremos estes itens na tentativa de ilustrar o perfil dos produtores rurais entrevistados. Posteriormente, iremos relacionar estes dados para o total dos produtores da microbacia (73 produtores) buscando identificar o perfil total dos produtores da área de estudo. Esclarecemos, neste momento, que estas informações foram obtidas através da aplicação de formulário (ANEXO 1) junto aos produtores rurais.

Em relação à idade média, percebemos neste item que a maior parte dos produtores entrevistados (38,46 %) possui idade entre 60 e 70 anos, o que comprova a renda dos proprietários através da aposentadoria rural e percebemos também a falta de pessoas com menos de 40 anos, o que comprova também as informações referentes à falta de mão de obra familiar e a relação de abandono pelos filhos de atividades agropecuárias nas propriedades visitadas.

Considerando o nível de escolaridade dos produtores entrevistados predomina a baixa formação (53,84 % dos entrevistados não possuem ensino fundamental completo), fenômeno que se reflete em um dos itens mais importantes de nossa pesquisa. Neste sentido, entendemos que o ensino poderia ter contribuído com a formação pessoal dos

produtores e isto poderia ser refletido no espírito associativista, portanto, poderia consubstanciar a identidade da associação.

Este fato pode ser interpretado no caráter individualista do produtor daquela microbacia. Como interpretamos através da fala de um dos entrevistados.

Meu nome ainda está na associação, mas não participo mais, como fiquei doente e consegui me aposentar, arrendo minhas terras e vivo disso, Pra que vou participar da associação agora? Não preciso de mais nada na minha propriedade. Vou lá pra perder tempo por que aqui ninguém tem espírito associativista (A.S., trabalho de campo, outubro de 2012).

Esta informação permite entendermos um dos motivos que levaram o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas nesta área a não ter atingido seu objetivo. A falta de articulação e interesse entre os próprios produtores rurais acabou por resultar em não aproveitamento dos benefícios oferecidos pelo programa e conseqüentemente restou, apenas, em intervenções pontuais.

Em relação à renda, constatamos através da aplicação de formulários que muitos (53,84 %) vivem com uma renda própria proveniente do arrendamento de terras da propriedade somada a uma aposentadoria ou a um trabalho assalariado desenvolvido em outra propriedade.

Sobre as características naturais das propriedades, dos proprietários entrevistados, 13 (100 % dos entrevistados) responderam que possuem, na atualidade, preocupação com os recursos naturais – preservação de cursos de água, escoamento sanitário adequado, e destino de resíduos sólidos e orgânicos, porém, interpretamos que estas informações possuem relevância por força de lei, e não por uma motivação pessoal do produtor rural, conforme escrevemos anteriormente. Em relação ao esgoto das residências, mesmo considerando a desativação de muitas, os proprietários informaram que no período em que estas estavam habitadas ou existiam na propriedade algum tipo de atividade produtiva, o esgoto das residências possuía como destino final as tradicionais fossas negras.

No próximo item analisaremos os atores responsáveis pelo planejamento e execução do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas na microbacia do Córrego do Pereira, os técnicos da Coordenadoria Técnica de Assistência Integral (CATI).

2.3.2

A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI e sua atuação na microbacia do Córrego do Pereira

O objetivo deste item é interpretar o papel da CATI quanto à assistência aos pequenos produtores no contexto do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em Eneida na tentativa de obter um panorama de como esse órgão de extensão rural do Estado de São Paulo, contribuiu, ou não, para a organização dos produtores rurais na microbacia do Córrego do Pereira.

No Brasil, a atividade agropecuária é caracterizada pela predominância de grandes propriedades que se dedicam a atividades monocultoras e agroexportadoras e também pelo número expressivo de pequenas propriedades responsáveis pela produção dos principais gêneros alimentícios que abastecem a população em geral. Neste sentido, essa ambiguidade se mostra de maneira mais contundente quando o pequeno produtor se encontra inserido no contexto do modo capitalista de produção, no que se refere às questões fundiárias e sociais, as quais são representadas pela concentração de terras, exclusão social no campo e grau de mecanização agrícola diferenciado entre os produtores nas distintas regiões do país.

A essas especificidades, acrescenta-se o processo desigual de modernização e industrialização da agropecuária nacional a partir da década de 1960, com apoio do Governo Federal, que se empenhou em atingir maiores níveis de produção, fortalecimento da agroindústria e expansão da fronteira agrícola e pecuária, utilizando, para tanto, políticas públicas que reuniam tanto o crédito rural subsidiado quanto programas de pesquisa e extensão rural.

Entre as décadas de 1960 e 1970, no Brasil, privilegiou-se a integração das atividades agrícolas e pecuárias ao circuito produtivo das indústrias de insumos agropecuários e de processamento de matérias primas, o que se constituiu no período de consolidação dos complexos agroindustriais (GONÇALVES NETO, 1997).

Deste modo, o Estado articulou e criou instrumentos econômicos que permitiram a formação dessas estruturas, como o crédito rural subsidiado e programas de pesquisa agrônômica e extensão rural. Portanto, entendemos que neste período o Estado desempenhou certa ênfase na extensão rural com foco em pequenos produtores

em uma tentativa de inseri-los na nova dinâmica expansionista da economia nacional (GONÇALVES NETO, 1997).

Neste período, o governo buscava articular a extensão rural ao crédito agrícola acreditando que esta seria a saída para pequenos produtores melhorarem seu perfil tecnológico através da aquisição de implementos e assim, conseqüentemente, tornarem-se parte do processo de expansão da agropecuária moderna e industrializada (GONÇALVES NETO, 1997).

Sobre extensão rural, entendemos:

[...] um processo de educação informal, que atende aos produtores rurais e suas famílias, visando melhorar as suas condições econômicas e sociais, tendo como base o aumento da produção e da produtividade da agricultura. O objetivo geral da Extensão Rural define como os principais componentes do seu campo de atuação os fatores sócio-econômicos que atuam no desenvolvimento da agricultura e na inovação tecnológica na produção agropecuária. (RODRIGUES, 1980, apud, GONÇALVES NETO, 1997, p. 202)

O trabalho dos extensionistas pode ser realizado através de assistência técnica privada e pública, esta, oferecida a pequenos produtores descapitalizados. Este trabalho permite também uma maior disseminação de inovações tecnológicas e práticas de manejo entre os produtores buscando uma melhoria nas condições de renda destas famílias.

Porém, apesar desta difusão sobre as práticas extensionistas, acreditamos ser coerente lembrarmos que, como escreveu Hespanhol (2005), esses programas extensionistas voltados ao desenvolvimento rural no Brasil, contraditoriamente, restringem-se principalmente aqueles pequenos produtores que, de alguma forma, encontram-se inseridos no processo maior de exploração agropecuária envolvidos com a exportação, seja no fornecimento de matéria prima ou mesmo no arrendamento de terras, desta forma, estas ações contradizem a prática a qual foram criadas e voltam-se exclusivamente a atividades inerentes ao desenvolvimento da agricultura capitalista.

O autor escreve ainda que no Estado de São Paulo, onde estão instituídas poderosas cadeias produtivas, também não houve ações concretas do governo estadual com a intenção de apoiar os pequenos produtores rurais:

O governo estadual promoveu nos anos 1990 o processo de municipalização da agricultura, por meio do qual repassou atribuições aos municípios sem que a maioria deles dispusesse das condições financeiras e operacionais para tanto. Os sistemas de assistência técnica e extensão rural paulista vêm sendo

desestruturados e os seus beneficiários diretos, ou seja, os pequenos produtores rurais têm enfrentado cada vez mais dificuldades para terem acesso à assistência técnica e extensão rural oficiais. (HESPANHOL, 2005, p.5)

Buscando interpretar o processo de descentralização de políticas públicas aliadas a expansão da assistência técnica rural no Estado de São Paulo, procuramos aqui realizar um breve comentário sobre a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), mais especificamente aquela sediada no município de Presidente Prudente.

Abramovay (2000), ao analisar a situação dos pequenos produtores rurais ressalta que a ausência de avaliações mais rigorosas sobre a atuação de comitês e conselhos de desenvolvimento rural permite uma ação, por parte das agências de assistência técnica, de práticas clientelistas e burocráticas que acabam privilegiando produtores articulados a cadeias produtivas agroexportadoras em detrimento dos pequenos produtores que vivem a margem do processo produtivo capitalista que acabam por desenvolver práticas não necessariamente relacionadas à produção agrícola ou pecuária dedicando-se a outras atividades (ABRAMOVAY, 2000).

Neste sentido, estruturas sociopolíticas que envolvem os setores de produção e comercialização tornam-se cada vez mais complexas e acabam por desencadear conflitos de interesse locais que pretendem o domínio de políticas públicas direcionadas ao espaço rural, pois, a participação direta de grupos (associações) de produtores rurais considerados descapitalizados no processo decisório implica na redistribuição do poder, o que gera tensões e choques de interesses.

Sobre o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, o governo do Estado de São Paulo, através da CATI, considera que o programa fortaleceu a rede de assistência técnica e extensão rural através de investimentos em infraestrutura, equipamentos e capacitação de diferentes agentes com o intuito que estes dessem continuidade aos planos de desenvolvimento sustentável (CATI, 2009).

Antes da implantação do Programa de Microbacias, a CATI tinha seu foco de trabalho voltado para a assistência técnica tradicional, solucionando demandas de informações técnicas pontuais dos produtores que procuravam a instituição. A atuação no PEMH provocou a mudança de foco, de assistência técnica para a extensão rural propriamente dita, a qual passa a estender ao público rural conhecimento e habilidades sobre as várias atividades agropecuárias, preocupando-se também com a qualidade de vida dos produtores. Foi enfatizada a questão educacional, promovendo mudanças no comportamento dos produtores, sempre com o objetivo de estimular o desenvolvimento sustentável, ambiental e econômico (CATI, 2009, p. 15).

A CATI é o órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo responsável por atender pequenos proprietários rurais desenvolvendo programas e ações que contemplem um caráter participativo, como o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. É um órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Governo do Estado de São Paulo e foi criada em 1967, através do Decreto nº 41.608, tem como objetivos prestar serviços ao produtor rural (DECRETO nº 41.608 de 24/2/1997 - Reorganização da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e dá providências correlatas) (São Paulo, 1997).

Sua sede esta localizada no município de Campinas (SP) e é composta por 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) distribuídos nas várias regiões do Estado de São Paulo. Os 40 EDRs englobam as Casas de Agricultura municipais que estão presentes em todos os municípios do Estado de São Paulo. Além disto, a CATI possui 21 Núcleos de Produção de Sementes, Mudanças e Matrizes, produzindo variedades de sementes e mudas (CATI, 2012).

Como escrito anteriormente, da percepção da necessidade de integração entre governo e sociedade é que estão surgindo propostas para a solução de problemas relacionados ao espaço rural. Neste sentido, a CATI tem procurado trabalhar com incentivo à parceria e aos convênios, respeitando as características e as necessidades de cada região. Seu corpo técnico é formado por engenheiros agrônomos, engenheiros agrícolas, zootecnistas e médicos veterinários que prestam informações e procuram orientar o produtor rural na condução de suas atividades agropecuárias.

Segundo informações colhidas no site do órgão, sua missão é: "Promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio de programas e ações participativas com o envolvimento da comunidade, de entidades parceiras e de todos os segmentos dos negócios agrícolas". (CATI, 2012).

Com esta missão institucional, a CATI assume ter um compromisso com o homem do campo e ainda trabalhar para a conservação de recursos naturais. Este compromisso seria fazer chegar até ele, produtor, técnicas e tecnologias que possibilitem o aumento da produção e produtividade, fornecer sementes e mudas com garantia de origem genética (CATI, 2012).

Além destes serviços oferecidos a CATI disponibiliza publicações técnicas e vídeos que contém informações sobre inovações tecnológicas nas áreas agrícola e pecuária, estas costumam ser elaboradas e apresentadas em linguagem adequada ao

entendimento do agricultor, fugindo de termos técnicos que muitas vezes dificultariam o entendimento e deste modo não atingiriam as expectativas.

Segundo informações obtidas por intermédio do trabalho de campo, apesar de todas estas iniciativas e demonstrações de boas intenções, a CATI, como órgão público, apresenta suas limitações e dificuldades. Segundo funcionários deste órgão, a maior dificuldade enfrentada é o reduzido número de funcionários (L.S.M., trabalho de campo, setembro de 2012).

Diversas atividades de campo e treinamento são realizadas pela sua equipe de profissionais: dias de campo, organização de cursos sobre noções de administração rural, processamento artesanal, medicina veterinária preventiva e outros temas, orientação agrônômica sobre pragas e doenças etc.

A CATI, além de responsável pelo serviço de extensão rural, está envolvida na prestação de serviços para a comunidade da zona rural entre eles: alfabetização de adultos, orientação para construção de fossas sépticas e abastecedouros de água para pessoas e animais, além da divulgação de conceitos de higiene, controle de agrotóxicos e disponibilização de mudas, aliás, incentivo este que fazia parte do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. Sobre este aspecto:

A CATI, através do DSMM¹⁵, disponibiliza a agricultura paulista mudas de espécies florestais nativas, frutíferas e frutíferas comerciais, com garantia de qualidade genética, fisiológica e sanitária. Essa qualidade foi atingida por meio de intensos trabalhos de desenvolvimento e adaptação de tecnologias e está em sintonia com os anseios da sociedade que exige alimentos saudáveis, produzidos dentro de um contexto de preservação ambiental. Esse objetivo se completa com a produção de mudas para implantação de reflorestamentos com espécies nativas e silvestres, que visam recuperar áreas degradadas e proteger cursos d'água e mananciais (CATI, 2012).

A instituição detém banco de dados que contém informações sobre a produção agropecuária no Estado de São Paulo. Ele é a base para a elaboração de planos agrícolas, organização do setor produtivo e obtenção de informação sobre safras, áreas e espécies cultivadas nas diferentes regiões paulistas.

A CATI do município de Presidente Prudente foi inaugurada em 1967, como Secretaria Agrícola, como sede da Casa da Agricultura e também como Delegacia Agrícola. Após a reformulação pela qual passou com o já citado decreto nº 41.608, foi

¹⁵ Departamento de sementes, mudas e matrizes.

institucionalizada como Escritório de Desenvolvimento Rural, sendo responsável por dezessete municípios da região.

No Estado de São Paulo, as primeiras ações da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, tomando as microbacias hidrográficas como recorte territorial para a ação, datam de 1992 e se restringiam, basicamente, ao combate à erosão dos solos (HESPANHOL, 2005, p. 10).

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Estado de São Paulo foi elaborado pela CATI a partir de 1995, após a averiguação de resultados do programa paranaense, e somente em 1999 o projeto foi aprovado pelo Banco Mundial (BIRD) e suas ações tiveram início em 2000 (CATI, 2005).

A CATI, nos primeiros anos de vigência do financiamento concedido pelo BIRD, ainda não havia adaptado a sua cultura institucional para gerir um programa desta envergadura e natureza, o que acabou retardando a execução das ações do programa. A excessiva burocracia exigida pela própria natureza do programa também retardou a sua implantação. De acordo com Hespanhol (2008):

A municipalização da agricultura paulista desencadeada nos anos 1990 provocou o esvaziamento da estrutura anteriormente existente nos Escritórios Regionais de Desenvolvimento Rural (EDRs) vinculados à CATI. Assim, a execução do programa de microbacias ficou na dependência dos técnicos contratados temporariamente pelos municípios. Tais técnicos, muitas vezes, além do trabalho nas microbacias, são incumbidos de outras atividades, o que gerou e ainda tem gerado, porém em menor proporção, sérios problemas na execução dos projetos, em razão da descontinuidade das ações (HESPANHOL, 2008, p. 7).

A Constituição Federal de 1988 se tornou um instrumento importante quando se tem em mente a questão da descentralização de políticas públicas com a transferência de funções específicas, como funções e recursos, para os estados e municípios buscando aproximar as ações do Estado aos beneficiários de ações e programas realizados por órgãos responsáveis exigindo, em consequência, uma maior participação da sociedade.

Apesar destas aparentes vantagens sobre a extensão rural e a descentralização, de acordo com Hespanhol (2005), “O Programa de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo demorou em deslanchar por causa da cultura institucional da CATI e do excesso de burocracia” (HESPANHOL, 2005, pg. 9). Por outro lado, o “[...] programa propiciou o acúmulo de conhecimento da realidade pelos técnicos da CATI e

provocou significativas mudanças qualitativas na extensão rural no Estado de São Paulo” (HESPANHOL, 2008, p. 11). Ainda segundo este autor:

De acordo com um dos consultores do Banco Mundial houve forte resistência da CATI para efetuar a inclusão de elementos ambientais mais amplos e, principalmente, para incluir os elementos de ordem social no programa, exigências básicas do Banco Mundial para o seu financiamento (HESPANHOL, 2005).

Devido à falta de investimentos, principalmente no corpo técnico, segundo Hespanhol (2005), a CATI tem sofrido uma redução sistemática de seus profissionais devido a aposentadorias e pedidos de exoneração (HESPANHOL, 2005). Sobre este aspecto, Hespanhol (2005), escreve que:

Com a municipalização da agricultura paulista e o progressivo sucateamento da estrutura da CATI, a execução do programa tem dependido, cada vez mais, do corpo técnico contratado pelas prefeituras municipais. Os municípios, normalmente, contratam engenheiros agrônomos recém-formados, em tempo parcial, para os quais pagam baixos salários. Tais profissionais, por sua vez, possuem pouca ou nenhuma experiência no programa e são encarregados de empreender as ações nas microbacias. Muitas vezes, além do trabalho nas microbacias, a eles são atribuídas outras atividades, o que tem gerado sérios problemas na execução do programa em razão da descontinuidade das ações. Além do mais, não são estabelecidas relações duradouras entre os técnicos e os produtores rurais, dada à elevada rotatividade com que eles são contratados e demitidos pelas prefeituras. Este se constitui, sem dúvida, num dos principais estrangulamentos do Programa de Microbacias Hidrográficas paulista (HESPANHOL, 2005).

Feitos estes apontamentos sobre o órgão executor do programa, no próximo item iremos abordar o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas e buscaremos identificar se este pode ser considerado, ou não como uma nova estratégia de desenvolvimento para o espaço rural no Estado de São Paulo.

Síntese preliminar

- Abordamos a questão do desenvolvimento sustentável e procuramos descrevê-la como uma proposta que vem sendo utilizada sem maiores preocupações sobre seu significado e resultados.
- Procuramos interpretá-la enquanto uma proposta que vem sendo apresentada através de políticas públicas, em específico, para o espaço rural.
- Interpretamos a formulação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas como uma política pública elaborada para trazer as condições necessárias para produtores rurais reverterem à situação de degradação natural e aprimorar suas relações em torno de uma associação.
- Apresentamos os atores sociais envolvidos no processo de implementação desta política pública descrevendo suas características e pontuando as limitações relacionadas à implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas na microbacia do Córrego do Pereira.

Capítulo 3

A avaliação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas sob o contexto do desenvolvimento sustentável na microbacia do Córrego do Pereira

Neste capítulo, analisamos o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no que concerne ao cumprimento do seu objetivo declarado, ou seja, promover o desenvolvimento sustentável na microbacia estudada (Córrego do Pereira). Para tanto, esclarecemos que a análise aplicada restringe-se a um dos aspectos que envolvem os atores sociais que fazem parte deste processo. Especificamente, a articulação entre os atores envolvidos na execução do programa, elemento que entendemos ser fundamental para a concretização do objetivo principal do programa, o desenvolvimento sustentável.

Fazemos uma observação sobre o uso do termo atores sociais quando nos referimos aos responsáveis pela implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, pois consideramos fundamental, a partir deste momento entendermos o papel destes, conforme Secchi (2011):

A palavra “ator” é importada das artes cênicas para as ciências políticas porque explicita a conotação de interpretação de papéis. Nesse sentido, há um entendimento de que os indivíduos, grupos e organizações que influenciam o processo político não têm comportamentos ou interesses estáticos, mas sim dinâmicos de acordo com cada papel que representam (SECCHI, 2011, p. 78).

Para analisarmos a relação entre os diferentes atores envolvidos no processo, consideramos o programa enquanto uma ferramenta governamental utilizada para a resolução de conflitos no espaço rural. Conflitos estes que são aqui entendidos na perspectiva de problemas públicos gerados a partir do reconhecimento dos efeitos do processo de modernização e industrialização da agropecuária nacional que deixa a margem produtores rurais com menor capacidade de inserção no mercado, portanto, procuraremos entender aspectos deste fenômeno que impactaram diretamente nas relações sociais e na preservação de recursos naturais em nosso recorte espacial.

Entendemos estes conflitos como resultantes do processo de modernização e industrialização da agropecuária que, em partes, devido à instalação de usinas de açúcar e álcool, não se materializou na região do Pontal do Paranapanema, conseqüentemente, na microbacia que analisamos, propiciando, deste modo à materialização do processo de desenvolvimento desigual como aspecto resultante deste período, que deixou aqueles

produtores rurais à margem do mercado propiciando o aparecimento de dificuldades que são relacionados a problemas públicos que por sua vez forçaram o investimento governamental por meio de políticas públicas.

Neste sentido, relacionamos o uso do termo conflito com problemas públicos, pois estes resultam daqueles, e entendemos, de acordo com Secchi (2011) que:

Um problema existe quando um status quo é considerado inadequado e quando existe a expectativa do alcance de uma situação melhor. Tomando este entendimento, o problema público é a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível para a realidade pública. Naturalmente, a definição do que seja um problema público depende da interpretação normativa de base. Para um problema ser considerado público, este deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas. Em síntese, um problema só se torna público quando os atores políticos intersubjetivamente o consideram problema (situação inadequada) e público (relevante para a coletividade) (SECCHI, 2011, p. 8).

Portanto, o referido autor chama a atenção para a questão da quantidade de pessoas envolvidas em determinada questão que pode ser considerada relevante para o poder público e considerada, por este, como um problema público (SECCHI, 2011).

Em nossa pesquisa, apontamos anteriormente que existiam 73 famílias de produtores rurais que viviam nesta microbacia, um número considerado pelo poder público municipal, através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, como relevante para a aplicação desta política pública (L.M.S., trabalho de campo, setembro de 2012).

Nos últimos anos, as políticas de desenvolvimento voltadas ao espaço rural sofreram modificações que permitiram, em certa medida, maior participação dos interesses das populações locais. As associações de produtores rurais podem ser consideradas como exemplos dessas transformações, contando com a participação dos representantes da sociedade.

Como em qualquer âmbito das relações pessoais, nas associações de produtores rurais existe a disputa pelo poder ou imposição de interesses. Estas, portanto, não devem ser identificadas, ingenuamente, como expressões das vontades ou anseios da sociedade local abrangente, tendo em vista que parte das deliberações encontra-se, relativamente, subjugada a poderes locais dominantes como, por exemplo, a vontade política de prefeitos, vereadores e mesmo de conselhos municipais de desenvolvimento rural de conceder, ou não, benefícios para determinada associação do município. A ampliação dos espaços públicos de participação é expressão de uma nova

institucionalidade democrática que intenta aproximar a sociedade civil e a autoridade estatal.

Para Delgado (2005), essa aproximação tem como âmbito o município, em que “as oligarquias tradicionais tinham arraigados seu poder e sua capacidade de arregimentação política” (DELGADO, 2005, p. 08). Por sua vez, Paulillo (2000) considera que os poderes locais constituem-se sob a influência ou reflexo das características dos atores sociais (legitimidade, reputação e informação) e das conexões (regras e intensidade da interação), configurando-se em determinada densidade institucional. Conforme esse mesmo autor salienta, a formulação e implementação de políticas públicas são resultado de arranjos institucionais, constituídos por organizações de interesses privados específicos, agências públicas governamentais e não governamentais (PAULILLO, 2000).

Levando em consideração as reflexões de Delgado (2005) e Paulillo (2000), pode-se inferir que as políticas de desenvolvimento rural refletem, em certa medida, mais os interesses dos grupos dominantes, agora locais (oligarquias tradicionais), do que daqueles que são, inicialmente, os principais beneficiados pelos programas de desenvolvimento rural.

3.1. _____

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas como estratégia governamental para a resolução de conflitos no espaço rural

As polêmicas atuais sobre desenvolvimento rural e políticas públicas estão, relativamente, inseridas na problemática sobre pobreza rural, desigualdade regional, proteção aos recursos naturais e participação da sociedade civil.

As controvérsias sobre como equilibrar tais medidas permeiam mecanismos de operacionalização como articulação, participação e compartilhamento de poder. A maior discussão e aprofundamento sobre essas questões constituirão a base para o aprimoramento de políticas públicas, valorizando ambições da população, traduzindo anseios veementes de alcançar determinado objetivo.

A intervenção estatal a partir de políticas concebidas sem a participação da sociedade civil pressupõe um rompimento com seus anseios por melhorias tanto na condição de vida quanto na preservação de recursos naturais por parte daqueles que se preocupam com o assunto. Traduz pretensões e ambições do poder público introduzindo

forçosamente visões de mundo, talvez repletas da mais pura magnanimidade, daqueles que não conhecem as agruras da vida cotidiana de uma determinada população.

A contemporaneidade, carregada de padrões de homogeneização impostas pelo modo capitalista de produção, continua representando significativas diferenças sociais distintas daquelas que são inerentes ao ser humano (idade, sexo, etnia e outras), que acabam por se refletir em conflitos: de interesse, políticos e econômicos.

Em nosso trabalho, o reflexo deste conflito pode ser interpretado como o resultado da modernização e industrialização do campo brasileiro que gerou seus efeitos sobre uma parcela da população que acabou ficando, de certa forma, as margens deste processo desenvolvimentista.

No bojo dessa discussão, começamos aqui uma aproximação sobre o processo de modernização da agropecuária no país buscando relacionar este fato com os impactos sobre o meio natural, sempre recordando nossos objetivos e apontando a relação sociedade e natureza. Gostaríamos de lembrar neste momento, que a bibliografia acerca da modernização da agricultura no Brasil é vasta e distinta. Diferentes autores tratam o assunto de maneiras diversas. Alguns autores questionam a expressão modernização agrícola. De acordo com Pires e Ramos (2009):

Os pensadores nacionais utilizam o termo modernização conservadora sem as devidas mediações históricas e críticas, mas tiveram uma importância primordial, pois mostraram que houve a penetração das forças produtivas tipicamente capitalistas na agropecuária nacional. Entretanto, estes autores chamam a atenção para o fato de que a estrutura fundiária, ao longo dos séculos, manteve-se concentrada, mormente nas grandes unidades de exploração agropecuária (PIRES; RAMOS, 2009, p. 411).

Esclarecendo esta convencionalidade, segundo Pires e Ramos (2009):

O termo modernização conservadora foi cunhado primeiramente por Moore Junior (1975) para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Neste sentido, o eixo central do processo desencadeado pela modernização conservadora é entender como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionou o desenvolvimento capitalista nestes países, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e totalitários (PIRES; RAMOS, 2009, p. 412).

Desta afirmação, entendemos que o processo de modernização conservadora apoiado pelo modo capitalista de produção, no Brasil, difere de outros processos de modernização do rural objetivados em outros países, como a Inglaterra, França e

Estados Unidos da América, tendo em vista que as revoluções que ocorreram nestes locais determinaram violentas rupturas com os regimes governamentais tradicionais, constituindo, assim, uma base econômica e social independente que desembocou em sociedades capitalistas e, de certa forma, democráticas.

Já no caso brasileiro, este acordo político condicionou a formação de uma burguesia dependente de fatores externos, que não conseguiu apresentar um projeto autêntico de poder autônomo para a nação, conduzindo-a, portanto, para os trilhos de uma economia dependente da dinâmica dos países centrais, ou seja, subdesenvolvida em termos estruturais e políticos (PIRES; RAMOS, 2009).

O fato resultante destas manifestações foi uma revolução vinda de cima, seguindo interesses burgueses que não questionaram a posse de terras e consequentemente manteve o poder nas mãos daqueles que já a possuíam.

Para Almeida (2005):

As transformações do padrão tecnológico e das relações sociais na agricultura brasileira ocorreram de forma desigual entre as diferentes regiões, as diferentes categorias de produtores e as diferentes atividades agropecuárias. Originalmente, os principais focos do processo modernizante foram o Centro-Sul, posteriormente, o Centro-Oeste, e, mais recentemente, vastas áreas do Nordeste e da Amazônia, os grandes proprietários de terra e as atividades voltadas para o comércio internacional e/ou vinculadas aos complexos agroindustriais. Esse caráter desigual da modernização agrícola ao mesmo tempo em que acentuou diferenciação social na agricultura, consolidou nela uma estrutura bimodal (FAO/Incrá, 1995 e 2000), marcada pela convivência de duas lógicas de organização da produção que correspondem, em última análise, a dois modelos produtivos essencialmente distintos (ALMEIDA, 2005, in, PARREIRA e ALIMONDA, 2005, p. 149).

Deste modo, evidenciou-se um modo de desenvolvimento desigual, no qual o eixo central é a industrialização e a implementação técnica direcionada ao mercado capitalista industrial, onde pequenos produtores rurais que não possuíam condições de adequarem-se a industrialização, acabaram por perder suas terras, demonstrando a capacidade do modo capitalista de produção articular-se e apoderar-se do domínio tecnológico, ou seja, colocar a técnica a serviço dos interesses do capital.

Deste modo, o camponês que não conseguiu adotar um padrão tipicamente capitalista com o uso de tecnologias e de técnicas modernas, foi desapropriado e lançado, pela concorrência intercapital, para fora de sua unidade de exploração agrícola, não mais como proprietário dos meios de produção, mas como proprietário da força de trabalho [...] (PIRES; RAMOS, 2009, p. 415).

Interessante notar que os autores referidos contextualizam a modernização conservadora e relacionam esta com as demais formas de revolução que possuem a característica de serem feitas “de cima para baixo”.

Portanto, a modernização conservadora, e as revoluções vindas de cima, tiveram como característica o fato de a burguesia nascida da revolução capitalista não ter forças suficientes para romper com a classe dos proprietários rurais, resultando em um pacto político entre a classe dos terratenentes¹⁶ e a burguesia. Tal pacto se deu com o objetivo de manter um projeto conjunto de construção de uma sociedade capitalista, contudo arraigada em uma estrutura de dominação, em cujo centro de decisão política do Estado, os interesses da classe dos proprietários rurais se mantivessem enraizados (PIRES; RAMOS, 2009, p. 414).

Guimarães (1977), segundo Pires e Ramos (2009), foi quem introduziu o termo modernização conservadora no Brasil indicando que este estágio da agropecuária nacional recebeu esta denominação principalmente porque, “tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária” (GUIMARÃES, 1977, p. 3).

Neste sentido, o que podemos sintetizar é que este termo, modernização conservadora, veio acoplado a um processo desenvolvimentista estritamente relacionado ao aperfeiçoamento técnico daqueles que podiam se beneficiar deste elemento, com vistas à industrialização do campo, este modelo, identificado como a via prussiana¹⁷ da modernização agropecuária não alterou a estrutura fundiária nacional, excluiu pequenos proprietários rurais, como no caso daqueles presentes em nosso recorte espacial, da modernização tecnológica e beneficiou a elite nacional.

Concluído este recorte sobre a modernização conservadora, voltamos nossa atenção para discorrermos sobre esta fase da agropecuária, renovação tecnológica (GUIMARÃES, 1977), que veio a se fortalecer através da chamada revolução verde, e seus impactos, positivos e/ou negativos, relacionados a aspectos sociais e naturais.

Mazoyer e Roudart (2010) lembram os primeiros usos de insumos químicos na agricultura.

No início do século XX, o uso deles se intensificou nos países industrializados, mas só se generalizou após a Segunda Guerra Mundial. Em 1900, o consumo mundial dos três principais minerais fertilizantes – o nitrogênio (N), o ácido fosfórico (P₂O₅) e o potássio (K₂O) – não alcançava 4

¹⁶ Proprietário de terras.

¹⁷ Via Prussiana é o desenvolvimento da economia e a formação da sociedade nacional por meio da imposição governamental, por ato do próprio Estado.

milhões de toneladas de unidades fertilizantes; em 1950, esse consumo ultrapassava pouco mais de 17 milhões de toneladas [...] (MAZOYER, ROUDALT, 2010, p.429).

A partir, principalmente do fim da Segunda Guerra Mundial, intensificou-se o uso de produtos químicos na agropecuária. Ehlers (1999) enfatiza que:

As duas grandes guerras mundiais impulsionaram uma série de avanços tecnológicos que foram adaptados para a produção de substâncias tóxicas às pragas e doenças. Muitos compostos produzidos como armas químicas foram transformados em inseticidas, utilizados nas campanhas de saúde pública ou em “agrotóxicos, para combater os inimigos das lavouras”. Terminada a Segunda Guerra Mundial, parte do parque industrial bélico estaria ocioso se não fosse a sua rápida adaptação para a produção de insumos químicos e motomecânicos para a agricultura. Ao setor agroquímico, antes direcionado, principalmente, para a produção de fertilizantes, abria-se um novo e promissor mercado. De acordo com Adilson Paschoal, em 1966, já havia cerca de oito mil indústrias de agrotóxicos, responsáveis pela produção de sessenta mil formulações distintas (EHLERS, 1999, p. 31).

Sobre este mesmo período Mazoyer e Roudart (2010) afirmam o seguinte:

Após a Segunda Guerra Mundial, centros internacionais de pesquisas agrícolas, financiados pelas grandes fundações privadas americanas (Ford, Rockefeller...) selecionaram variedades de alto rendimento de arroz, de trigo, de milho e de soja, muito exigentes em adubos e em produtos de tratamento, colocando em prática, em estação experimental, os métodos de cultivo correspondentes. Nos anos 1960-1970, as difusões dessas variedades e desses métodos de cultivo permitiram aumentar significativamente os rendimentos e a produção de grãos em muitos países da Ásia, da América Latina e, em menor grau, da África (MAZOYER, ROUDART, 2010, p. 501).

A nosso ver esta seleção e aprimoramento genético propiciaram fortes ganhos em termos de rendimento e produtividade, porém de maneira que acabou por fortalecer o desenvolvimento desigual de regiões agropecuárias.

Porém, por mais importantes que fossem os ganhos de rendimento e de produção ligados à revolução verde, eles beneficiaram principalmente as regiões férteis mais aptas a rentabilizar os caríssimos componentes necessários e os agricultores que dispunham de meios suficientes para comprá-los e para aplicar os aconselhamentos técnicos correspondentes. As regiões marginais e os agricultores pobres foram, mais uma vez, deixados à margem desse movimento. [...] o esforço de pesquisa orientou-se sobretudo em direção aos sistemas de produção mais especializados e para os métodos de cultivo padronizados (os famosos “pacotes técnicos”), em conformidade com as condições encontradas nas propriedades agrícolas relativamente bem equipadas. Os sistemas de produção complexos (cultivos associados, sistemas mistos combinando cultivos, criações e arboricultura ou até piscicultura) com seus métodos de cultivos flexíveis e diversificados, menos arriscados, menos consumidores de insumos, menos exigentes em trabalho, e, portanto, mais bem adaptado às necessidades e às possibilidades dos pequenos

estabelecimentos subequipados foram negligenciados. Concebida dessa forma, a revolução verde permitiu aumentar muito fortemente a produção em vários países, mas pouco podia, pelo menos em seu início, contribuir para salvar e desenvolver a agricultura camponesa pobre das regiões pouco favorecidas dos países em desenvolvimento (MAZOYER, ROUDART, 2010, p. 501).

Pertinente chamarmos a atenção neste momento sobre um fato, antes mesmo de todo o alarde sobre a questão da contaminação do solo ou da água por agrotóxicos e toda a manifestação trazida à luz sobre os problemas gerados a partir da industrialização das atividades agrícolas e pecuárias Marx, segundo Quaini (1979):

[...] tinha aprofundado e verificado a idéia desta contradição [...] através do estudo da literatura agrônômica e principalmente das obras de J. Liebig, às quais atribuía “o mérito imortal” da “explicação do lado negativo da agricultura moderna, do ponto de vista das ciências naturais” (QUAINI, 1979, p. 133).

Com o término da Segunda Grande Guerra Mundial a economia, em escala internacional, atingiu uma dinâmica expansionista de forte expressão em vários ramos, dentre eles a agricultura e a pecuária em diversos países, inclusive o Brasil. Isto porque a lógica da expansão do modo capitalista de produção é buscar novos espaços para sua acumulação e reprodução como condição de sua própria existência, garantindo a geração do lucro (HARVEY, 2004).

Neste período, teve início uma fase na história da agropecuária mundial que ficou conhecida como revolução verde, que trazia em seu bojo o discurso do aumento da produtividade e da qualidade dos alimentos. Portanto, entendemos que a partir, principalmente, da década de 1960 houve uma transferência de tecnologias até então aplicadas para fins militares para o espaço rural objetivando, não só o aproveitamento e melhoramento destas tecnologias, mas também um incremento na produtividade da agropecuária e das indústrias químicas em expansão. Neste sentido:

De forma análoga aos adubos nitrogenados, desenvolvidos como corolário da indústria do salitre para pólvora, e dos inseticidas, ligados inicialmente à guerra química, o avanço no desenvolvimento dos herbicidas foi fruto da Guerra do Vietnã. Para combater com pouco risco o inimigo escondido sob a floresta tropical, era necessário desfolhá-la, desenvolvendo-se para essa finalidade o agente laranja. Após o agente laranja foram vindo outros herbicidas, reforçando a posição da indústria química como principal supridora da agricultura (KATHOUNIAN, 2001, p. 22).

Agindo como forma de impulsionar à produção em larga escala, a revolução verde aliada à grande propriedade fundiária e estimulada por políticas de créditos alterou, também, as bases técnicas da produção agropecuária. Para que altos índices de produtividade fossem alcançados não bastava à alteração das práticas tradicionais de produção, foi necessário primeiro, uma alteração nas bases científicas e tecnológicas, ou seja, uma reorientação nas unidades de ensino nacionais. Deste modo, esta dinâmica alterou toda a base científica de formação na área de produção agropecuária que precisou ser reajustada e moldada de acordo com os interesses de países mais avançados tecnicamente (EHLERS, 1999). Foi neste período, pós Segunda Guerra Mundial, que foi introduzido o pacote tecnológico da revolução verde em território nacional (EHLERS, 1999). Neste momento, o espaço rural no Brasil era considerado arcaico e pouco dinâmico, apontado como o responsável pelo atraso econômico do país.

A revolução verde trouxe em seu pacote tecnológico novidades que estimularam o setor agropecuário nacional a tirar a imagem de atraso que estava fortemente relacionada ao espaço rural brasileiro, fato este que iria impulsionar enormes transformações econômicas, políticas, sociais e naturais no Brasil no período do chamado “milagre econômico” (1967 a 1973), quando a agropecuária nacional rende-se a tecnologia agro-industrial e os pacotes tecnológicos da revolução verde passaram a ser reconhecidos como exemplos de modernidade e maior produtividade no campo (DELGADO, 2005).

Posteriormente, entre as décadas de 1970 e 1980, houve a expansão da espacialização destas novas tecnologias devido à agregação de técnicas industriais por grandes proprietários de terras que se viam inseridos em um processo maior: a expansão do modo capitalista de produção apoiada por estímulos governamentais que favoreciam a adoção de pacotes tecnológicos da revolução verde (DELGADO, 2005).

[...] a década de 1970 viu completar-se o pacote dos insumos químicos: adubos, inseticidas, fungicidas, herbicidas e ainda um conjunto de variedades modernas que ao longo do processo haviam sido selecionadas para bem aproveitar esses insumos. Sem dúvida era um sistema no qual a agricultura se tornara completamente dependente da indústria química. Contudo, ao menos aparentemente, era tão eficiente e produtivo que dispensava explicações. Por essas vantagens, consolidou-se e se transformou, sobretudo nos países industrializados, no modo “convencional” de produção. (KHATOUNIAN, 2001, p. 23)

Este modelo agrícola, altamente concentrador de renda e terra, resultou em profundas modificações no espaço rural brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 1984),

direcionando-se para o mercado externo e compreendendo extensas áreas de monocultura, resultando em passivos socioambientais que aparecem atualmente na forma de imensas áreas de pastagem degradadas; solo fértil convertido em áreas de erosão e desertificação; matas ciliares derrubadas e rios e córregos assoreados e/ou contaminados por agentes químicos. Portanto, com forte apoio institucional para a associação entre produção e indústria (química ou de produtos), ocorreu a modificação do complexo rural brasileiro, pois este se torna fortemente dependente de exigências do mercado internacional (MÜLLER, 1989). Assim tem início o período de constituição dos complexos agroindustriais que possuem em seu bojo o processo de integração de capitais (DELGADO, 1985).

A partir deste período, com a industrialização da agropecuária, tempo e espaço de produção são alterados. O tempo encurtou-se, tornou-se virtual, a velocidade das informações contribui para a territorialização de práticas espaciais¹⁸ agroindustriais; o espaço rural foi reproduzido, tornado mercadoria, principalmente pela seletividade tecnológica, instrumento de expansão da mundialização do capital, que por sua vez intensifica seu poder de logística e transforma o espaço rural.

Deste modo, incitada por políticas de crédito que facilitavam a integração entre a produção agrícola e pecuária e a introdução de plantas industriais, a base produtiva do espaço rural brasileiro foi profundamente alterada respondendo aos desejos do mercado internacional (GONÇALVES NETO, 1997). Estimulado pelo Estado brasileiro, o avanço tecnológico da agricultura ganhou força e vem sendo aplicado até os dias de hoje, favorecendo a expansão e a consolidação de uma agricultura com fortes características de exploração e degradação.

Devido à insuficiente assistência técnica prestada principalmente aos pequenos produtores, a pouca difusão de práticas de manejo e conservação de solo, pesada mecanização e aplicação de produtos químicos nas fases de produção e à falta de articulação entre os produtores, ocorre atualmente o esgotamento dos recursos naturais em algumas regiões, o que coloca em risco a capacidade de produção destas.

O manejo inadequado dos solos tem como decorrência a perda de fertilidade, pela distribuição da matéria orgânica e lixiviação de nutrientes, e danos na estabilidade

¹⁸ “[...] conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais (CORREA 2006, apud, CASTRO, 2006, p. 34)”.

física que conduzem à erosão e à compactação com a mecanização profunda e repetida, vulnerabilizando os solos à destruição (MESQUITA e SILVA, 1993).

O projeto modernizador da agricultura assumiu rapidamente grandes extensões, tanto na forma de gerir e efetuar a circulação da produção, quanto em termos das transformações nas relações sociais e ainda na escala espacial envolvida. Com novos insumos e medidas de políticas agrícolas viabilizadoras, este padrão agrícola se expandiu rapidamente em direção às terras das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil num processo de formação de uma fronteira com características particulares a essa nova dinâmica imposta, indistintamente, a diferentes ecossistemas.

Deste modo, a custa de degradação natural e exclusão social, os avanços tecnológicos no setor agrícola vêm se firmando em solo nacional como uma engrenagem que faz parte de um sistema técnico-burocrático maior, encoberto por pesados subsídios como, por exemplo, aqueles que financiaram a modernização agrícola brasileira que resultou em conflitos e problemas públicos.

Diante do exposto, consideramos que o processo conhecido como modernização conservadora, pode ter tido como reflexo o desenvolvimento desigual de regiões nacionais, e, especificamente em nosso trabalho, relacionamos esta perspectiva com nosso recorte espacial. Pelos dados expostos, além daqueles de caráter natural, reconhecemos que a região conhecida como Pontal do Paranapanema, extremo oeste paulista, sofreu diferentes impactos decorrentes daquele processo, ou seja, a modernização conservadora teve como principal reflexo o desenvolvimento desigual desta região, característica presente em nossa área de pesquisa, que pode ser correlacionada com a falta de investimentos por meio de políticas públicas.

A desigualdade do desenvolvimento nesta região é fruto de um longo processo de territorialização do capital, desigual e concentrado. A seletividade espacial fez crescer as discrepâncias entre as regiões paulistas, deixando a porção oeste do estado com o ônus de um desenvolvimento excludente. Outras regiões, como a centro norte e noroeste, (cidades de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, por exemplo) entre outras, são regiões responsáveis pela movimentação do capital econômico, político e social, com áreas estruturadas para a prática agropecuária e industrial. Essas diferenças dividem e delimitam espaços, formando subespaços com realidades extremamente distintas. Por um lado, os grandes proprietários, de outro, pequenos produtores a beira da destituição de suas propriedades fortalecendo o processo de expansão de trabalhadores informais nas médias e grandes cidades vivendo em situações precárias.

Considerando uma política pública como ferramenta governamental na resolução de conflitos, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas se constituiu numa tentativa de reverter, ou ao menos diminuir, os impactos sociais e naturais gerados por este processo que se inicia na modernização conservadora e se estende além da constituição dos complexos agroindustriais.

Anteriormente, abordamos aspectos da formulação e implementação desta política (capítulo 2, itens 2.3.1). Nos próximos itens pretendemos uma análise da mesma sob o aspecto de seu objetivo, ou seja, a implementação de ações que proporcionem o desenvolvimento sustentável que dependem, diretamente, da articulação entre os atores sociais envolvidos nesta política.

3.2.

A articulação entre os atores envolvidos (ASPREN / CATI) e a promoção do desenvolvimento sustentável na microbacia hidrográfica do córrego do Pereira

Lembrando nosso objetivo, este item está organizado de maneira que permita entendermos a articulação entre os atores sociais envolvidos na implementação da proposta de desenvolvimento sustentável em nossa área de estudo, quais sejam, a Associação dos Produtores Rurais de Eneida (ASPREN) e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Neste item buscaremos explorar os aspectos condicionantes dessa articulação entre os atores sociais com o propósito de mostrar a complexidade que envolve sua efetivação, essencialmente com o propósito de mostrar as dificuldades e limites de implementação desta política pública. Para caminhar-se nessa direção, é necessário que tais iniciativas ganhem um salto em termos de escala, efetividade e perenidade. Este ganho pode ser realizado por meio de políticas públicas voltadas a melhorias que refletem sobre a vida da coletividade. A articulação dos beneficiários e executores, os atores no processo de implementação, é o tema que privilegiamos para este item, pois esta interação é fundamental para a efetivação do objetivo do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, o desenvolvimento sustentável.

Para realizarmos a análise faz-se necessário entendermos o significado da articulação entre estes diferentes atores em torno de uma política pública específica. Frente ao contínuo agravamento dos problemas naturais, tem-se assistido nas últimas décadas a um grande aumento de iniciativas que buscam enfrentá-los.

Entretanto muitas delas são pontuais no tempo e no espaço, isto é, não têm conexão com outras iniciativas com as quais possam criar sinergia e/ou com escalas mais amplas de planejamento e ação. Assim, têm resultado em poucos avanços concretos, tendo baixo poder para promover ações que possam trazer um modelo de desenvolvimento que seja sustentável.

No que se refere à restauração de matas ciliares, lembrando que o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas previa a restauração destas como condição para a melhoria das águas através do controle do assoreamento (CATI, 2000, 2002, e 2009), a abertura de espaços de diálogo entre os produtores e os executores propiciaria acesso à informação e aos processos de tomada de decisão sobre esse tema, possibilitando a estes passarem do papel de espectadores para o de sujeito das políticas públicas, conferindo-lhes maiores chances de sucesso. Uma política pública construída de forma compartilhada entre Estado e sociedade tende a corresponsabilizar os participantes em seu processo de implantação.

As políticas públicas assim formuladas, em conexão com os anseios de comunidades locais em comum acordo com elas e com a responsabilidade distribuída de maneira justa, em proporção ao acesso à informação e ao poder de cada indivíduo e instituição, podem ter melhores resultados do que aquelas formuladas e implantadas unilateralmente.

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, para tornar-se efetivo, dependia de critérios de avaliação que perpassam estes distintos grupos, seja na forma de reconhecimento dos principais problemas dos produtores na microbacia, seja no reconhecimento das possíveis ações para solucionar estes problemas.

Este processo de articulação (fundamental para a concretização do desenvolvimento sustentável) entre produtores e executores não são realizados necessariamente nos estilos de baixo para cima ou de cima para baixo. Este programa dependia de um misto de protagonismo dos atores locais (produtores) com atores externos (executores). Neste caso, a presença local de atores minimamente organizados seria fundamental para potencializar os resultados da política pública, aumentando o grau de cobertura da mesma, bem como garantindo sua efetividade.

Neste sentido, a intenção é superar a ideia de que a articulação entre atores sociais seja simplesmente a participação em reuniões promovida por um ou outro grupo, executores ou beneficiários. Sua viabilidade está determinada por um amplo conjunto de variáveis que envolvem aspectos que vão muito além da prática de planejamento e

execução. Nesse marco, busca-se estabelecer as condições da participação social associadas à obtenção da articulação das ações da política.

A articulação entre atores sociais organizados tem um peso cada vez mais importante na definição de rotas de desenvolvimento, na institucionalidade pública, na reivindicação das demandas sociais e na pressão sobre os representantes e gestores políticos. A mobilização entre grupos distintos, mas com objetivos em comum, conduz a canalização de energias sociais de enorme importância na construção democrática a partir das próprias bases sociais.

Essas expressões podem se limitar a ações reivindicativas e contestatórias, de protesto ou pressão de fato, mas tendem a se organizar, a se articular e a buscar resultados com graus crescentes de organicidade.

Quando a referência é a articulação muitas vezes, tem-se reduzido o debate a sua dimensão institucional, ressaltando a presença (ou não) de agências e a elaboração de procedimentos que abram espaço para que os cidadãos possam expressar suas opiniões (LEITE, 2005).

Conselhos municipais e fóruns deliberativos que proliferaram no Brasil, principalmente após 1988, são tidos como exemplos da dinâmica que envolve a questão da articulação entre atores sociais. No entanto, como a literatura recente tem apontado, a existência destas instâncias não tem sido suficiente para assegurar a efetividade da articulação entre os atores sociais, o que impõe questionamentos sobre: quem participa, como participa e as condições da participação (LEITE, 2005).

Tais indagações remetem a uma análise de dimensões culturais e institucionais dos processos políticos, bem como dos diferentes sentidos que a participação e a motivação podem assumir para os grupos envolvidos nas políticas públicas.

A articulação se dá num ambiente de disputas e permanente cultivo das diferenças entre as organizações, emperrando ou dificultando o funcionamento dessa engrenagem e, por conseguinte, comprometendo o processo de desenvolvimento. Entretanto, não podemos esquecer que o desenvolvimento é resultado, em certa medida, de uma atmosfera em que a profusão de mobilizações e alianças constitui a essência da articulação.

Para analisarmos o modo de agir entre distintos grupos sociais, abordaremos, em específico, aqueles que fazem parte de nosso trabalho, para tanto, nos basearemos nos formulários aplicados junto ao ex-presidente da ASPREN, aos produtores rurais a época associados e, ainda, aos membros do corpo técnico da CATI que trabalharam na

execução do programa naquela microbacia. Neste sentido apontamos, a princípio, que as situações expostas anteriormente sobre participação e associativismo rural refletem-se na associação que analisamos, a ASPREN.

Em relação aos dados coletados junto ao ex-presidente da associação, comentamos anteriormente (capítulo 2, item 3.1) sobre a formação, estrutura e objetivos desta associação.

Neste momento, abordaremos um ponto da entrevista que realizamos identificando mecanismos¹⁹ que promoveram, ou não, a articulação entre os produtores e entre estes e os técnicos executores do programa. Quando questionado sobre o papel da CATI na execução do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, um dos produtores respondeu que:

A CATI devia dar mais atenção pra gente, eles só aparecem aqui quando eles querem, e é sempre pra garantir a propaganda deles. Do programa de microbacias o que teve foi mais palestra pra político aparecer. Aí eles precisam mostrar que tem contato com a gente, mas a verdade não é bem assim não, quantas vezes a gente pediu uma ajuda e eles ficaram só na promessa (P.R.M., trabalho de campo, setembro de 2012).

Outro fator considerado importante quando se trata do fortalecimento entre os produtores rurais são as reuniões da associação. Segundo dados colhidos durante o trabalho de campo (julho a outubro de 2012) as reuniões da ASPREN eram realizadas mensalmente como iniciativa para fortalecer o vínculo entre os associados, porém a participação dos produtores não era satisfatória, segundo o ex-presidente, para os objetivos previstos quando da sua constituição, pois, para a efetivação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas e a promoção do desenvolvimento sustentável nas propriedades da microbacia, seria necessário primeiro, uma forte articulação entre os produtores de acordo com os manuais operacionais da CATI (CATI, 2002). Fato este que, observado em trabalho de campo através da aplicação de formulários, não ocorreu.

Segundo o relato de um dos entrevistados, as reuniões da associação, não tinham uma frequência significativa dos produtores associados, cerca de 30, segundo as informações por nós observadas durante a realização do trabalho de campo, sendo que

¹⁹ Destes mecanismos, procuramos identificar, principalmente, reuniões envolvendo representantes da ASPREN e da CATI, além deste item, averiguamos também se existe o reconhecimento do trabalho técnico da CATI por parte dos agricultores como forma de valorização do trabalho de extensão rural oferecido por este órgão.

destes, geralmente, compareciam as reuniões menos de dez associados (J.B., trabalho de campo, outubro de 2012).

Um dos motivos para essa dificuldade de articular e fortalecer os laços entre os produtores, ainda segundo dados levantados junto ao então ex-presidente da ASPREN foi o descrédito, por parte dos produtores, na veracidade do programa (A.C.P., trabalho de campo, setembro de 2012).

Os produtores da microbacia, por vários motivos, já não tem muito interesse em participar de associações, muitos já arrendaram suas terras e estão trabalhando com outras coisas e vivendo de aposentadoria, fica difícil estimular eles pra voltarem a trabalhar na lavoura ou cuidar de gado (A. C. P., trabalho de campo, junho de 2012).

Neste sentido, quando questionado sobre as formas que utilizava para mobilizar os produtores que faziam parte da associação, a resposta que obtivemos não foi muito precisa. Em um primeiro momento foi informado que eram realizadas palestras e cursos sobre a importância do associativismo, porém, quando questionado sobre quem ministrava estas palestras a resposta foi que ele mesmo e um amigo, não especificado, cuidavam disto; quando questionado se possuía alguma formação específica para trabalhar com cursos sobre associativismo rural, respondeu que o que sabia havia aprendido com o pai e participando de outras reuniões (A.C.P., trabalho de campo, 2012).

Sobre os resultados das reuniões, se estas representavam alguma melhoria em relação a maior participação dos produtores, J.B. respondeu o seguinte:

Na minha opinião, não adiantou muita coisa não, porque se tivesse tido algum resultado teria continuado e hoje a coisa não ia ta desse jeito. Mas, serviu pra mostrar pro pessoal. Hoje tão falando de associação de novo, mas duvido que vai dar em alguma coisa por que tem muita gente, que ao invés de melhorar a vizinhança, acabou foi afastando ainda mais, eu mesmo só vou mais lá no sítio de vez em quando pra passear (J.B., trabalho de campo, setembro de 2012).

Sobre este mesmo aspecto, outro entrevistado respondeu:

As reuniões eram mais pra mostrar o que tinha de ser feito pra conseguir os benefícios do programa, não tinha muita conversa como a gente vê por ai de mutirão, aquelas coisas de um ajuda o outro, por aqui sempre foi meio assim, cada um fazia o seu e é assim que a coisa foi indo, até na época que tinha lavoura era muito difícil um vizinho ajudar o outro na colheita (A.S., trabalho de campo, outubro de 2012).

Seguindo nossa pesquisa de campo, fomos procurar saber aonde se realizavam as reuniões, novamente ficamos intrigados, pois, em um primeiro momento foi indicado o salão paroquial de uma igreja, não informando qual, depois, a propriedade de um conhecido, também não especificado, e um fato que nos chamou a atenção foi a informação obtida de que a associação possuía uma sede, porém em nenhum momento foi dito que as reuniões ali aconteciam e, ainda, a sede da associação ficava em Montalvão.

Questionados sobre o objetivo do programa (desenvolvimento sustentável), as respostas que obtivemos dos produtores foram agrupadas no quadro 2 para demonstrar o conhecimento deste tema pelos agricultores. Através destas informações podemos identificar o nível das informações que foram transmitidas durante as reuniões para a execução do programa.

Pergunta	Sim	Não	Total de entrevistados
Sabe o que é desenvolvimento sustentável?	30,79%	69,21%	13
O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas colaborou para preservação de recursos naturais?	21,45%	78,57%	13
A qualidade da água melhorou depois do programa?	15,38%	84,62%	13
Os problemas com o assoreamento (controle de voçorocas) diminuíram após o programa?	23,07%	76,93%	13
Foram criados agentes ambientais após o término do programa?	0,0%	100,0%	13
Houve outras ações de caráter ambiental por parte da CATI após o término do programa	0,0%	100,0%	13

Quadro 2: reconhecimento, pelo produtor, dos objetivos e resultados do programa.

Fonte: trabalho de campo, 2012.

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

Estas informações nos levaram a considerar que não houve uma articulação entre os produtores rurais daquela microbacia para que fossem desenvolvidas, de maneira adequada, as ações do programa e este alcançasse seus objetivos.

Quando fomos realizar o trabalho de campo aplicando questionários junto aos técnicos integrantes da equipe que trabalhou na implementação do programa, pudemos ter maiores informações, tanto sobre a participação dos produtores e a articulação destes com os técnicos quanto sobre nosso segundo elemento de análise, as estratégias de implementação. Estes, quando questionados sobre as dificuldades em fortalecer a associação na microbacia, tiveram opinião semelhante a do ex-presidente e dos produtores, não existia união entre aqueles produtores rurais (L.S.M., trabalho de campo, setembro de 2012).

Os principais motivos para a não participação no programa que emergiram nas falas dos produtores rurais estão relacionados à desmotivação. Os produtores que se envolveram, o fizeram por motivações próprias, o que indica a falta de participação e solidariedade. O principal problema em relação à associação foi a falta de articulação entre os próprios produtores que, segundo os técnicos, ocorria por diversos motivos, sendo que o mais relevante era a falta de uma cultura associativista, informação esta que, a nosso ver, veio a completar as informações obtidas durante a realização do trabalho de campo.

Quando íamos organizar as reuniões, percebíamos uma resistência entre os produtores para participar. Quando eles resolviam participar, vinham mais para cobrar ações nossas em relação a problemas pessoais do que para colaborar em uma ação coletiva. Era muito difícil convencer alguém a abrir mão de um tempo seu para pensar em um projeto maior, acho que eles também, pela idade, já apresentavam um cansaço em relação a participação em projetos maiores. Por isso, acredito que ficavam mais preocupados em ações individuais do que em projetos coletivos (L.S.M, trabalho de campo, outubro de 2012).

Para os técnicos executores, as principais motivações para o envolvimento com o programa foi o fato deste ter afinidade temática com a missão da CATI e de lhes trazer uma possibilidade de crescimento, estruturação e ganho de experiência. Vale observar que, ao longo da execução do programa, em outras microbacias do município²⁰, houve um processo de aproximação das instituições com o tema específico da conservação e restauração de matas ciliares, fortalecimento institucional de associações, bem como um ganho de experiência e capacitação dos técnicos executores, ampliando as possibilidades para uma futura ampliação de sua atuação nessa área.

Ainda em relação à articulação entre os produtores, outro fator que despertou a atenção dos técnicos foi à resistência dos produtores rurais em participar de uma política pública, pois, segundo os técnicos, estes apresentavam desmotivação e principalmente, desconfiança.

Porém ao constatarem, através de amigos e vizinhos de outras microbacias que o programa estava dando certo, estes se mostraram interessados (F.A.S.T., trabalho de campo, setembro de 2012).

Mesmo quando alguns resolveram aderir ao programa, estes fizeram isto apenas para garantir seus benefícios individuais convencendo outras pessoas

²⁰ Por exemplo, a microbacia do Córrego da Onça II.

para participarem, mas, penso eu, isto era só para aquelas pessoas interessadas conseguirem algum dos benefícios oferecidos pelo programa as custas da participação de outros, aí não podíamos fazer nada (L.M.S., trabalho de campo, setembro de 2012).

A partir daí houve uma maior movimentação por parte dos produtores para participarem do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. Neste momento teve início, também, outro fator que veio a complicar a execução do programa. O convênio para início das atividades de execução do programa na microbacia do Córrego do Pereira foi assinado em janeiro de 2006, e, o programa teve fim em janeiro de 2008, portanto, apenas dois anos para que fossem realizadas todas as atividades necessárias para a implementação. (L.S.M; F.A.S.T., trabalho de campo, outubro de 2012).

Esta dificuldade de articulação e associação entre os produtores rurais na microbacia do Córrego do Pereira pode ser notada, por exemplo, pela falta de mão de obra, familiar ou não. O hábito que se formou entre os trabalhadores e produtores rurais nesta microbacia foi individualista, na qual a figura de uma liderança no campo praticamente não existia, fato este que só foi alterado após anos de convivência.

Por este motivo, entender a concepção de desenvolvimento rural para representantes desta associação (ASPREN), inicialmente, requer considerar um determinado individualismo no sentido de depender quase que exclusivamente dos próprios meios para a produção agrícola: “aqui, depende de cada um”, conforme afirmou A.J.C. (A.J.C., trabalho de campo, outubro de 2012).

Individualismo, talvez, potencializado pelo nível de escolaridade, como escrevemos anteriormente e, também, por um relativo isolamento dos produtores desta microbacia, fruto de sua própria característica de individualidade e, ainda, segundo suas condições de precariedade que forçaram a um respectivo afastamento do mercado e consequentemente levando uma vida fora deste círculo de discussões.

O papel do poder público, neste caso a CATI, representada pelos seus técnicos executores, na percepção do entrevistado A.J.C. para combater tal situação: “deveria ser assessorio, um apoio para o melhor desempenho do agricultor” (A.J.C., trabalho de campo, outubro de 2012).

As entrevistas com os produtores rurais na microbacia e com os técnicos executores permitiram identificar dois diferentes tipos de discursos. O primeiro é caracterizado por aqueles que ainda se dedicam a atividade agropecuária através de arrendamento e, quando necessário, dispõem de alguns momentos para discutir questões

relacionadas à organização social. Não expressam muito conhecimento sobre as questões propostas na entrevista, não foram objetivos, apresentaram-se evasivos e frequentemente recorrem a exemplos práticos para responder as perguntas. O segundo tipo de discurso é observado naqueles que não realizam mais atividades produtivas, ou seja, aqueles que não moram mais em suas propriedades e dedicam-se preferencialmente a atividades comerciais ou vivem de aposentadoria rural.

Nesses depoimentos observamos uma capacidade de discussão sobre os temas propostos, significativamente melhor do que os representantes do primeiro tipo. A diferenciação entre os dois tipos de discurso, no nosso entendimento, está relacionada ao conhecimento sobre o tema e a participação em espaços de discussão.

A articulação entre os atores sociais representam a essência desta política pública. A interdependência entre políticas públicas e desenvolvimento (sustentável) rural dá-se pela articulação entre os atores sociais, num processo em que as relações entre estes são mediadas por diferenciais de poder.

Nesse sentido, a valorização dada, por este estudo, a concepção dos atores sociais aos termos desenvolvimento sustentável e política pública, possibilitou evidenciar expressões de poder nas relações entre os mesmos, identificando possíveis restrições para a concretização do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em nossa área de estudo.

A construção de uma noção sobre um determinado termo não evidencia somente expressões de poder, mas traduz, relativamente, visões de mundo e percepções de futuro, elementos necessários para a compreensão do atual estágio do processo de desenvolvimento e da identificação da posição (autor ou espectador) do formulador da concepção.

Talvez o caminho para o desenvolvimento com maior participação da sociedade civil esteja no planejamento, mas num planejamento em políticas públicas visto, de acordo com as contribuições de Oliveira (2006), como um processo e não como um produto técnico.

Na nossa perspectiva, planejamento é o elo entre pensar o desenvolvimento e os resultados das políticas públicas. Tomando-se o planejamento como um processo de participação dos atores sociais na construção política e social de uma visão de mundo comum (da sociedade, distinta das pessoais), possivelmente o comprometimento da sociedade seria maior ao longo do caminho e, conseqüentemente, em cada etapa (pensar e idealizar o futuro, elaboração das ações, implementá-las e apropriar-se dos resultados).

3.3.

A microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira após a implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas

Neste item, abordaremos especificamente os resultados do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Córrego do Pereira no que diz respeito à promoção de ações que pudessem assegurar o desenvolvimento sustentável naquela microbacia. Buscaremos, portanto, interpretar os resultados do programa e averiguá-los através da coleta de dados realizada durante o trabalho de campo e, ainda, dialogando com autores que questionam a proposta de desenvolvimento sustentável como esta vem sendo apresentada. Segundo Secchi (2011):

[...] a avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou. É o momento-chave para a produção de feedback sobre as fases antecedentes (SECCHI, 2011, p. 49).

De início, o programa previa, na sua concepção, a adoção de técnicas que permitissem um controle maior sobre problemas de ordem natural nas propriedades da microbacia, como o controle de erosão e assoreamento, para, desta forma, melhorar o meio natural e, paralelo a isto, articular os produtores em torno da melhoria da renda dos mesmos através do fortalecimento da associação. Ao incentivar a organização rural por meio de associações de produtores como premissa de trabalho, buscava-se estimular a conquista de soluções para os problemas dos produtores rurais na microbacia do Córrego do Pereira.

Os incentivos (individuais e coletivos) visavam à solução de problemas que, em curto prazo, não resultariam em benefícios econômicos aos produtores e suas famílias, mas que, a longo prazo, permitiriam fortalecer a produção pela recuperação dos recursos naturais (CATI, 2005).

Portanto, buscaremos apresentar questões sobre a promoção do desenvolvimento sustentável através da articulação entre os produtores rurais da microbacia do Córrego do Pereira e técnicos executores do programa, estabelecendo assim, critérios para a avaliação. Sobre a avaliação, lembramos que, de acordo com Secchi (2011) devem ser estabelecidos alguns critérios para que se possa examinar os resultados da política.

Os critérios são mecanismos lógicos que servem como base para escolhas ou julgamentos. Os critérios se fundamentam em entendimentos valorativos da realidade e abastecem o avaliador de parâmetros para julgar se uma política pública funcionou bem ou mal (SECCHI, 2011, p. 50).

Deste modo, os critérios foram estabelecidos através dos seguintes questionamentos: Em que medida o programa melhorou a vida dessas pessoas? Quais ações foram mais efetivas no desenvolvimento sustentável dessas propriedades? Em que medida os problemas de ordem natural existentes na microbacia e nas propriedades dos agricultores familiares foram enfrentados e resolvidos por meio das ações do programa? Em suma, buscaremos averiguar quais das ações previstas foram realizadas e quais foram os resultados destas ações. Portanto, este item objetiva avaliar o impacto e a importância das ações de implantação do programa na situação socioeconômica e de proteção aos recursos naturais nas propriedades localizadas na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira.

O desenvolvimento sustentável, tal como proposto pela Organização das Nações Unidas, implica a atenção simultânea de diversos setores ou dimensões para formar um projeto de futuro envolvendo aspectos sociais e naturais.

Conseguir a articulação da economia, a produção e a competitividade geradora de rendas privadas, com desenvolvimento social ou político e ainda preservar os recursos naturais exige uma articulação que se traduz na busca de mecanismos de integração entre as políticas econômicas e as políticas de tipo social, que compreendem estratégias redistributivas ou de busca de equidade e, ainda, de preservação e recuperação de recursos naturais.

De acordo com o Manual Operacional (CATI, 2005) do programa, foram criados mecanismos para sua operacionalização: “a partir do diagnóstico socioeconômico e ambiental da microbacia, a comunidade juntamente com o técnico executor identificará as áreas críticas em relação à degradação dos recursos naturais” (CATI, 2005, p. 7).

O diagnóstico socioambiental e econômico foi apresentado no item 3 do capítulo 1 deste trabalho. A partir daqueles dados foi realizado um plano de intervenção (LIMA, 2005), com a participação de produtores e técnicos executores do programa, que buscassem identificar, priorizar e apontar soluções para a microbacia do Córrego do Pereira. Este plano está esboçado no quadro 3.

Problemas Priorizados	Causas	Atividades / Ações
Degradação Ambiental		
Solo erodido e degradado	Desconhecimento de práticas adequadas de conservação de solo e água por parte dos produtores rurais ao longo dos anos.	Capacitação dos produtores rurais; confecção de terraços dentro da técnica; controle correto de voçorocas; uso da técnica de plantio direto (excursão e curso); concessão de uma Máquina de Plantio Direto; correção do solo com calagem e outros.
Poluição do Córrego	Uso excessivo e/ou incorreto de defensivos agrícolas. Desmatamento excessivo das áreas de preservação.	Conscientização dos produtores; capacitação dos produtores rurais com cursos, palestras e demonstração de métodos.
Assoreamento do Córrego	Desconhecimento da Legislação. Despesa extra sem retorno financeiro direto ao produtor rural.	Conscientização dos produtores; plantio de mudas pelo programa; construção de 40 Km de cercas de proteção; capacitação do monitor ambiental; ações de educação ambiental do monitor ambiental.
Contaminação do Lençol Freático	Uso de fossa negra sem os devidos cuidados.	Construção de fossas sépticas; capacitação sobre o uso correto de agrotóxicos.
Estradas com Dificuldade de Trânsito	Desconhecimento e inexistência de sistema de drenagem superficial de técnicas alternativas por parte dos produtores e pela Prefeitura Municipal. Práticas conservacionistas erradas nas estradas e em áreas lindeiras.	Conscientização dos produtores e responsáveis pelas estradas das Prefeituras Municipais (curso e palestra); capacitação dos responsáveis pela estrada da Prefeitura Municipal e produtores rurais das áreas adjacentes à estrada (curso e palestra); elaboração de projeto técnico de adequação de estradas; adequação do trecho de estradas selecionadas.
Atividade Econômica / Pecuária		
Pastagem degradada sem fertilidade	Manejo do pasto inadequado e falta de calagem e adubação.	Conscientização dos produtores (palestras e cursos); elaboração do PEC para aquisição de distribuidor de calcário, construção de terraços e kit cerca elétrica; calagem, adubação e manejo realizado tecnicamente.
Plantel de baixo padrão genético.	Desconhecimento da prática de melhoramento; falta de recursos.	Capacitação sobre melhoramento genético (palestras e cursos); introdução de reprodutores de qualidade; capacitação sobre inseminação artificial.
Leite de má qualidade	Falta de armazenagem correta	Conscientização dos produtores; elaboração do PEC para aquisição de tanque de expansão;
Infraestrutura		
Falta sede da Associação dos Produtores Rurais	Falta de recursos para aquisição ou construção de um "barracão" e de máquinas e equipamentos;	Gestão junto á órgãos governamentais e mobilização de produtores para aquisição dos mesmos;
Falta de Segurança na zona rural	Falta de policiamento; furtos de gado e de rede elétrica;	Gestão junto aos órgãos competentes para resolução do problema;
Problemas trabalhistas e sociais fundiários	Falta de conhecimento sobre Legislação Trabalhista.	Capacitação dos produtores sobre Legislação Trabalhista; gestão junto aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Prefeitura Municipal para orientação e solução de problemas;

Quadro 3: Problemas, causas, atividades e ações.

Fonte: LIMA, 2005.

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

Com base nos dados e informações sobre os principais problemas e as possíveis soluções, a CATI, através de seu corpo técnico, sistematizou as informações e chegou a algumas conclusões sobre as atividades a serem realizadas na microbacia, deste modo foi estabelecido um plano de metas que previa: recuperação em 200 ha da microbacia através do controle de erosão dos solos em 80 ha; descontaminação e desassoreamento do Córrego do Pereira através da recomposição das áreas de

preservação permanente e construção de cercas para evitar a entrada de gado no córrego; descontaminação do lençol freático através da construção de fossas sépticas; melhoramento da pastagem e melhoramento genético do plantel; construção de barracão para a sede da associação e capacitação dos produtores (LIMA, 2005).

Destes dados, podemos apontar, de acordo com o Mapa das Intervenções (p. 49 e ANEXO 4) do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Córrego do Pereira e do documento Práticas de Manejo e Conservação do Solo e da Água (CATI, 2005), as ações executadas através do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas na microbacia do Córrego do Pereira através da tabela 14.

Município: Presidente Prudente					
Microbacia: MBH Córrego do Pereira					
	Produtores Beneficiados	Quantidade	Unidade	Valor Total	Valor Apoiado
Cercas para Proteção de Mananciais	2	1,3	Km	4.233,84	3.627,95
Roçadeira Costal Adquirida	3	1	Un.	1.678,00	1.298,00
Total	-	-	-	5.911,84	4.926,92

Tabela 14: Intervenções realizadas na microbacia do Córrego do Pereira.

Fonte: CATI, 2005.

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

Levando em consideração os recursos contabilizados para a realização das ações previstas podemos ponderar algumas considerações sobre os objetivos propostos pelo programa e a disponibilidade de recursos para a execução dos mesmos. Foi disponibilizado para investimento R\$ 291.550,00 na microbacia, com fontes diferenciadas, sendo destes, R\$ 33.000,00 de responsabilidade dos produtores rurais, se contabilizarmos que existiam 73 produtores cadastrados no programa, este total daria um montante de R\$ 452,05 por produtor, porém deste total de recursos postos a disposição, apenas 2,02 % foi utilizado (R\$5.911,84), conforme exposto na tabela 17.

Tomando-se as informações colhidas e os dados levantados, sumariamente expostos acima, como já escrevemos anteriormente, depreendemos que o programa pouco colaborou com o desenvolvimento sustentável desta microbacia, mas não por deficiência da previsão de suas ações. Identificamos que o maior problema enfrentado nesta localidade foi a baixa capacidade de articulação entre os produtores rurais para se beneficiarem do programa, conforme demonstramos no item anterior.

Pontualmente, pudemos verificar por meio da aplicação de questionários algumas respostas sobre as questões que levantamos anteriormente. Sobre a melhoria na qualidade de vida e controle na degradação de recursos naturais (erosão e qualidade das águas), os entrevistados responderam que as ações não propiciaram uma maior produtividade, conseqüentemente, os produtores não consideraram as ações realizadas pelo programa como significativas neste aspecto, conforme o quadro 4 que traduz estas informações.

Pergunta	Sim	Não	Respostas (% do total de entrevistados)
As ações executadas através do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas colaboraram para a melhoria na qualidade de vida?		X	100
As ações executadas através do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas foram suficientes para melhorar a produção na propriedade?		X	100

Quadro 4: reflexo das ações realizadas na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira.

Fonte: Trabalho de campo 2012.

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

As estratégias de continuidade (formação de agentes de educação ambiental) (CATI, 2005) do programa não permitiram ao produtor desta microbacia um novo modo de produção e relacionamento com a natureza como estava previsto inicialmente, capaz de proporcionar um modelo de desenvolvimento sustentável. De acordo com dados levantados durante o trabalho de campo, percebemos que houve um abandono das práticas agrícolas e o arrendamento de terras, como já mencionamos neste trabalho, levando esta microbacia a uma condição de precariedade.

Tratando de desenvolvimento sustentável, não podemos esquecer que esta proposta traz em seu bojo a melhoria da qualidade de vida, o que implica em ter acesso a recursos financeiros para, por exemplo, ter uma alimentação sadia e condições adequadas de higiene que propiciem a saúde de uma família que vive no meio rural. Não podemos mais ter em mente que qualidade de vida está restrita a um único critério, que a pessoa, por exemplo, morando no campo, isolada da “civilização” irá ter uma melhor qualidade de vida, isto seria uma volta a Thoreau²¹, e não é esta a proposta.

²¹ Henry David Thoreau (1817 – 1862). Este autor exerceu forte influência durante as décadas de 1950, 1960 e 1970 em diversos movimentos sociais que emergiram neste período, entre eles o movimento ambientalista. O autor defende que para uma perfeita liberdade da alienação humana, seria necessário um isolamento na natureza; “só no contato íntimo com a natureza, distante das forças corruptoras da civilização, o sonho da liberdade norte-americana se realizaria” (THOREAU, 2001, p. 131).

Neste sentido, é preciso que verifiquemos ainda a renda destas famílias na microbacia e, principalmente, se estas melhoraram ou não após a implementação do programa.

Ao realizarmos as entrevistas com os agricultores de Eneida que faziam parte da ASPREN, pudemos perceber que as ações realizadas pela implementação do programa pouco significaram para os produtores. De acordo com os dados apresentados anteriormente, notamos o abandono das atividades agrícolas e mesmo o abandono das propriedades, que destinam-se, na atualidade ao arrendamento, seja para a criação de gado, seja para o cultivo de cana-de-açúcar.

O gráfico 7 demonstra a renda média anual dos proprietários rurais entrevistados, ao observá-lo, não podemos esquecer o escrito anteriormente sobre a principal fonte de renda na microbacia, qual seja, o arrendamento e a aposentadoria rural.

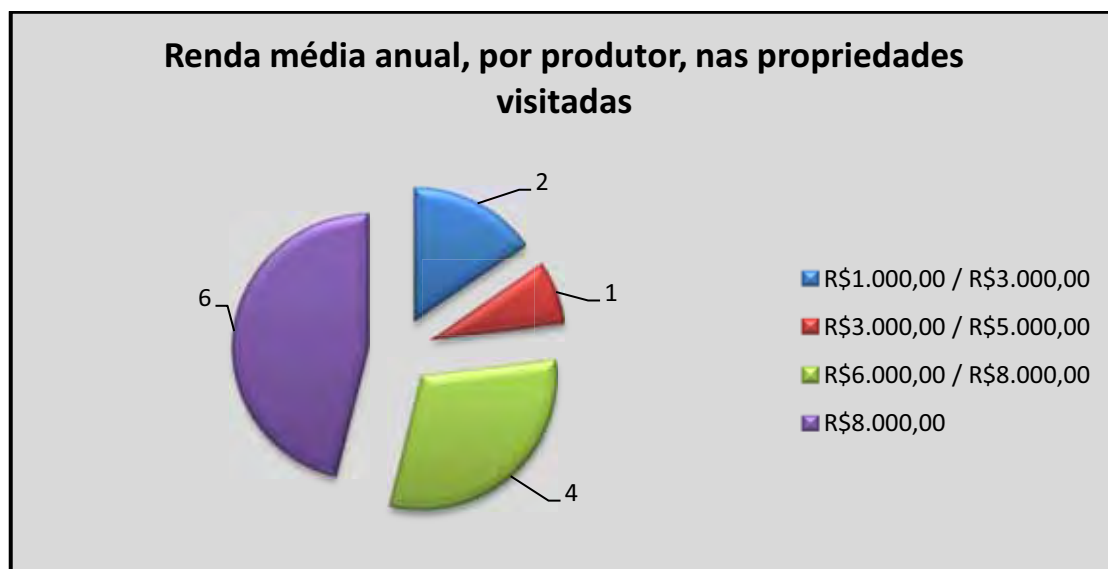


Gráfico 7: Renda média dos produtores pesquisados na microbacia do Córrego do Pereira.

Fonte: Trabalho de campo 2012.

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

Concluindo este item com base na interpretação deste gráfico, reconhecemos que houve uma melhoria nas condições das famílias entrevistadas nesta microbacia, mas não podemos dizer que isto tenha ocorrido levando em consideração o programa de microbacias, mas sim, pelo abandono de suas atividades e arrendamento de suas terras, ficando assim, o proprietário de terras, não mais um produtor rural, com rendas provenientes de diferentes fontes.

3.4.

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Córrego do Pereira. Desenvolvimento sustentável ou reprodução do modo capitalista de produção?

Este item tem como objetivo trazer algumas considerações sobre o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no aspecto em que foi estudado nesta pesquisa, ou seja, uma política pública que traz em seu bojo a possibilidade de implementação de um novo modelo de desenvolvimento.

Sem abandonar nossas observações anteriores, faremos algumas ressalvas sobre aquilo que consideramos como ideologia discursiva do desenvolvimento sustentável no atual estágio de mundialização do capitalismo. O material de análise para esta avaliação constituiu-se do resultado de formulários aplicados juntos aos produtores rurais e técnicos executores do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, revisão bibliográfica sobre o tema além de nossas observações.

Entendemos que muitas vezes os discursos podem representar, ou expressar, o papel institucional das organizações (neste caso, a CATI), mas, também podem trazer opiniões pessoais (julgamentos ora favoráveis ora divergentes com o que defendem institucionalmente). Comportamento este legítimo, já que as pessoas (sujeito) devem expressar maneiras de examinar seus pontos de vista através do exercício de crítica e autocrítica, objetivando aprimorar concepções sobre determinado tema ou assunto.

Deste modo, entendemos o discurso como meio de identificar a perspicácia capitalista na construção de uma ideologia do desenvolvimento sustentável, neste sentido, cabe verificar se ele transforma uma realidade abstrata, considerando o que escrevemos anteriormente sobre a materialidade de um conceito, no caso o desenvolvimento sustentável (DELEUZE; GUATTARI, 1997) em uma realidade histórica. Ao sujeito lhe é fornecida a temporalidade, que servirá para validar a dominação da lógica capitalista que tenta respaldar o seu interesse específico, fazendo-o se tornar em interesse da sociedade.

A temporalidade é explicada: o discurso deve ser localizado no tempo, buscando responder previamente aos possíveis questionamentos de uma problemática que emerge da sociedade, dentro de um contexto histórico capitalista, a quem o próprio capital previamente instituiu. Tem por base uma ideologia, que, apesar de ser atemporal, fornece a ele (o discurso) o tempo e o espaço, a fim de dar veracidade e coerência à abstração. Esse discurso previamente trabalhado é designado, então, como competente.

Neste sentido Chauí (1989) define o discurso competente como o instrumento de dominação no mundo contemporâneo:

O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser resumida assim: não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer ocasião e em qualquer lugar (CHAUÍ, 1989, p.7).

Ou seja, é o discurso cuja linguagem sofre limitações, e cujo público já foi previamente escolhido, fazendo dele o “espaço da opinião” replicada, em lugares e momentos previamente determinados, com conteúdo e forma também previamente elaborados.

A aceitação do discurso capitalista vai depender do grau de abstração do indivíduo, que, segundo a concepção marxista, tem sua consciência determinada por sua atividade de produção na sociedade (MARX; ENGELS, 2009). E, o indivíduo tem consciência de si quando tem consciência do que produz, como produz, para quem produz, pois ele está inserido num sistema econômico. A sua abstração vai depender da sua consciência, da criação das ideias que estão vinculadas à sua base de sobrevivência, ligadas ao seu modo de produzir e reproduzir, de como está inserido no processo.

Um discurso pode ser identificado e definido. Não é algo que acontece de maneira aleatória ou espontânea. Neste subitem, pretendemos relacionar a ideologia do desenvolvimento sustentável com a forma que julgamos ser o que dá o tom de sua materialização, o discurso do desenvolvimento sustentável. Pois entendemos que a ideologia se cria internamente; em outras palavras, na mente e nas relações de poder daqueles que detêm o poder e, somente posteriormente, ela, a ideologia, se materializa através de um canal discursivo.

Para compreendermos a totalidade de uma prática discursiva precisamos inseri-la na totalidade “da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto” (LÖWY, 1985, p. 16).

As últimas décadas do século XX testemunharam a manifestação do desejo de mudanças no modelo desenvolvimentista através de uma voz que se fez, e faz ouvir em alto e bom som. O discurso do desenvolvimento sustentável surge como expressão dominante no debate que envolve questões relativas ao meio natural, social, econômico e político em amplo sentido. Em pouco tempo, o desenvolvimento sustentável tornou-se

palavra de ordem, pronunciada indistintamente por diferentes sujeitos, nos mais diversos contextos e assumindo múltiplos sentidos, como demonstramos anteriormente.

Neste sentido, é interessante lembrarmos, relacionando com o item anterior, que as ideologias, segundo Peet (2007) podem ser produzidas intencionalmente e que:

Na modernidade, a arena política é povoada por indivíduos altamente treinados e experientes – “*experts*” – e as instituições bem estabelecidas, abundantemente financiadas – departamentos de governo, *think tanks*, institutos de pesquisa, associações financeiras etc. – que são de caráter mais econômico-institucional do que civil-institucional (PEET, 2007, p. 27).

Deste modo, as instituições responsáveis por este ou aquele discurso, após criarem o referente, ou assunto, ideologicamente programado para intensificar uma propagação falsa sobre a realidade, elaboram seus códigos e sua mensagem.

Importante mencionarmos neste momento que, em relação a discurso, entendemos aquilo que Michel Foucault (2008) vai nos apresentar como, não necessariamente, algo dito, falado, expressado através da linguagem, mas, também, e especificamente em nosso caso neste momento, do discurso político escrito, pois, lembrando, trabalhamos aqui com a proposta oficial da Organização das Nações Unidas, que articulou a proposta de desenvolvimento sustentável.

Para tentarmos buscar compreender esta proposta optamos por tratá-la, inicialmente, como um discurso, no sentido empregado por Michel Foucault (2008) no contexto, principalmente, da arqueologia do saber, no sentido de entender como se constroem os discursos e como o poder, imanado do discurso, é capaz de construir significados.

Segundo esse autor, toda sociedade controla e seleciona o que pode ser dito numa certa época; quem pode dizer o que e em quais circunstâncias como meio de filtrar ou afastar os perigos e possíveis subversões que daí possam advir (FOUCAULT, 2009). São sob estas observações que iremos trabalhar: “[...] segundo que regras um enunciado foi construído” (FOUCAULT, 2008, p. 30).

Os discursos são entendidos como práticas geradoras de significados, na forma de códigos, que se apóiam em regras históricas e ideológicas para estabelecer o que pode ser dito, num certo campo discursivo e num dado contexto histórico. O discurso, portanto, relaciona-se simultaneamente, com suas origens de formação, com outros discursos e com as instituições sociais e o poder que elas expressam.

Neste sentido, Foucault (2008), escreve que a análise discursiva busca:

[...] compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui (FOUCAULT, 2008, p. 31).

Todo discurso contém procedimentos de seleção e exclusão que estabelecem os limites do permitido e do proibido na arte da comunicação, do que é aceito e rejeitado, do que é considerado verdadeiro ou falso. Sendo assim, o modo como falamos e escrevemos afeta profundamente a vida social, condicionando comportamentos e experiências, nossa visão de mundo e, por fim, o próprio mundo que ajudamos a criar (FOUCAULT, 2009).

Em seu momento de formação, o discurso do desenvolvimento sustentável já vem carregado daquilo que Foucault (2008) vai chamar de regras de deformação, ou seja, possui “palavras demasiado carregadas de condições e consequências inadequadas” (FOUCAULT, 2008, p. 43), conseqüentemente, apresenta-se inteiramente diferente da realidade em que se acentua.

Para Foucault, portanto, não há discurso neutro ou desinteressado. Ele nos traz a ideia de que toda linguagem e todo discurso expressa uma vontade de poder e de dominação (FOUCAULT, 2002). Para realizar esta aspiração de conquista, o poder investido nos discursos se associa ao saber, em especial àquele saber concebido intencionalmente pelos experts (PEET, 2007) o que torna o conhecimento e conseqüentemente o discurso reconhecido como verdadeiro.

Vale também lembrar que existem circunstâncias específicas no surgimento da reorientação que propõe a ideia de desenvolvimento sustentável. Esta se deu no contexto de crise do próprio capitalismo, gerida pela crise do petróleo, na década de 1970, e de consolidação de uma hegemonia do pensamento e de políticas neoliberais, postas em prática a partir de meados de 1980, como parte da estratégia global de reestruturação sistêmica. Enfim, o Relatório Brundtland, que estabeleceu os parâmetros e projetou o debate sobre o desenvolvimento sustentável, parte de uma concepção multidimensional de desenvolvimento e direciona este para outra perspectiva, denominada por sustentável, pois este modelo deveria, por si só, garantir a perpetuação da espécie sobre o planeta, mas, em nenhum momento ele o define.

A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem as suas. O conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro, limites, não limites absolutos, mas limites impostos pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de gerar uma nova era de crescimento econômico. Para a comissão, a pobreza generalizada já não é inevitável. A pobreza não é apenas um mal em si mesma, mas para haver um desenvolvimento sustentável é preciso atender as necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor. Um mundo onde a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes, ecológicas ou de outra natureza. (CMMAD, 1988, p. 09 e 10, os grifos são nossos).

O discurso do desenvolvimento sustentável apresentado ao debate público, apesar de padecer de diversos problemas que tentaremos apontar ao longo da análise, não é uma construção ingênua. Revela, ao contrário, uma hábil operação ideológica e, portanto, política, aparentemente empenhada em sanar um conjunto de contradições expostas e não respondidas pelos modelos anteriores de desenvolvimento.

Ou seja, trata-se de um discurso que busca a alienação da relação sociedade e natureza, um discurso que não permite a compreensão da realidade através da teoria e do empirismo; portanto, entendemos que seus mestres tiveram o cuidado ao formular este discurso ideológico, pois tratou-se de pensar e elaborar:

[...] um discurso que não fosse nem da ordem da redução nem da ordem da promessa: um discurso cuja tensão mantivesse separados o empírico e o transcendental, permitindo, no entanto, visar a um e outro ao mesmo tempo (FOUCAULT, 2000, p. 441).

Tratava-se, em primeiro lugar, de gerenciar a reprodução econômica do capital ante os efeitos de degradação natural, tanto do ponto de vista da oferta de recursos naturais essenciais à continuidade do sistema produtor de mercadorias, quanto da perspectiva dos resíduos da produção e da poluição, contaminação e degradação daí decorrentes.

Implicava também em responder aos questionamentos sobre os limites do crescimento, intensamente discutidos na década de 1970 em todos os fóruns, direta ou indiretamente, relacionados à temática do desenvolvimento.

Sobre este aspecto, Carvalho (1991) observa que:

Desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, ficou claro que a preocupação dos organismos internacionais quanto ao meio ambiente era produzir uma

estratégia de gestão desse ambiente, em escala mundial, que entendesse a sua preservação dentro de um projeto desenvolvimentista (CARVALHO, 1991, p. 79).

Dentro dessa perspectiva desenvolvimentista, portanto produtivista de acordo com o tratamento dado a este conceito pelo pensamento ambientalista, o que se queria preservar de fato era um modelo de acumulação de riquezas onde o patrimônio natural passava a ser um bem. O apelo à humanidade e ao bem-estar dos povos era usado como álibi, sempre citado ao lado dos objetivos de crescimento econômico, emprestando uma preocupação humanista a intenções não tão nobres (CARVALHO, 1991, apud, RIBEIRO, 1991).

Dirigia-se, igualmente, à pacificação de conflitos na relação entre os países do norte e do sul, separados por assimetrias sociais, econômicas e políticas que tencionavam historicamente as relações internacionais. Os debates sobre os limites do crescimento já reconheciam que as aspirações de todos os povos e países do mundo ao desenvolvimento não podiam seguir os modelos do norte industrializado, pois isto levaria a uma sobrecarga dos ecossistemas.

Deste modo se apresentou a ideologia discursiva do desenvolvimento sustentável. A partir desta análise, os operadores do capital financeiro encontram na questão ambiental a maneira adequada de dar continuidade ao ciclo de expansão do modo capitalista de produção, criam o espaço necessário para expandir suas formas de dominação através daquilo que chamamos de prática discursiva da ideologia do desenvolvimento sustentável.

Do ponto de vista daqueles que questionam este discurso, as críticas se concentram sobre a frágil factibilidade da proposta no contexto de uma sociedade capitalista orientada pelo mercado. Destacam as contradições e ambiguidades que se interpõem entre a retórica do desenvolvimento sustentável e a possibilidade de sua concretização. Nesta direção, são muitas as vulnerabilidades apontadas.

À parte a própria contradição semântica do termo, a definição de desenvolvimento sustentável veiculada pelo Relatório Brundtland permite uma pluralidade de leituras que oscila, desde um sentido avançado de desenvolvimento, associado à justiça ambiental (aquela condição de conceber direitos à natureza) e renovação ética, até uma perspectiva conservadora de crescimento econômico ao qual se acrescentou uma variável ecológica. Esta polissemia revela o curioso paradoxo de

reunir, ao mesmo tempo, a força e a fraqueza do discurso, a depender do olhar e dos interesses de quem observa.

Assim, à medida que o discurso vai se tornando mais complexo e é difundido socialmente, ele vai sendo apropriado por diferentes forças que passam a lhe imprimir o significado que melhor expressa seus valores e interesses particulares. Viola e Olivieri, analisando o cenário do ambientalismo contemporâneo, reafirmam as ideias de diversidade e conflito discutidas:

Em outras palavras, a luta pelo significado legítimo do desenvolvimento sustentável expressa diversas categorizações e classificações fundadas, obviamente, em práticas diferentes e ligadas a múltiplas cosmovisões provenientes de uma pluralidade de pontos de vista essencialmente conflitantes. [...] em outras palavras, os diferentes atores do ambientalismo formulam e pleiteiam suas diferenças internas dentro desse campo de significado, denominado ambientalismo multissetorial. [...] nesse sentido, pode-se afirmar que as diversas posições do ambientalismo em relação ao significado da “transição em direção a uma sociedade sustentável” implicam lutas simbólicas pelo poder de produzir e de impor uma visão legítima de sustentabilidade (VIOLA; OLIVIERI, 1997, pgs. 212 e 213).

Não é nosso objetivo, neste momento, mapear toda a diferenciação do campo discursivo do desenvolvimento sustentável, mas indicar as duas grandes matrizes interpretativas que nele se sobressaem a título de tipos ideais. Essas duas matrizes polarizam o debate atual funcionando como um eixo ao longo do qual se posicionam toda a multiplicidade de tendências político filosóficas.

A primeira matriz corresponde ao discurso oficial do desenvolvimento sustentável, que detém a hegemonia presente do campo, e que, para muitos efeitos, atua como “a verdade” sobre o tema. Compreende o desdobramento da proposta originada nos trabalhos da Comissão Brundtland e reproduzida nas grandes conferências internacionais e nos programas governamentais sobre meio natural e desenvolvimento. Tanto pela força de sua posição hegemônica, quanto pelo conteúdo que a constitui, esta interpretação também foi assimilada por setores não governamentais e empresariais, em sua forma pura ou acrescida de adaptações ao perfil particular de cada grupo.

Trata-se do discurso ecocapitalista. Um discurso politicamente pragmático, que enfatiza a dimensão econômica e tecnológica do desenvolvimento sustentável e entende que a economia de mercado é capaz de liderar o processo de transição para o desenvolvimento sustentável, como salientamos anteriormente, através da introdução de tecnologias limpas, da contenção do crescimento populacional e do incentivo a processos de produção e consumo ecologicamente corretos.

Este discurso defende a possibilidade de articular crescimento econômico e preservação natural, e entende que o dinamismo do sistema capitalista é não só capaz de se adaptar às novas demandas naturais como também de transformá-las em novos estímulos à competitividade produtiva.

Segundo essa visão, economia e ecologia são não só conciliáveis, como também é possível elevar a produção reduzindo o consumo de recursos naturais e a quantidade de resíduos industriais. De um modo geral, representa um esforço de uma interpretação do discurso do desenvolvimento sustentável ajustando-o ao atual período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006) aliado a mundialização do capital.

A argumentação econômica e técnico-científica ocupa uma posição privilegiada nessa matriz interpretativa e tende a deixar em segundo plano considerações éticas e políticas associadas a valores biocêntricos, de participação política e de justiça social.

Segundo Löwy (2005), “essa concepção parece considerar o aparelho produtivo “neutro”, e o seu desenvolvimento limitado” (LÖWY, 2005, p. 55), e é justamente esta visão que vai ser criticada em outro ponto de vista, o ecossocialismo.

É preciso rejeitar essa perspectiva, de um ponto de vista ecossocialista, inspirando-se em algumas observações de Marx sobre a Comuna de Paris: os trabalhadores não podem apoderar-se do aparelho de Estado capitalista e pô-lo em funcionamento em benefício próprio. Devem “quebrá-lo” e substituí-lo por outro, de natureza totalmente distinta, uma forma não-estatal e democrática de poder político (LÖWY, 2005, p. 55)

O ecossocialismo se coloca como um contra-discurso à versão oficial e pode ser entendido como uma concepção complexa ou multidimensional do desenvolvimento sustentável que tenta integrar o conjunto de dimensões da vida individual e social. Politicamente, esta matriz tende a se identificar com os princípios da democracia participativa e a considerar que a sociedade civil organizada deve ter um papel predominante na transição para o desenvolvimento sustentável. Prioriza o preceito de equidade social e desconfia da capacidade do mercado como alocador de recursos.

Esta vertente considera o Estado como agente indispensável nesse processo. Fundamenta esta posição com base no entendimento de que a sociedade civil isolada não é capaz de se contrapor às forças do mercado em meio a mundialização do capital e na suposição de que o meio natural, como patrimônio público, não pode ser preservado

sem a ação normativa e política do Estado. Advoga, entretanto, a democratização do Estado e sua articulação às forças da sociedade civil.

Para evitar o economicismo e o universalismo implícitos na proposta de desenvolvimento sustentável no contexto da mundialização do capital, essa matriz prefere utilizar a expressão sociedade sustentável para salientar as ideias de autonomia política e singularidade cultural de cada país consideradas necessárias à realização de uma sustentabilidade complexa (DIEGUES, 1992).

Os defensores dessa vertente reagem aos reducionismos econômico e tecnológico que, segundo eles, caracterizam o discurso oficial. Consideram ainda que não há desenvolvimento sustentável possível sem a incorporação das desigualdades sociais e políticas e de valores éticos de respeito à vida e às diferenças culturais.

De forma geral, esta matriz fundamenta-se numa crítica ampla da civilização capitalista ocidental que reprova o mito do progresso, o primado da razão instrumental, o fetiche consumista, a idolatria cientificista e o descentramento do homem e da vida na agenda de prioridades sociais (LEFF, 2002).

Neste contexto a mundialização se apresenta, materializa no espaço geográfico, sob a forma da mundialização do sistema capitalista de produção. Deste modo, um tema que se constrói, principalmente nas últimas décadas, dentro do pensamento geográfico crítico, são as tentativas de explicar o processo de mundialização do capital e analisar sua influência sobre o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, entendemos por mundialização neste momento, aquilo que se refere basicamente à tendência de expansão das relações capitalistas de produção e a tentativa de impô-las em todos os lugares do mundo (SPOSITO, 2004).

As manifestações geográficas, expressas na relação espaço-tempo decorrentes do avanço técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006), se apresentam na atualidade através do processo de expansão e alteração das relações capitalistas de produção que se materializa na forma de empresas transnacionais e instituições financeiras que buscam ocupar os espaços opacos do desenvolvimento possibilitando transformações e expansão do modo capitalista de produção (CHESNAIS, 1996).

A dinâmica da expansão econômica capitalista se dá, principalmente, através de processos de fortalecimento institucional que ocorrem por meio de reinvestimentos nos setores aonde as mesmas atuam (concentração), ou por fusões e incorporações de outras que sucumbem à concorrência (centralização).

Esta dinâmica se dá através da desregulamentação e abertura econômica que a caracteriza e vêm sendo responsável por um crescimento da volatilidade de capitais, que podem ser aplicados em diferentes tipos de ativos financeiros e monetários em vários países (CHESNAIS, 1996). Relacionando o exposto com nosso tema, entendemos que:

Nesse período de globalização neoliberal, a crença nas virtudes do mercado, com hipervalorização da dimensão econômica, chega a aproximar-se de um fundamentalismo religioso. Nada parece fazer sentido a não ser a partir do mercado, da economia. O campo ambiental não escapa dessa ilusão, como o demonstram o recente desenvolvimento da economia ecológica, a difusão da noção de desenvolvimento sustentável e, principalmente, a conversão imposta nos anos 1990, sobretudo depois da Rio-92, da mediação econômica da maior parte das políticas setoriais de meio ambiente fomentadas pelos organismos multilaterais (Banco Mundial em destaque). É como se qualquer política ambiental, para ganhar cidadania – isto é, o direito a existência no debate político – devesse antes se converter a lógica econômica [...] (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 53).

O processo de mundialização tende a marginalizar os países subdesenvolvidos que operam com tecnologia que não lhes possibilita serem competitivos no cenário internacional. Para estes países, a mundialização tem sido maléfica por dismantelar muitos setores produtivos locais quando estes entram em concorrência internacional.

Com a mundialização econômica, acentuaram-se os níveis de desemprego no mundo, sobretudo nos países subdesenvolvidos, contribuindo para o aumento da miséria e pobreza. Em face das novas tecnologias, o desemprego que agora se apresenta é o chamado estrutural, ou seja, os movimentos repetitivos agora são realizados por robôs e máquinas computadorizadas, fazendo com que diversos postos de trabalho fossem eliminados em razão da reorganização do trabalho nas empresas em todo o mundo (CHESNAIS, 1996).

O espaço geográfico passou a ser dotado cada vez mais de equipamentos que permitem uma ampla fluidez de capitais, pessoas, mercadorias e informações. Deste modo, a circulação ganhou uma enorme importância no processo produtivo antecipando a produção, e não o contrário, como anteriormente ocorria. Neste novo período, a informação passa a ser crucial na determinação da especialização produtiva dos lugares, redefinindo a divisão territorial do trabalho.

Tanto no campo como na cidade, as condições técnicas e sociais passaram a ser mais importantes do que as condições naturais. Desta forma, os espaços dotados de tecnologia e informação passam a ser dominantes e denominadas de tecnopólos (CHESNAIS, 1996).

Os processos de organização do espaço, que objetivam a gestão do território encontram nas formas organizacionais destas empresas e instituições financeiras um dos meios que possibilitam a expansão do atual estágio do sistema capitalista (BENKO, 1996). O fluxo de mundialização da economia vem apresentando uma fase bastante perversa, aprofundando a essência do capitalismo, que é a desigualdade socioeconômica, aumentando os índices de desemprego e também a pobreza no mundo. O processo de mundialização, desordenado, acelerado e mal regulado, aumenta os riscos de exclusão social em todos os países (BENKO, 1996).

Estas relações temporais e espaciais da mundialização do capital experimentadas na atualidade têm demonstrado seus efeitos nos locais aonde as práticas espaciais²² (seletividade espacial; fragmentação \ remembramento espacial; antecipação espacial e reprodução da região produtora) desenvolvidas por estas empresas e instituições financeiras se expressam (CORRÊA, 2006, apud, CASTRO, 2006).

Deste modo, a globalização e seu efeito de mundialização do capital exercem impactos distintos em diferentes partes do globo, demonstrando sua face desigual e perversa através da dupla tirania, do dinheiro e da informação, gerando excluídos sociais e danos naturais (SANTOS, 2007).

Portanto, entendemos que a globalização e seu efeito de mundialização do capital têm sentidos diferentes, assimétricos, materializados em distintas regiões na forma de processos moleculares, que tendem a se expandirem, de acumulação do capital no espaço e no tempo através de maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo (ordenação espaço-temporal), na direção de entidades territoriais ou em um afastamento delas mediante as práticas cotidianas de incorporação e centralização (HARVEY, 2004).

As práticas espaciais exercidas por estas empresas e instituições, do ponto de vista da lógica do capital, referem-se tipicamente à exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação do capital, aproveitando-se assim das assimetrias construídas por ele (capitalismo) próprio, através de práticas multifacetadas monopolistas, espacialmente articuladas, vinculadas com fluxos de capitais restritos, resultantes em desigualdades geográficas.

²² “[...] isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais” (CÓRREA, 2006, p. 35, apud, CATRO, et al, 2006).

Estas condições geográficas desiguais são, também, o que é mais relevante, produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares como decorrência de relações assimétricas de troca, portanto, a paisagem geográfica da atividade capitalista está crivada de contradições e tensões e é respectivamente instável diante de todos os tipos de pressões técnicas e econômicas (HARVEY, 2004).

As declarações interpretadas neste trabalho apresentaram divergências tanto em relação à ASPREN quanto a CATI; divergências que expressam disputas, por vezes ocultas, de espaço ou poder.

Neste sentido, Delgado (2005), aponta que: “[...] as disputas (dimensão conflitiva) são próprias do processo de constituição do desenvolvimento territorial, apesar de dificultar, relativamente, o processo de articulação dos atores sociais” (DELGADO, 2005, p. 25).

Como escrevemos anteriormente neste trabalho, a condição de precariedade em que se encontram muitos produtores rurais e os impactos negativos causados aos recursos naturais estão sendo considerados como resultado do processo de modernização e industrialização das atividades relacionadas ao setor agropecuário. Sem querer aqui colocar toda a culpa sobre estes processos de desenvolvimento técnico e tecnológico, mas, somente lembrando que o mau uso dado a estes instrumentos em determinados momentos da história da agropecuária é que devem ser observados.

Neste aspecto, buscaremos estabelecer um diálogo com o processo de modernização da agricultura brasileira relacionando este fato com autores que debatem as formas de reprodução do capital, não exclusivamente no espaço rural, mas considerando o espaço geográfico como produzido pela sociedade e pelas relações por esta experimentada e, ainda, que o próprio modo capitalista de produção, como um reflexo das relações expressas pela sociedade, condiciona a reprodução do espaço enquanto totalidade e diversidade. Portanto, abordamos a questão do desenvolvimento sustentável levando em consideração autores que se inspiram na perspectiva da ecologia política, pois entendemos esta linha do pensamento ambientalista mais crítica em relação à questão do desenvolvimento sustentável.

Direcionando nossas observações para avançarmos em nossas considerações, esclarecemos o que entendemos sobre políticas públicas que objetivam projetos de desenvolvimento sustentável em espaços rurais. Portanto, tentaremos propor uma (re)leitura destas políticas, em especial do Programa Estadual de Microbacias

Hidrográficas do Estado de São Paulo, integrada a realidade do modo capitalista de produção e sua reprodução no espaço rural.

Nossa opção não decorre de uma ausência ou escassez de estudos elaborados com a mesma finalidade. Ao contrário, entendemos que existe uma profusão de propostas analíticas no campo destas políticas. Uma política pública, a nosso ver e a princípio, vai além da ideia de que esta é basicamente uma intervenção do Estado numa situação considerada como problemática. Para Secchi (2011):

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público [...] a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2011, p. 2).

Neste sentido concordamos com Giovanni (2009) que considera:

[...] a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia. Penso, também, que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal (GIOVANNI, 2009, p. 05).

E, por problema público, entendemos, de acordo com Secchi (2011) uma situação atual inadequada para determinada coletividade que pode vir a ser melhorada através de ações práticas visando a possibilidade de atingir uma melhoria significativa para aquele grupo social.

Após este tratamento inicial, voltamos nossa atenção para aquilo que o título que demos a este item nos oferece como proposta para um diálogo: políticas públicas, capitalismo e desenvolvimento sustentável. Com estes temas fica inevitável discutirmos as relações de poder e interesse que existem por trás das tomadas de decisão governamentais. Neste sentido Frey (2001), considera que:

Apesar da comunidade internacional se reportar unanimemente favorável à concepção do desenvolvimento sustentável, dificilmente consegue-se reconhecer esse suposto compromisso com a defesa do meio ambiente e das gerações futuras nas ações e medidas atuais. Pelo menos os resultados referentes às determinações de metas concretas nas conferências internacionais e às políticas públicas adotadas em boa parte dos países ficam significativamente aquém das recomendações que boa parte dos cientistas e ambientalistas consideram indispensáveis a fim de alcançar a estabilização do clima mundial e um desenvolvimento ecologicamente sustentável. Ou seja, o reconhecimento de um déficit de ação não leva necessariamente a

correspondentes acordos e medidas. Evidentemente, existem fatores inerentes aos sistemas políticos e econômicos impedindo que a orientação para o bem comum possa se impor no momento da negociação de acordos, como também na fase da implementação das estratégias de políticas públicas (FREY, 2001, p. 2).

O rumo seguido pela moderna agricultura faz parte de um processo mais amplo de expansão capitalista, que inclui a articulação crescente da agricultura com a indústria. Assim, torna-se fundamental evidenciar que um modelo alternativo de agricultura tem sua viabilidade condicionada a um jogo de forças cujo comando escapa aos segmentos defensores do projeto alternativo. Em verdade, se a agropecuária moderna traz como um de seus pressupostos a superação dos limites impostos pela natureza, seria, no mínimo, paradoxal que, dentro dela mesma ou do segmento ao qual se subordina (a agroindústria moderna), pudesse ter lugar a reflexão quanto aos danos sociais e naturais causados por esta atividade na contemporaneidade.

O fato da reflexão sobre a relação sociedade e natureza ter sido inserida nos debates políticos e econômicos resultou no surgimento da proposta de desenvolvimento sustentável, vinculado à “utilização racional” dos recursos naturais, passando a ser incorporado definitivamente no discurso ecocapitalista em vários setores, entre eles, o de elaboração e implementação de políticas públicas, como forma de socializar a responsabilidade pela destruição de recursos naturais. A questão maior, a nosso ver, é saber discernir quando existe um verdadeiro interesse de órgãos de fomento internacional, no caso o Banco Mundial, pela conservação ou preservação de recursos naturais, ou quando existe uma tentativa de, ideologicamente, mascarar o problema, transformando a questão em marketing.

Portanto, identificada e relacionada com o poder político, entende-se que a ideologia transforma-se de acordo com os interesses de quem está no poder político, ou seja:

[...] cada nova classe que ocupa o lugar da que dominava anteriormente, vê-se obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade; ou seja, para expressar isso em termos ideais; é obrigada a dar às suas ideias a forma de universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais e universalmente legítimas (MARX e ENGELS, 2009, p. 80).

Entendemos que o modo de produção capitalista, pelas suas próprias contradições internas, já demonstrou a incapacidade de qualquer intenção ou

possibilidade de um modelo de desenvolvimento que seja sustentável. Desse modo, entendemos que uma crítica ecológica consistente só tem validade se for também uma crítica ao modo de produção capitalista.

Como sustenta Harvey (2004), para a garantia de continuidade do modo capitalista de produção, é necessário que se criem novos espaços para que seja possível sua acumulação e rendimentos (lucro), caso haja uma estagnação nesse processo, o sistema, como um todo, entraria em declínio. A homogeneidade não se configura dentro do capitalismo, é intrínseco para a perpetuidade deste sistema, que é contraditório em sua própria essência, criar seus próprios espaços (HARVEY, 2004). Neste sentido, sob os efeitos da mundialização do capital, a agropecuária tornou-se uma atividade potencialmente inspiradora para a expansão do modo capitalista de produção através, principalmente, da reprodução do espaço rural que se deu, sobretudo, por meio de alterações na base tecnológica e produtiva.

A partir destas alterações, constitui-se aquilo que Delgado (1985) aponta como a mudança na base técnica da agropecuária brasileira, ou seja, a constituição do complexo agroindustrial, que é entendido como a:

[...] articulação da agricultura, por um lado, com a indústria produtora de insumos e bens de capital agrícolas e, por outro lado, com a indústria processadora de produtos agrícolas, a agroindústria. A partir dessa mudança na base técnica, a reprodução ampliada da agricultura passa a depender cada vez menos dos recursos naturais e mais dos meios de produção gerados por um setor especializado da indústria (MAZZALI, 2000, p. 17).

Porém, no atual período, nota-se uma alteração ainda mais profunda no rural. Com a expansão do modo capitalista de produção nesses espaços, instala-se uma agricultura tecnicamente e artificialmente produzida, que altera não apenas a produção e a produtividade, mas também as relações sociais. Este novo padrão de produção agropecuária é exigente de insumos em diferentes áreas como a ciência, a técnica e a informação e proporciona melhorias quantitativas em relação à produtividade. Deste modo, cria-se um ciclo entre o setor agropecuário e a demanda por bens e produtos, originalmente, externos.

Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e comercialização, levando à introdução, aprofundamento e difusão de processos racionalizados que se contagiam mutuamente, propondo a instalação de sistemismos, que

atravessam o território e a sociedade, levando, com a racionalização de práticas, a uma certa homogeneização (SANTOS, 2007, p. 89).

Ponderamos, portanto, que nos últimos anos têm se multiplicado as referências em relação à existência de um processo de transformação que implica uma possível (re)configuração espacial no rural brasileiro.

Aquilo que nos referimos anteriormente sobre a reprodução do espaço rural pode ser entendido agora pela seletividade socioespacial²³ que, historicamente, sempre esteve presente no processo de criação e implantação das políticas públicas voltadas para o campo no Brasil. Ou seja, de acordo com critérios pré-determinados estimula-se ou inibe-se novas relações no espaço rural brasileiro.

Se entendermos, e entendemos, que o espaço, dentro de uma perspectiva da Geografia crítica “é concebido como *locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade” (CORREA, 2006, p. 26, apud, CASTRO et al, 2006), estamos concordando que as relações sociais, produzem-se seletivamente, pois, organizando seu espaço diferentes grupos sociais acabam por optar, de acordo com seus interesses e condições, por determinadas localidades.

O espaço geográfico aqui estudado, o espaço rural, é um espaço socialmente produzido com características distintas, específicas até, e é principalmente um espaço socialmente produzido através de um indissociável sistema de objetos e de ações cada vez mais técnicos, com fins específicos e que merecem tratamento específico (SANTOS, 2006).

Desta forma, considerando e interpretando o que já escrevemos até o momento neste trabalho, relacionando a teoria com o empírico, somos levados a considerar que as políticas que se apresentam com o título, ou objetivo, de desenvolvimento sustentável, em específico o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (ao menos no caso estudado) estão ainda longe de realmente contribuírem para um modelo de desenvolvimento que se possa intitular de sustentável.

Concordamos quando se rotula tais propostas como conservadoras de recursos naturais, mas, lembrando que trabalhamos aqui com a perspectiva de desenvolvimento sustentável criada pela Organização das Nações Unidas, aquela capaz de garantir às

²³ “No processo de organização de seu espaço o Homem age seletivamente Decide sobre um determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos. A fertilidade do solo, um sítio defensivo, a proximidade da matéria prima [...] são alguns dos atributos que podem levar a localizações seletivas” (CORRÊA, 2006, p. 36).

gerações futuras as mesmas oportunidades das gerações atuais, tais políticas estão, ao menos, equivocadas em relação aos seus objetivos.

Considerando que no documento *Nosso Futuro Comum* (CMMAD, 1988), está elencado as diretrizes para que se estabeleça um novo rumo para humanidade, quais sejam, as dimensões, política, econômica, social, cultural e ecológica, entendemos que o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas não contempla estas esferas, ficando restrito a questões naturais e de organização social, portanto, fora dos anseios preconizados pela Organização das Nações Unidas.

Portanto, reiteramos nosso pensamento anterior relacionando a ideia de desenvolvimento sustentável a uma prática discursiva ideológica no sentido de falseamento da realidade, principalmente, lembrando novamente Frey (2001), que escreve que:

Ao mesmo tempo em que o debate público sobre a sustentabilidade tem impulsionado a criação de novos arranjos institucionais, novos regimes ambientais de negociação e fóruns de debate, investimentos significativos na ciência e pesquisa ambiental, assim como a consolidação de um movimento ambientalista transnacional; o sistema político, tanto no nível internacional, quanto no nacional e local, tem-se mostrado incapaz ou insuficientemente preparado para traduzir e transformar as crescentes demandas de cunho ambientalista em políticas públicas capazes de promover um modelo alternativo de desenvolvimento (FREY, 2001, p. 2).

Ainda que sejam válidas, não podemos negar todas as iniciativas propostas e realizadas desde o início. Se levarmos em consideração um dos desafios de nosso trabalho (analisar a ideia de desenvolvimento sustentável tal como proposta pela Organização das Nações Unidas), não podemos dizer que o programa tenha apresentado resultados satisfatórios em nosso recorte espacial, a microbacia do Córrego do Pereira.

Consideramos e acreditamos na importância de suas ações, repetimos. Porém, para ações futuras, compreendemos ser necessária uma maior cautela ao definir objetivos de políticas públicas que trabalhem com a preservação de recursos naturais em espaços rurais. Pois é neste sentido, e somente neste, que reconhecemos a validade das ações do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.

Considerando que, de acordo com Heidmann (2009): “[...] não haverá de forma alguma uma política positiva se não houver ações que materializem uma intenção ou propósito oficial eventualmente enunciado. Portanto, não há política pública sem ação” (HEIDMANN, 2009, p. 30).

As ações desenvolvidas pela CATI e pela ASPREN não conseguiram alcançar os objetivos propostos inicialmente. Não esquecendo que avaliamos este programa sob a perspectiva daquilo que entendemos por desenvolvimento sustentável. Pela nossa interpretação, as dimensões que englobam o ideal do desenvolvimento sustentável (política, cultural, econômica, social e cultural), não foram atingidas. Portanto, urge a necessidade de se substituir a microrracionalidade do lucro (a nosso ver subentendida neste programa), por uma macrorracionalidade que leve em consideração os aspectos sociais e ecológicos (LÖWY, 2000).

Para tanto, necessitamos valorizar e considerar os diversos conhecimentos que sociedades foram acumulando ao longo de sua existência. Seus modelos tradicionais de produção podem ser meios para a substituição desta microrracionalidade, uma vez que tais modelos percebem a natureza como algo intrínseco ao desenvolvimento humano.

Assim, é possível promover uma ruptura com a ideologia produtivista do progresso, reorientando esse progresso ao desenvolvimento e à preservação e conservação da diversidade, em amplo sentido. E, através deste rompimento proposto poderemos ponderar novas relações entre a sociedade e a natureza.

Marx escreveu que a natureza é o corpo inorgânico do homem (MARX, 2004). Por isso é que, na abordagem ecológica e na abordagem marxista, por exemplo, por meio do ecossocialismo, percebemos campos teóricos que precisam ser cada vez mais aproximados no debate de superação do modelo capitalista vigente.

O que ficava claro na obra de Marx, como escreve Foster, era que: “[...] a humanidade e a natureza estavam inter-relacionadas e que a forma específica das relações de produção constituía o âmago dessa inter-relação em qualquer dado período” (FOSTER, 1997, p.165). E cita o próprio Marx para ilustrar o seu pensamento:

O homem vive da natureza, isto é, a natureza é o seu corpo, e tem que manter com ela um diálogo ininterrupto se não quiser morrer. Dize que a vida física e mental do homem está ligada à natureza significa simplesmente que a natureza está ligada a si mesma, porque o homem dela é parte (MARX, 2004, p. 84).

Uma aproximação a este debate é proposta pelo ecossocialismo que, segundo Löwy (2005) é:

[...] uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas aquisições fundamentais do marxismo – ao mesmo tempo que o livra das suas escórias produtivistas. Para os ecossocialistas a lógica do mercado e do

lucro – assim como a do autoritarismo burocrático de ferro e do “socialismo real” – são incompatíveis com as exigências de preservação do meio ambiente natural. Ainda que critiquem a ideologia das correntes dominantes do movimento operário, eles sabem que os trabalhadores e as suas organizações são uma força essencial para qualquer transformação radical do sistema, e para o estabelecimento de uma nova sociedade, socialista e ecológica (LÖWY, 2005, p. 48).

Portanto, entendemos que Marx, e o marxismo, possibilitou aos ecossocialistas uma nova interpretação sobre a questão relativa à preservação de recursos naturais ao propor uma crítica ao modo de produção capitalista.

Mesmo que a relação sociedade e natureza, *grosso modo*, não tenha sido discutida como ponto central nos escritos de Marx (e também nos de Marx e Engels), encontramos nestas obras referências ao uso indiscriminado de recursos naturais e os danos causados por este uso efetivado a partir da expansão do capitalismo. Neste sentido, Foster (2005) escreve que:

Os *insights* tantas vezes brilhantes de Marx não foram meras centelhas de gênio. Os *insights* dele nesta área são antes derivados de um compromisso sistemático com a revolução científica do século XVII e o meio ambiente do século XIX mediante um profundo entendimento filosófico da concepção materialista de natureza. Assim, desde a sua juventude (por exemplo, nos Manuscritos econômicos e filosóficos, de 1844), Marx analisou com sofisticação e sensibilidade ecológica a alienação humana em relação à natureza. Esta tendência foi reforçada pelas preocupações dele com a subsistência humana e a relação com o solo, e com todo o problema da agricultura capitalista (FOSTER, 2005, p. 38).

Assim, sua produção e análises críticas acerca dos meios de produção, relações de trabalho, consumo, expansão da grande indústria e da agricultura intensiva, dentre outros, são de grande valia para a discussão da temática proposta em nosso trabalho. Em decorrência disso, autores envolvidos com a temática ambiental, principalmente a partir da década de 1990 (ao compreenderem que o capitalismo, hoje, em sua forma mundializada pode ser considerado como o “predador voraz” que após ter consumido grande parte de recursos naturais se volta para a natureza, que já não é natural, e se apropria desta através da lógica da reconstrução de espaços para expansão deste sistema) iniciaram o debate sobre a continuidade e expansão deste modo de produção e os possíveis riscos daí decorrentes, uma vez que este vem sendo considerado como o principal destruidor de recursos naturais (LÖWY, 2000).

Este debate, pode ser representado sobre as críticas propostas por autores que seguem esta linha de pensamento, o ecossocialismo, sobre, por exemplo o Banco Mundial.

Até mesmo o Banco Mundial, propugnador de reformas estruturais neoliberais para os países em desenvolvimento, considera necessárias, pelo menos no nível local, modificações das políticas e o fortalecimento das instituições e da gestão para que o aumento de produtividade não continue sem impactos positivos na área sócio-ecológica [...] A intervenção estatal, via planejamento, é considerada indispensável para reduzir ou evitar os efeitos nocivos dos processos de crescimento econômico, ou ainda, para poder eliminar ou reparar distúrbios e danos já existentes (FREY, 2001, p. 7).

Nota-se, portanto, a presença de organizações e associações que, teoricamente, visam proteger recursos naturais a partir de propostas ideologizadas que acabam apenas por denotar uma proposta de desenvolvimento sustentável, já que são fundamentadas na adaptação proporcionada pelo mesmo capitalismo que disfarçadamente ou não, continua a se desenvolver, entendemos, portanto, que o desenvolvimento sustentável, tal como vem sendo articulado e implementado, está subordinado às relações intrínsecas de produção de mercadorias e, conseqüentemente, não há como pensar o desenvolvimento sustentável enquanto particularidades das relações de trocas de mercadorias, pois sua totalidade é contraditória na essência e assim se intensifica conforme o próprio desenvolvimento capitalista.

Este pensamento promoveu a questão da necessidade de ruptura com a ideologia produtivista, iniciada no final do Século XIX e início do Século XX, mas intensificando-se e aprofundando-se somente a partir da década de 1990 (LÖWY, 2000).

Deste modo, os ideais promovidos pelo pensamento ecossocialista visam uma ruptura com o produtivismo e propõe uma retomada do pensamento socialista almejando um novo modo de produção e uma nova relação entre a sociedade e a natureza. Seria, portanto, uma nova etapa de civilização (LÖWY, 2005). Para tanto a difusão dos ideais ecossocialistas tem contribuído na leitura sobre o marxismo em relação à superação do capitalismo.

[...] enquanto as decisões econômicas e as escolhas produtivas ficarem nas mãos de uma oligarquia de capitalistas, banqueiros e tecnocratas – ou no desaparecido sistema das economias estatizadas, de uma burocracia que escapa a todo e qualquer controle democrático – jamais sairemos do ciclo infernal do produtivismo, da exploração dos trabalhos e da destruição do meio ambiente (LÖWY, 2005, p. 75).

O modo de produção capitalista (através de seus agentes) vem sendo, já há algum tempo, considerado como o responsável pela destruição dos recursos naturais do planeta, mesmo considerando toda a instabilidade natural, e também por levar muitos grupos a exclusão social e suas consequências. Sobre este assunto, destacamos a importância de uma observação realizada por Michael Löwy (2005):

Todavia, o problema da civilização burguesa/industrial não é – como pretendem em geral os ecologistas – o consumo excessivo da população, e a solução não é a limitação geral do consumo, notadamente nos países capitalistas avançados. É o tipo de consumo atual, fundado na ostentação, no desperdício, na alienação mercantil, na obsessão acumuladora, que deve ser questionado (LÖWY, 2005, p. 52).

Portanto, é sob esta visão sobre o modo capitalista de produção que o ecossocialismo traça sua crítica e busca se organizar. Tais fatos, “insustentáveis” no modelo de produção podem ser discutidos por diversos pontos, destes, limitamo-nos a reconhecer o modo de produção capitalista aplicado na agricultura via políticas públicas e a incorporação da proposta de desenvolvimento sustentável, “uma forma que o capitalismo adquiriu para adequar-se às realidades locais” (OLIVEIRA, 2008, p. 145).

A agricultura no sistema capitalista é entendida por Marx como agricultura industrial (LÖWY, 2005), pois a mesma está principalmente fundamentada no desenvolvimento de plantações em grandes extensões de terras, de apenas uma cultura agrícola e em geral para exportação, ou seja, monoculturas de exportação. Geralmente tais características acontecem em países mais pobres, que possuem extensões de terra consideráveis, com populações tradicionais ocupando áreas agriculturáveis e/ou com processos de reforma agrária fragilizados. Características para apropriação privada da terra e para a exploração da mesma pelo agronegócio, ou mesmo, por outros produtores mais capitalizados.

Desde seus primeiros escritos²⁴, Marx já denunciava a prática invasiva da agricultura industrial e condenava suas formas de desenvolvimento. Tais práticas, nos dias atuais, intensificaram-se principalmente pelos incentivos fiscais dados a grandes empresas do ramo da agricultura de exportação, pela fragilização dos processos de reforma agrária, pela falta de políticas para manutenção das populações no campo, pela expulsão de populações de suas áreas tradicionais, pela expansão urbana, entre outros.

²⁴ Por exemplo, Manuscritos Econômico-filosóficos e A Ideologia Alemã.

Tratando da agricultura, Marx, hoje podemos dizer, já esboçava uma relativa observação sob os danos naturais desta agricultura capitalista (LÖWY, 2005):

Por um lado, a grande propriedade rural reduz a população agrícola a um mínimo em decréscimo constante e lhe contrapõe uma população industrial em constante crescimento, amontoada em grandes cidades; gera, com isso, condições que provocam uma insanável ruptura no contexto do metabolismo social, prescrito pelas leis naturais da vida, em decorrência da qual se desperdiça a força da terra e esse desperdício é levado pelo contrário muito além das fronteiras do país. Grande indústria e grande agricultura, exploradas industrialmente, atuam conjuntamente. Se, originariamente, elas se diferenciam pelo fato de que a primeira devasta e arruína mais a força de trabalho e por isso a força natural do homem, e a última, mais diretamente a força natural da terra, mais tarde, ao longo do desenvolvimento, ambas se dão às mãos, ao passo que o sistema industrial na zona rural também extenua os trabalhadores e, por sua vez, a indústria e o comércio proporcionam à agricultura os meios para o esgotamento da terra (MARX, 1985, apud LÖWY, 2005, p. 28).

A partir deste fragmento de Marx, que traz uma riqueza de informações, evidenciamos a atribuição da expansão da “grande” agricultura e indústria como sinônima de degradação de recursos naturais e exploração humana. Segundo Barenho (2007):

Nas monoculturas de exportação, sejam elas de soja, de árvores exóticas (eucalipto), prevalece uma visão utilitarista dos elementos naturais, da geração de lucro em curto prazo, da redução de custos da produção, da privatização da terra, dentre outros (BARENHO, 2007, p. 9).

Portanto, entendemos que Marx denunciava a contradição entre a lógica imediatista e predatória da agricultura capitalista, pois, de acordo com Löwy (2005):

Todo o espírito da produção capitalista, orientado para o lucro monetário imediato, está em contradição com a agricultura, que deve levar em conta o conjunto permanente (ständigen) das condições de vida da cadeia das gerações humanas (MARX, 1984, apud, LÖWY, 2005, p. 31).

Porém o que observamos hoje é a continuidade desta lógica de desenvolvimento de uma agricultura de exportação, no qual sua principal orientação é a mercadológica, ou seja, não há interesse em desenvolver uma agricultura conforme as características e potencialidades da terra, mas sim conforme o potencial de exportação e geração de lucro.

[...] cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso da arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo

período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade [...] a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 1984, apud LÖWY, 2005, p. 37).

Neste sentido:

A expansão do agronegócio passa, principalmente, pela expulsão das populações tradicionais, sejam aquelas do campo, sejam aquelas que ocupam terras com potencial agrícola. Também pelo desenvolvimento de maquinários que substituam o trabalhador e trabalhadora do campo. E também pelo desenvolvimento de “defensivos” agrícolas que proporcionem uma maior produção (BARENHO, 2007, p. 11).

O capitalismo foi ao longo do seu desenvolvimento formatando um sistema de produção não condizente com ciclos de regeneração natural de nutrientes. Criou um modelo no qual a natureza é instrumentalizada para a comodidade de determinadas pessoas, ou seja, aqueles que detêm os meios de produção. O desenvolvimento da ciência, da tecnologia, proporcionou o fortalecimento e a consolidação da grande indústria e da agricultura em detrimento de recursos naturais, sua própria sustentação.

Na atualidade, setores relacionados à agricultura capitalista incorporaram em seus discursos e *slogans* a temática do desenvolvimento sustentável. Reconhecemos aqui que, sem dúvida, o avanço nas tecnologias permitiu a estas grandes corporações equipamentos que causam o menor impacto (negativo) possível. Temos, por exemplo, máquinas colheitadeiras capazes de calibrar a pressão dos pneus ao entrarem em uma lavoura de acordo com o seu peso evitando a compactação do solo, outras, que despejam palha sobre o solo realizando logo após a colheita a cobertura vegetal do solo para que estes não percam seus nutrientes.

Porém, a questão do desenvolvimento sustentável não se limita a intervenções técnicas que minimizam os impactos sobre os recursos naturais. Se levarmos em consideração o avanço na legislação ambiental e as novas exigências para a instalação e o funcionamento destes complexos agroindustriais, veremos que muitos são excluídos deste processo, pois, são poucos aqueles que possuem condições de se adequarem as exigências legais.

Ao mesmo tempo em que o debate público sobre a sustentabilidade tem impulsionado a criação de novos arranjos institucionais, novos regimes ambientais de negociação e fóruns de debate, investimentos significativos na ciência e pesquisa ambiental, assim como a consolidação de um movimento

ambientalista transnacional; o sistema político, tanto no nível internacional, quanto no nacional e local, tem-se mostrado incapaz ou insuficientemente preparado para traduzir e transformar as crescentes demandas de cunho ambientalista em políticas públicas capazes de promover um modelo alternativo de desenvolvimento (FREY, 2001, p. 7).

Mais uma vez, portanto, o Estado, através de seu braço jurídico institucional, serve aos interesses ideológicos do grande capital internacional promovendo políticas públicas financiadas por organismos internacionais criados justamente com intencionalidade de planejar e garantir a perpetuação do modo capitalista de produção. Considerando que para colaborar com a questão do desenvolvimento sustentável é necessária à participação efetiva e consciente da população, caso contrário, o que teremos é a repetição de falhas ao lidar com questões que envolvem a relação sociedade e natureza.

Nos estudos sobre a implementação de políticas ambientais as implementações bem sucedidas se evidenciaram como raras exceções. Além disso, a racionalidade administrativa evidentemente não consegue dar conta de problemas complexos. Costuma-se separar artificialmente os diversos aspectos de problemas complexos, o que frequentemente leva ao deslocamento dos problemas, mas não à sua solução (FREY, 2001, p. 26).

Como escrevemos anteriormente, uma política pública necessita de ações para que seja concretizada, do contrário, o que teremos serão boas intenções. Quando verificados os dados sobre os resultados do programa, verificou-se que as demandas oferecidas não foram contempladas.

Por fim, apontamos que os resultados avaliados aqui, quatro anos após a implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Córrego do Pereira não atingiu seus objetivos. E, talvez mais importante, tenha servido para fortalecer instituições como o Banco Mundial na prática discursiva ideológica que fragmenta a proposta de desenvolvimento sustentável em soluções exclusivamente técnicas e deste modo mascara a realidade a qual esta proposta se apresenta. Como escreveu Porto-Gonçalves (1984), talvez, a questão que poderia ser o divisor de águas para a humanidade, a questão ambiental, esteja sendo comprada e vendida para a reprodução do modo capitalista de produção.

Síntese preliminar

- Avaliamos os resultados do Programa Estadual De Microbacias Hidrográficas em nosso recorte espacial sob o aspecto do desenvolvimento sustentável.
- Averiguamos a articulação entre os atores sociais envolvidos na implementação do referido programa, ou seja a ASPREN e os técnicos executores da CATI, como forma de demonstrar a forma como o desenvolvimento sustentável, implementado através de políticas públicas, poderia ser implementado.
- Interpretamos os resultados após a implementação para averiguar se ocorreram mudanças significativas nos aspectos sociais e naturais dos beneficiários deste programa na microbacia do Córrego do Pereira.
- Questionamos se as ações do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Córrego do Pereira poderiam, em seu conjunto, podem ser consideradas como um novo modelo de desenvolvimento ou se estas ações seriam uma nova forma de reprodução do modo capitalista de produção no espaço rural, porém, adjetivadas de um termo que pressupõe uma nova forma de relação entre a sociedade e a natureza.
- Demonstramos, portanto, que o uso indiscriminado desta proposta pode estar aliado a um forte processo de falseamento da realidade (ideologia) utilizado por órgãos de fomento internacionais, no caso o Banco Mundial, como forma de reprodução do capitalismo.

Considerações finais

Conforme escrevemos neste trabalho, a modernização da agropecuária, devido ao mau uso dado as tecnologias empregadas neste setor, em geral, causou impactos negativos em relação a preservação de recursos naturais e também dificultou a inserção no mercado dos produtores rurais com menores condições de se colocarem no competitivo mercado nacional e internacional, fato este que se torna mais nítido na atualidade quando observados os números da pobreza rural, e que foi estimulado pelo Estado desde a década de 1960 por meio de programas com a finalidade de aumentar as exportações.

Frente a esta realidade, o Estado, após ter propiciado estas condições, aparentemente decidiu reverter o quadro formulando novos programas oficiais com o objetivo de implementar um novo modelo de desenvolvimento que pudesse restabelecer as condições naturais das propriedades e contribuir com a melhoria das condições financeiras e, assim, melhorar a qualidade de vida dos produtores rurais.

Nossa opção pelo estudo do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas para a pesquisa se deveu às suas diretrizes e objetivos, que visavam atingir o desenvolvimento sustentável a partir de ações para o combate à pobreza rural e a resolução de problemas relacionados à qualidade e disponibilidade de recursos naturais, como erosões, a reconstituição das áreas de preservação permanente, dentre outros, priorizando para estas ações a articulação entre os diferentes atores sociais envolvidos na materialização dos objetivos desta política pública.

Porém, em nossa pesquisa, procuramos demonstrar que esta nova proposta de desenvolvimento depende em muito da articulação entre os atores envolvidos. Caso isto não ocorra, como no caso estudado, o programa tende a ser questionado em relação ao seu objetivo: implementar ações que possam garantir o desenvolvimento sustentável.

Ao longo do trabalho, os dados e as informações que embasaram nossas reflexões nos remeteram para o relacionamento da proposta deste novo modelo de desenvolvimento à ideologia, no sentido que demonstramos de falseamento da realidade. Se considerarmos o desenvolvimento sustentável em toda a sua complexidade (social, econômica, política, ambiental e cultural) os resultados deste programa, na área estudada, estão distantes de serem considerados sustentáveis.

Procuramos demonstrar, nessa pesquisa, que as ações de preservação de recursos naturais foram mínimas e a articulação entre os próprios produtores não foi alcançada o que impossibilitou melhorias de cunho social, sejam estas em termos econômicos ou políticos. Porém, não podemos considerar, preliminarmente, que o programa, como um todo, não tenha trazido resultados sob este aspecto.

O que questionamos, e guardamos para reflexões futuras é que mesmo que tivesse alcançado seus objetivos, este programa está restrito a limitações impostas pelos agentes financiadores, no caso o Banco Mundial, que, através de suas exigências condiciona o Estado a suas vontades impondo modelos de políticas públicas pré-determinadas, como o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. Deste modo, um desafio que levantamos para futuras pesquisas é a possibilidade de coexistência de dois modelos de desenvolvimento contraditórios em sua essência, um sustentável e outro predatório, tal como propõe o Banco Mundial ao financiar tais políticas públicas.

Outro ponto importante reside no caráter pontual e restrito espacialmente do programa, que, de modo geral, ficou longe de abranger a totalidade da área do município. Consideramos este aspecto fundamental para uma política pública que pretende implementar ações que propiciem a materialização da proposta de desenvolvimento sustentável, já que para isso a política deveria abarcar a totalidade da área do município de Presidente Prudente e estar conectada a outros programas do governo para disseminar ações voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Visando entender este questionamento, procuramos considerar o desenvolvimento sustentável, tal como proposto pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas como uma ideologia, pois está sendo financiado, neste caso, por um órgão internacional, como escrevemos anteriormente, reconhecidamente reprodutor do modo capitalista de produção através de suas práticas neoliberais. E, este fato, o financiamento por órgãos neoliberais, tem reduzido à proposta de desenvolvimento sustentável a intervenções de ordem técnica que priorizam ações sobre os recursos naturais não levando em consideração a capacidade de pequenos produtores rurais se inserirem neste novo modelo de desenvolvimento contribuindo assim para a marginalização, em relação ao mercado, de pequenos produtores, pois, mesmo as políticas públicas direcionadas a estes produtores, como o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, não ofereceu as condições, sejam técnicas ou políticas, para que estes consigam atingir seus objetivos.

Diante desse novo paradigma de desenvolvimento, que tem servido de base para as políticas públicas direcionadas ao meio rural brasileiro, surgiu o desafio de procurar averiguar se, na prática, estas políticas têm efetivamente trazido benefícios aos pequenos proprietários rurais, que tradicionalmente, no Brasil, sempre ficaram à margem destas.

O que observamos hoje, é que todas as pequenas propriedades rurais, por nós pesquisadas, apresentaram problemas de ordem natural. A exploração capitalista indireta a que estiveram submetidos os pequenos produtores os levou ao aproveitamento máximo de suas propriedades e posterior esgotamento do solo, mesmo considerando suas características físicas de baixa produtividade o que resultou, no caso por nós estudado, no arrendamento e até mesmo no abandono de suas propriedades.

Diante de todo este quadro, defendemos a proposta de que políticas públicas com enfoque direcionado ao desenvolvimento sustentável, têm se caracterizado por se constituir, na verdade, numa armadilha ideológica que, como escrevemos anteriormente, deixa a proposta de desenvolvimento sustentável suscetível as mais diversas interpretações desvirtuando assim sua real intencionalidade.

Normalmente, apresentam objetivos e metas avançados, porém, a operacionalização para a sua materialização, como procuramos averiguar através da articulação entre os atores envolvidos na materialização do objetivo do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, não tem conseguido se concretizar. Um dos fatores que contribuem decisivamente para isso é o caráter neoliberal que tem marcado significativa parte das políticas públicas voltadas a proposta de desenvolvimento sustentável.

Reconhecemos nesta política pública falhas em sua materialização, tais como: dependência financeira de órgãos externos como o Banco Mundial; falta de integração e articulação com outras políticas públicas e mesmo com outras microbacias do município; ações restritas apenas à dimensão dos recursos naturais; caráter restrito e pontual do programa; sucateamento do órgão do Estado responsável pela implementação do programa e, principalmente, a falta de participação e articulação dos atores.

Por estes motivos, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, através dos atores envolvidos na materialização de seus objetivos, não conseguiu materializar a proposta de desenvolvimento sustentável na microbacia do Córrego do Pereira, por

promover ações de forma pontual que foram consideradas por nós e também pelos produtores como irrelevantes.

Apesar de procurar estender suas ações nas diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, política, social, cultural e natural) ao mesmo tempo, constatamos que os procedimentos e as ações ficaram fortemente focados nas técnicas de preservação de recurso natural (cercamento de Área de Preservação Permanente), que, apesar de importante, não conseguiu se expandir.

Em relação à questão que se refere à falta de recursos próprios para o financiamento do programa, que depende em grande parte dos recursos advindos do Banco Mundial, consideramos necessária a busca por alternativas financeiras para políticas públicas que se propõem a implementar ações sob o título de desenvolvimento sustentável, caso contrário, a agropecuária nacional continuará dependente de recursos provenientes de órgãos de financiamento neoliberais e deste modo, reproduzindo o desenvolvimento sustentável na perspectiva do ecocapitalismo que, como escrevemos, mantém o *status quo*.

Além disso, vale salientar a resistência dos proprietários rurais como fator que impede um melhor desempenho das medidas e ações do programa. Como exemplo, a negativa por parte de proprietários em cercar e recuperar as Áreas de Preservação Permanente, já que constatamos a ausência das matas ciliares ao longo do Córrego do Pereira nas propriedades pesquisadas, com exceção daquela contemplada pelo programa.

Levando em conta os objetivos propostos, consideramos que o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, apesar de seu caráter inovador, no sentido de colocar em pauta a discussão sobre o desenvolvimento sustentável em áreas rurais, não conseguiu promover o desenvolvimento sustentável da microbacia estudada. Suas ações não atingiram um público satisfatório, lembrando que apenas duas propriedades foram contempladas, com cercamento da Área de Preservação Permanente e a aquisição de uma roçadeira costal, em um total de 73, que corresponde a 2,73% de propriedades nesta microbacia. Não houve efetivo envolvimento dos atores sociais, seja entre os próprios produtores na forma da associação seja na relação desta com os técnicos executores. Desse modo, consideramos que pouca atenção foi dada às dimensões sociais, políticas, econômicas e mesmo naturais.

Por fim, consideramos que o nosso objetivo principal, estabelecido no início da pesquisa, tenha sido contemplado. Ou seja, analisamos o potencial do Programa de

Microbacias Hidrográficas para promover o desenvolvimento sustentável a partir da averiguação dos resultados do Projeto de Microbacias Hidrográficas no Córrego do Pereira sobre o manejo dos recursos naturais e organização dos produtores rurais, e ainda, analisamos o envolvimento dos atores sociais, de um lado a Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais de Eneida - ASPREN e de outro lado a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, como órgão executor da política pública, na Microbacia do Córrego Pereira, contemplamos também o debate acadêmico e político em torno da questão do desenvolvimento sustentável.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA (Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada), 2000. Disponível em: www.ipea.gov.br/pud/td/autor005.html. Acesso em: 22/06/2012.

ABREU, Dióres Santos. Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo: UNESP, 1972.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campelo; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO Selene, PÁDUA, José Augusto de (orgs.). Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. Revista ABEAS, vol.15, número especial, 1997.

ALMEIDA, Jalcione. Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local. Disponível em www.socioambiental.org.br. Acesso em 07/01/2005.

ALMEIDA, Silvio Gomes de. Padrões de desenvolvimento e conversão ecológica da agricultura brasileira. In: PARREIRA, Clélia; ALIMONDA, Héctor. Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas. Brasília: Flacso-Brasil, Editorial Abaré, 2005.

ALVES, Flamarion Dutra. Considerações sobre métodos e técnicas em Geografia humana. Revista Dialogus. Ribeirão Preto. Volume 4, nº 01, 2008. Disponível em: <http://baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/dialogus/2008/pagina14.html>. Acesso em: 06/07/2009.

BARENHO, Cintia Pereira. Contribuições do Marxismo e da Etnoecologia para o estudo das relações socioambientais. In: 5º Colóquio Internacional Marx e Engels, 2007, Campinas. Anais do 5º Colóquio Marx e Engels, 2007. p. 1-8.

BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BRAGAGNOLO, Nestor; Pan, Waldir. A experiência de programas de manejo e conservação dos recursos naturais em microbacias hidrográficas: uma contribuição para o gerenciamento dos recursos hídricos. Curitiba: IPARDES, 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Relatório Anual. Célula do Pontal do Paranapanema. Acompanhamento e informação para o desenvolvimento rural. Coordenador: BARNE, Luis Antonio. Colaborador: MELAZZO, Everaldo. Técnico da célula: SILVA, Anderson Antonio da. MDA / UNESP / FATEC. 2011.

CAMPANHOLA, Clayton, SILVA, José Graziano da. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A eco-democracia. PG 69, Rio de Janeiro, n.91, p. 10-14, maio-junho, 1991.

CARVALHO, Pompeu Figueiredo de; MOURA, Cláudio Antônio de; COSTA, José Luiz Riani. A questão ambiental demanda uma nova ordem mundial. apud. SOUZA, Maria Adélia; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Monica (orgs.). Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica. HUCITEC: São Paulo, 1997.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1989.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *In*: Crítica marxista nº 16. Revista do Centro de Estudos Marxistas (CEMAX) da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Relatório Nosso Futuro Comum. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. CATI: São Paulo, 2000.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. Manual do Programa – Seção Operativa. CATI: São Paulo, 2002.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. CATI. Seção Operativa- Incentivo ao Manejo e Conservação dos Recursos Naturais, vº 3. São Paulo, 2005.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Retratos de uma transformação ambiental, econômica e social. Ações desenvolvidas pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas 2000 – 2009. CATI: São Paulo, 2009.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Nossa missão. Institucional. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/new/institucional.php>. Acesso em: 9/7/2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CUNHA, Antonio Geraldo da. Dicionário etimológico da língua portuguesa. São Paulo: Lexikon. 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. O que é filosofia? Coleção Trans. São Paulo: Editora 34, 1997).

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: INCRA, 2005.

DELGADO, Guilherme. Capital financeiro e agricultura no Brasil. São Paulo: ícone, 1985.

DELGADO, Nelson Giordano; BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio Pereira. Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. Rio de Janeiro: IICA/OPPA, 2007 (Convênio IICA-OPPA/CPDA/UFRRJ).

DEPONTI, Cidonea Machado. Estratégia para construção de indicadores para avaliação de sustentabilidade rural. Monografia de Especialização do Programa de Pós-graduação em desenvolvimento Rural. UFRGS. 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas, USP, 2000.

EHLERS, Eduardo. Agricultura sustentável: origens e princípios de um novo paradigma. Guaíba: agropecuária. 1999.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 3ª ed. São Paulo: editora escala, 2009.

FAIRBANKS, João Carlos. Os primórdios da região da Alta Sorocabana. apud: GOULART, Francisco de Paula. Bandeirante do século XX. Fundação de Presidente Prudente narrada pelo fundador, 1917 – 1967. Presidente Prudente: editora cighus, 1965.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. Nas redes da conservação: políticas públicas e construção social das microbacias hidrográficas. Tese. Universidade Federal do Paraná. UFPR. Curso de doutorado em meio ambiente e desenvolvimento. Curitiba, 1999.

FONTES, José Luiz. Fórum Campinas debate: ciência, tecnologia, ambiente e qualidade de vida. Microbacia como unidade de planejamento e seu impacto na qualidade e quantidade de água – caso Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/new/produtos/publicacoes/cationline/33/col33.htm>. Acesso em: 12/9/2010.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

FOSTER, John Bellamy. Marx e o meio ambiente. In: WOOD, Ernest; FOSTER, John Bellamy. (Org.). Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970 / Michel Foucault; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 10ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 7ª ed. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. 3ª ed. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado. Conferências de Michel Foucault na PUC – Rio – de 21 a 25 de maio de 1973. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2002.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. 8ª ed. 2ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. Revista ambiente e sociedade. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2001000900007. Acesso em 13/09/2012.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP) “José Gomes da Silva”. Pontal Verde: Plano de recuperação ambiental nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. 2 ed. São Paulo: Cadernos Itesp, 2001

FUSHIMI, Melina. NUNES, João Osvaldo Rodrigues. 2011. Geomorfologia do município de Presidente Prudente. Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-16. Disponível em: www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/.../2617/2500. Acesso em 23/06/2012.

GIOVANNI, Geraldo di. As estruturas elementares das políticas públicas. Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP. Caderno de Pesquisas nº 82. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. NEPP. 2009. Disponível em: <http://www.nepp.unicamp.br/index.php?p=117>. Acesso em 10/3/2012.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e Agricultura no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1997.

GOULART, Francisco de Paula. Bandeirante do século XX. Fundação de Presidente Prudente narrada pelo fundador, 1917 – 1967. Presidente Prudente: editora cighus, 1965.

GRAZIANO DA SILVA, José. O que é questão agrária? Brasiliense: São Paulo, 1984.

GUIMARÃES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Ano 07, nº 06, novembro/dezembro, 1977.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, David. Espaços de esperança. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: boitempo, 2011.

HEIDEMANN, Francisco Gabriel. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco Gabriel. SALM, José Francisco. (orgs.) Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Manejo Sustentável de Recursos Naturais: o Programa de Microbacias Hidrográficas na Região de Presidente Prudente – São Paulo – Brasil. X Colóquio Internacional de Geocrítica . Diez años de câmbios em el mundo, em la geografía y em las ciências sociales, 1999-2008. Universidad de Barcelona. 2008.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O Programa Microbacias Hidrográficas e a Questão do Desenvolvimento de Territórios Rurais no Estado de São Paulo – Brasil. Anais das 4tas Jornadas Internacionais de Estudios Agrarios e Agroindustrialies. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires - UBA, 2005.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Diagnóstico da situação das associações de produtores rurais na região de Presidente Prudente. XLIV Congresso da SOBER. Questões agrárias, educação no campo e desenvolvimento. 2006. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/5/671.pdf> , acesso em 21/03/2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2004. IBGE: Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais [e] Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2010. IBGE: Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais [e] Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro, 2010.

KHATOUNIAM, Carlos Armênio. A reconstrução ecológica da agricultura. Botucatu: agroecológica, 2001.

KUHN, Thomas Samuel. O caminho desde a estrutura: ensaios filosóficos, 1970 – 1993, com uma entrevista autobiográfica. São Paulo: editora UNESP, 2006.

KUHN, Thomas Samuel. A estrutura das revoluções científicas. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LAUDAN, Larry. O progresso e seus problemas. São Paulo: editora unesp. 2011.

LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEITE, José Ferrai. A alta sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL. 1985.

LEITE, José Ferrari. A ocupação do Pontal do Paranapanema. HUCITEC: São Paulo, 1999.

LEITE, Sérgio Pereira; CAZELLA, Ademir Antonio; LOPES, Edmilson; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; DELGADO, Nelson Giordano. Políticas públicas, atores e desenvolvimento local/territorial: análise sobre três casos do meio rural brasileiro. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2005. (Relatório de Pesquisa –convênio REDES/ FAO-LSP).

LIMA, Cláudio da Costa. Plano de Manejo da Microbacia Hidrográfica do Córrego Pereira. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência TÉCNICA Integral – CATI. Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. São Paulo, 2005

LISBOA, Josefa Santos. Associativismo no campo: das relações em redes ao espaço da socialização política (um estudo da cooperteze das associações comunitárias em Lagarto e Salgado). In: MENEZES, Ana Virgínia Costa; PINTO, Josefa Eliane (Org.) Linhas geográficas. Aracaju: Núcleo de Pós-Graduação/UFS, p. 185-327, 2001.

LÖWY, Michael. Ecologia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2005.

LÖWY, Michael; BENSALID, Daniel. Marxismo, Modernidade e Utopia. São Paulo: Xame, 2000.

LÖWY, Michael. Ideologias e ciências sociais. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.

MARTINEZ-ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Contexto: São Paulo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. 3ª ed. 1ª reimpressão. Editora Martin Claret: São Paulo, 2009.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Martin Claret: São Paulo, 2004.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, NEAD, 2010.

MAZZALI, Leonel. O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede. São Paulo: editora UNESP, 2000.

MESQUITA, Olindina Vianna; SILVA, Solange Tietzmann. Agricultura: a urgência de uma reordenação. apud. MESQUITA, Olindina Vianna; SILVA, Solange Tietzmann. Geografia e questão ambiental. Rio de Janeiro: IBGE, departamento de Geografia, 1993.

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: hucitec: polis, 1984.

MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. 1982. In. MOREIRA, Ruy (org.). Geografia: teoria e crítica: o saber posto em questão. Editora Vozes: Petrópolis-RJ, 1982.

MÜLLER, Geraldo. Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária. São Paulo: Hucitec, 1989.

NAVARRO, Zander. Manejo de recursos naturais e desenvolvimento rural. Porto Alegre: UFRGS. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. 2001.

NEVES NETO, Carlos de Castro. O programa de microbacias hidrográficas no Estado de São Paulo: o caso do município de Assis. 2009. 196 f. Dissertação. (Mestrado em

Geografia) – Faculdade de ciências e tecnologias, universidade estadual paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. O associativismo na região do Pontal do Paranapanema: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural. 2010. 209f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de ciências e tecnologias, universidade estadual paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, José Antonio Pupim. Desafios do Planejamento em Políticas Públicas: diferentes visões e práticas. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. v. 40, n. 1, p. 273-288, mar/abr, 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a06.pdf. Acesso em 23/7/2010.

OLIVEIRA, Leandro Dias. A ideologia do desenvolvimento sustentável: notas para reflexão. Revista Tamoios, Rio de Janeiro. V. I., nº 02, p. 33 – 38. 2005.

OLIVEIRA, Leandro Dias. A geopolítica do desenvolvimento sustentável em questão: reflexões sobre a conferência do Rio de Janeiro (Eco-92). 1º Simpósio de pós-graduação em Geografia do Estado de São Paulo. VIII Seminário de pós-graduação em Geografia da unesp – Rio Claro. 2008. Disponível em: www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/137-147leandro.pdf. Acesso em 4/9/2010.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. Ideologia: atualizando a reflexão. 1999. Concinnitas (UERJ), UERJ, v. 1, p. 145-153, 1999. www.concinnitas.uerj.br/resumos1/vitor.pdf. Acesso em: 21/06/2012.

PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PARREIRA, Clélia; ALIMONDA, Hector. Políticas ambientais latino-americanas. Brasília : Flacso-Brasil, Editorial Abaré, 2005.

PASSOS, Messias Modesto dos. Devastação das matas no Estado de São Paulo. Caderno Prudentino de Geografia. Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção de Presidente Prudente. 1982.

PAULILLO, Luis Fernando. Redes de Poder e Territórios Produtivos: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do século XX. São Carlos: Editora UFSCar, 2000.

PEET, Richard. Imaginários de desenvolvimento. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio César. Geografia agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PEPPER, David. Socialismo ecológico. São Paulo: Instituto Piaget, 2000.

PINHEIRO, Diógenes. Agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In.: TEDESCO, João Carlos. Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3ª ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. Revista Econômica do Nordeste (REN). Volume 40, nº 03, julho/setembro de 2009. Disponível em:

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 1989.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O desafio ambiental. Rio de Janeiro: Record, 2004.

QUAINI, Massimo. Marxismo e geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RASCHIATORE, Ricardo Alexandre; MOREIRA, Daniel Augusto. Inovação na implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo. Gestão & Produção, v. 13, nº 3, Set.-Dez. 2006.

RUSCHEINSKY, Aloísio (org.). Sustentabilidade: uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SABANÉS, Leandro. Manejo sócio-ambiental de recursos naturais e políticas públicas: um estudo comparativo dos projetos Paraná Rural e Microbacias. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS - Dissertação. Porto Alegre, 2002.

SACHS, Ignacy. Ecodesarrollo: um aporte a la definicion de estilos de desarrollo para America Latina (Documento preparado para a CEPAL). Estudios Internacionales, Buenos Aires, ano VII, nº 25, p. 57-77, janeiro-março de 1974.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. 2ª reimpr. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei nº 8.331 de 1º de julho de 1993. Autoriza o Poder Executivo a contrair financiamento junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1993/lei%20n.8.331,%20de%2001.07.1993.htm>. Acesso em 21/04/2006.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto nº 41.608, de 24 de fevereiro de 1997 de São Paulo. Dispõe sobre a reorganização da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e dá providências correlatas. Disponível em:
www.al.sp.gov.br/legislacao/norma.do?id=9507. Acesso em 21/3/2007.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: cengage learning, 2011.

SILVA, Armando Correa da. Natureza do trabalho de campo em Geografia humana e suas limitações. Revista do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – Brasil. 1980.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Maria Adélia; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Monica (orgs.). Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica. HUCITEC: São Paulo. 1993.

SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em Geografia. Revista GEOgraphia, Vol. 4, No 7 (2002). Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense 2002. Disponível em:

<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/search/authors/view?firstName=Dirce%20Maria&middleName=Antunes&lastName=Suertegaray&affiliation=Universidade%20Federal%20do%20Rio%20Grande%20do%20Sul&country=BR>. Acesso em: 23/06/2012.

THOREAU, Henri David. A desobediência civil. São Paulo: Jorge Zahar, 1999.

VIOLA, Eduardo; OLIVIERI, Alejandro. Globalização, sustentabilidade e governabilidade democrática no Brasil. In: TRINDADE, Antonio Cansado; CASTRO, Marcos Faro de. A sociedade democrática no final do século. Brasília: Paralelo 15, 1997.

ANEXOS

ANEXO 1

Formulário aplicado junto ao ex-presidente da Associação de Produtores Rurais de Eneida (ASPREN).



• Dados gerais do entrevistado.

- 1 – Nome do entrevistado:
- 2 – Função na ASPREN:
- 3 – Formação:
 - 3.1 – Instituição aonde se formou:
 - 3.2 – Ano:
- 4 – Profissão atual:
- 5 – Qual a sua relação com a questão da preservação de recursos naturais?

• Dados referentes à ASPREN (Associação de Produtores Rurais de Eneida).

- 1 – Quando foi criada a ASPREN?
- 2 – Por que foi criada a ASPREN?
- 3 – Quais os objetivos, previstos em estatuto, da ASPREN?
- 4 – Quem compõe a ASPREN?
- 5 – Qual a classificação (em termos de estrutura fundiária) dos membros da ASPREN?
- 6 – Qual o número de produtores associados?
- 7 – Qual a forma de incentivar os associados a participar das reuniões?
- 8 – Qual a periodicidade das reuniões?
- 9 – Existe participação de todos os associados nas reuniões?
- 10 – Qual o número, em média, de participantes nas reuniões?
- 11 – Onde são realizadas as reuniões?
- 12 – Qual o endereço?

- 13 – Quais as principais atividades que a ASPREN já desempenhou?
- 14 – Existe, no estatuto da associação, alguma referência à:
- () preservação de recursos naturais nas propriedades dos associados;
 - () melhoria de renda dos associados;
 - () estímulo ao envolvimento político dos associados.
- 15 – Por que a associação decidiu participar do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas?
- 16 – Quantos produtores rurais foram beneficiados pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas?
- 17 – Quais os incentivos recebidos do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas pelos produtores rurais da microbacia?
- 18 – Houve a implementação das práticas de manejo e conservação do solo e da água, executadas pelos produtores com incentivo do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas?
- 19 – Na sua opinião, a implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas contribuiu para o desenvolvimento sustentável da microbacia? Por que?
- 20 – Na sua opinião, quais os maiores problemas enfrentados pela associação?
- 21 – Na sua opinião, quais são os maiores problemas enfrentados pelos produtores?

Local da entrevista: Sandovalina. Sítio Santa Luzia. Assentamento Guarany.

Data: 05/06/2012

ANEXO 2

Formulário aplicado aos produtores rurais na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira, distrito de Eneida, Presidente Prudente-SP.



✓ **Dados sobre o produtor.**

1.1. Nome do proprietário / entrevistado:

1.2. Idade:

1.3. Escolaridade: () Analfabeto; () Ensino Fundamental Incompleto; () Ensino Fundamental Completo; () Ensino Médio Incompleto; () Ensino Médio Completo () Superior Incompleto; () Superior Completo.

1.4. Local de nascimento:

1.5. Quantas pessoas residem na propriedade?

1.5.1. () filhos (as); () outros familiares; () empregados.

1.6. Situação conjugal dos familiares: () casado (a); () amigado (a); () separado (a) / divorciado (a); () viúvo (a).

1.7. Situação conjugal dos empregados: () casado (a); () amigado (a); () separado (a) / divorciado (a); () viúvo (a).

1.8. Situação de trabalho dos empregados: () formal; () informal; () temporário; () permanente.

1.9. Possui outra propriedade ? () sim; () não.

1.9.1. Se sim, esta propriedade é: () rural; () urbana.

1.10. Reside na propriedade () rural / () urbana? () sim; () não.

1.11. Existe preocupação em relação ao meio natural por parte do proprietário, familiares e/ou trabalhadores? () sim; () não.

✓ **2. Características da propriedade.**

2.1. Área da propriedade: () hectares; () alqueires.

2.2. Breve relato sobre a história da propriedade.

2.2.1. Data em que adquiriu a propriedade:

2.2.2. Forma de aquisição: () compra; () herança; () posse; () doação; () outro (especificar): _____

2.2.3. Culturas pioneiras: / / /

2.2.4. Cultura atual: / / /

2.2.5. Relação do proprietário com a propriedade: () trabalho; () lazer; () moradia.

2.3. Já houve queimadas para “limpeza” na propriedade? () sim; () não.

2.4. Aproveitamento do solo.

2.4.1. Lavoura permanente: () hectares () alqueires

2.4.2. Lavoura temporária: () hectares () alqueires

2.4.3. Pastagem: () hectares () alqueires

2.4.4. Áreas de mata justificada por lei: () hectares () alqueires

2.5. A propriedade possui Reserva Legal? () sim; () não.

2.6. A propriedade possui Área de Preservação Permanente? () sim; () não.

2.7. Benfeitorias atuais na propriedade:

2.4.1. Curral: () sim () não.

2.4.2. Silo: () sim () não.

2.4.3. Barracão: () sim () não.

2.4.4. Área de Lazer: () sim () não.

2.8. A propriedade possui:

2.8.1. Luz elétrica. () sim () não.

2.8.2. Água encanada. () sim () não.

*2.8.3. Coleta de lixo. () sim () não.

2.8.4. Rede de esgoto. () sim () não.

*especificar qual o destino dado caso “não”:

2.9. Produtividade.

2.9.1. () Toneladas de _____; () sacas de _____; () litros de _____.

() Toneladas de _____; () sacas de _____; () litros de _____.

() Toneladas de _____; () sacas de _____; () litros de _____.

() Toneladas de _____; () sacas de _____; () litros de _____.

() Toneladas de _____; () sacas de _____; () litros de _____.

() Toneladas de _____; () sacas de _____; () litros de _____.

() Toneladas de _____; () sacas de _____; () litros de _____.

() Toneladas de _____; () sacas de _____; () litros de _____.

2.10. Forma de comercialização da produção.

2.10.1. Venda direta: () sim; () não.

2.10.2. Venda através de atravessador: () sim; () não.

2.10.3. Outra: _____

2.11. Técnicas de produção.

2.11.1. Tradicional: () / Orgânico* ()

*especificar “orgânico” _____

*especificar as técnicas _____

2.11.2. Técnicas de manejo do solo: () Curva de nível; () Plantio direto; ()

Insumos químicos; () Insumos orgânicos; () Outros*.

*especificar _____

2.12. Maquinário empregado:

2.12.1. Trator:	() sim; () não; () quantidade.
2.12.2. Colheitadeira:	() sim; () não; () quantidade.
2.12.3. Arado de tração animal:	() sim; () não; () quantidade.
2.12.4. Arado de tração mecânica:	() sim; () não; () quantidade.
2.12.5. Aparelho de irrigação:	() sim; () não; () quantidade.
2.12.6. Plantadeira para plantio direto:	() sim; () não; () quantidade.
2.12.7. Pulverizador mecânico:	() sim; () não; () quantidade.
2.12.8. Distribuidor de calcário:	() sim; () não; () quantidade.
2.12.9. Semeadeira / adubadeira:	() sim; () não; () quantidade.
2.12.10. Tanque de resfriamento:	() sim; () não; () quantidade.
2.12.11. Tanque de expansão:	() sim; () não; () quantidade.
2.12.12. Ordenhadeira:	() sim; () não; () quantidade.

2.13. Insumos empregados:

Tipo	Quantidade (Ton; Lit; Kig.)	Aplicação
2.13.1. Fertilizante de base		
2.13.2. Fertilizante de cobertura		
2.13.4. Calcário		
2.13.5. Ração fornecida		
2.13.6. Agrotóxicos aplicados		
2.13.7. Defensivos animais		
2.13.8. Outros*		

*especificar

2.14. Qual o destino dado as embalagens e/ou vasilhames dos insumos utilizados para a produção?

() Devolvido ao local de compra; () Destinado a coleta; () Reutilizado; () Outro*

*especificar _____

2.15. Existe preocupação com a continuidade da atividade de produtor rural? () sim; () não.

2.15.1. Se não, qual a alternativa escolhida para dar continuidade a renda familiar? _____

3. Assistência técnica:

() pública; () particular; () associação; () *outra:
*especificar _____

3.1. Periodicidade em que utiliza serviços de assistência técnica:

() quinzenal; () mensal; () trimestral; () semestral; () anual; () quando solicitado; () *outra:

*especificar _____

3.2. Grau de satisfação em relação à assistência técnica fornecida:

() baixo; () razoável; () bom.

4. Características naturais da propriedade:

4.1. Possui:

4.1.1. (/) rio(s); (/) córrego(s); (/) nascente(s); (/) represa (s).

4.1.2. (/) mata(s) natural(ais) ; (/) mata(s) por força de Lei.

4.1.3. () erosão; () assoreamento.

4.1.4. Presença de animais silvestres: () sim; () não.

4.1.5. Presença de *atividades que degradam ou poluem o meio natural na propriedade ou na microbacia: (/) sim; (/) não.

*especificar _____

4.1.6. Qual o tipo de escoamento sanitário utilizado na propriedade?

() Fossa comum; () Fossa séptica; () Encanamento conectado a rede municipal de esgoto; () encanamento até os limites da propriedade; () encanamento até o curso de água mais próximo; () outro*

*especificar _____

4.1.7. Trabalham com técnicas de preservação de recursos naturais (solo, vegetação, água) na propriedade? () sim; () não.

4.1.8. Se sim, quais* técnicas são utilizadas?

*especificar _____

5. Características econômicas da propriedade:

5.1. Renda da propriedade em R\$:

5.2. Renda extra da propriedade em R\$:

5.2.1. Fonte da renda extra: () aposentadoria; () comércio; () *outra

*especificar: _____

5.3. Possui crédito rural: () sim; () não.

5.3.1. Se sim, qual a fonte financiadora? _____

✓ 6. Características de sociabilidade do produtor:

- 6.1. A associação de produtores rurais da microbacia representa papel importante para a propriedade? () sim; () não.
- 6.2. Participa da associação de produtores rurais? () sim; () não.
- 6.3. Por quê? _____
- 6.4. Participou do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas? () sim; () não.
- 6.5. Por quê? _____
- 6.5.1. Se sim, qual o tipo de benefício recebeu do programa? _____
- 6.5.1.1. Quais as ações realizadas pelo programa em sua propriedade? _____
- 6.5.1.2. Houve maior acesso a benefícios: () individuais; () coletivos.
- 6.5.1.3. Como ficou sabendo do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas? _____
- 6.5.2. Como foi a relação com o técnico responsável pela execução do programa?
() ruim; () boa; () ótima.
- 6.5.3. Opinião do produtor sobre o programa, o que funciona e não funciona, e quais poderiam ser as melhorias no programa.
- 6.5.4. Produtor se sente representado pela associação.
- 6.5.5. Quais as atividades realizadas pela associação em relação a produção e conservação de recursos naturais na microbacia?
- 6.5.6. Opinião do produtor sobre a estrutura de execução do programa, em geral.

Local das entrevistas: propriedades rurais na Microbacia do Córrego do Pereira, residência de proprietários em Eneida, Floresta do Sul e Montalvão e estabelecimentos comerciais de proprietários de terras em Floresta do Sul.

Datas: formulários aplicados entre os meses de julho e agosto de 2012.

ANEXO 3

Formulário aplicado a integrante da equipe de execução do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas na microbacia do Córrego do Pereira, distrito de Eneida, município de Presidente Prudente-SP.

**1. Perfil do técnico.**

1.1. Nome do entrevistado:

1.2. Função:

1.3. Ano, curso e instituição que se formou:

1.4. É contratado por quem?

() Governo municipal – prefeitura; (contrato pela CATI através de convenio)

() Governo estadual - CATI

1.5. Desde que ano trabalha como engenheira no município de Presidente Prudente?

2. Qual o número de Engenheiros Agrônomos, técnicos agrícolas e veterinários que trabalham na assistência técnica pública do município de Presidente Prudente.

() Agrônomos;

() Técnicos agrícolas;

() Veterinários.

3. No município de Presidente Prudente, quantos projetos de microbacias foram implementados?

()

() não soube responder

4. Quais os critérios que levaram a escolha da microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira?**5. Em que ano foram iniciados os trabalhos na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira?****6. Em que ano foram concluídos os trabalhos na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira?**

7. Quais os objetivos estabelecidos pelo programa no projeto de microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira?

7.1. Os objetivos foram atingidos?

7.2. Por quê?

8. Como foram mobilizados os produtores da microbacia em relação à participação no programa?

9. Como foi a participação dos produtores da microbacia?

10. Quais os incentivos adquiridos pelo Programa para os produtores rurais?

10.1. Individuais:

10.2. Coletivos:

11. Quais ações do programa foram implementadas?

12. Houve o envolvimento de outras instituições no programa?

13. Em sua opinião, quais os pontos positivos do Programa?

14. Em sua opinião, quais os pontos negativos do Programa?

15. Como os produtores rurais se mobilizaram para conseguir os incentivos coletivos?

16. Com relação às Áreas de Preservação Permanente, no momento de execução do programa, existia o cumprimento da legislação por parte dos produtores rurais?

17. O programa estimulou o fortalecimento da associação de produtores rurais?

Sim, de que forma? Não, por quê?

Local da entrevista: Casa da Agricultura de Presidente Prudente. Av. Coronel José Soares Marcondes 2447. Presidente Prudente-SP.

Data: 13/06/2012.

ANEXO 4

Mapa das intervenções microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira